

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Milene Félix da Silva

**PRÁTICAS RITUAIS LAKLÂNÕ/XOKLENG:
NO “TEMPO DO MATO”**

FLORIANÓPOLIS

2016

Milene Félix da Silva

**PRÁTICAS RITUAIS LAKLÃNÕ/XOKLENG:
NO “TEMPO DO MATO”**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para a obtenção do título
de Licenciatura e Bacharelado em
História, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª.
Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

FLORIANÓPOLIS

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, na Sala 10 do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora **Ana Lúcia Vulfe Nötzold**, Orientadora e Presidente, o Professor **Rafael Victorino Devos**, Titular da Banca, e o Professor **Lucas Bond Reis**, Suplente, designados pela Portaria nº26/HST/16 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Milene Félix da Silva**, subordinado ao título: “**Práticas Rituais Laklânô/Xokleng: no 'tempo do mato'**”. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora **Ana Lúcia Vulfe Nötzold**, a nota final 9,0, do Professor **Rafael Victorino Devos**, a nota final 9,0, e do Professor **Lucas Bond Reis**, a nota final 9,0; sendo aprovada com a nota final 9,0. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva em versão digital, ao Departamento de História, até o dia vinte e um dias do mês de julho de dois mil e dezesseis. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 15 de julho de 2016.

Banca Examinadora:

Prof.a **Ana Lúcia Vulfe Nötzold**

Prof. **Rafael Victorino Devos**

Prof. **Lucas Bond Reis**

Candidata **Milene Félix da Silva**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto _____ que _____ o
acadêmico(a) Albera Felix da Silva, matrícula
n.º 13106013, entregou a versão final de seu TCC cujo título é
Práticas Rituais Lakãno/Koxlang: no "tempo do mato",
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 18 de julho de 2016

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Ariete", written over a horizontal line.

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela proteção, iluminação dos meus caminhos, e principalmente pela vida.

O desenvolvimento dessa pesquisa não seria possível sem a elevada contribuição da professora Ana Lúcia Vulfe Nötzold. Meus agradecimentos a ela se referem a sua dedicação, atenção, paciência e principalmente a sua experiência e conhecimento na temática de minha pesquisa favorecendo em seu conteúdo e sua conclusão.

Agradeço ao professor Rafael Victorino Devos por apresentar em suas aulas ricas discussões de caráter antropológico, contribuindo de modo significativo para minha compreensão de importantes autores desse viés, propiciando a utilização dos assuntos relacionados ao tema de mito, rito e cosmologia, ferramenta fundamental para a elaboração dessa pesquisa. Agradeço pelo incentivo de abordar nessa pesquisa as práticas rituais em um tempo antigo, precedente a colonização. Agradeço imensamente pela avaliação desta pesquisa, enquanto membro da banca.

Ao Lucas Bond Reis por proporcionar experiências na pesquisa de campo em escavações arqueológicas, pela bibliografia disponibilizada e por participar da banca de avaliação. Agradeço pela amizade e pela parceria e incentivo em eventos, significativos para minha formação nessa área.

Ao Laboratório de História Indígena- LABHIN, por contribuir em meu acesso ao conhecimento na temática Indígena, pela disponibilidade do acervo utilizado nessa pesquisa no que se referem aos livros, textos e imagens que atribuiu um aspecto coerente para o conteúdo da pesquisa. Agradeço ao projeto do laboratório, cujo título é “Ensino, saberes e tradição: elementos a compartilhar nas escolas da Terra Indígena Xapecó/SC”, que contribui para o discernimento a respeito dos saberes obtido nessa linha de estudo e fortalecendo assiduamente a minha pesquisa.

Agradeço a equipe LABHIN por proporcionar o material pertinente à temática indígena, no apoio à pesquisa e discussões de textos relevantes para o enriquecimento da pesquisa. Agradeço a Bruna, Yasmin, Helena, Nathan, Aaron, Sandor, Isaac, Ricardo e Cristiano pelo apoio e conversas em momentos difíceis.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES- por contribuir com seu subsídio, disponibilizando a bolsa, ferramenta fundamental para a minha continuidade durante a graduação e concretização da mesma.

À PRAE/UFSC por contribuir com meus estudos durante a graduação com bolsa e fornecer subsídios para minha alimentação e moradia durante a graduação.

À minha mãe Creusa e meu pai Osmar, à minha irmã Letícia e irmão Leandro pela compreensão e companheirismo, incentivos e diálogos. Por compartilhar aprendizados e discussões, desejando sempre conhecer a respeito dos povos indígenas, favorecendo em nossos debates nessa temática a aprimoramento das discussões. Agradeço pelo amor, carinho e atenção.

Uma pessoa especial, que merece agradecimentos é o Alysson, pessoa compreensiva e solícita, que me apoia em bons e ruins momentos. Obrigada pelo amor, afeto, carinho, atenção e companheirismo. Agradeço a sua família pelo carinho.

À equipe do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia-LEIA, por oferecer a oportunidade em meu aprendizado nos estudos de arqueologia e estudo de campo, como escavação arqueológica. Pelas experiências em campo e discussões agradeço: professor Lucas, Juliana, Gabriela, Letícia, Angela, Beatriz, Juliana, Isabela, Stela, Jefferson, Bruno, Garganta, Simon e Fernando.

Agradeço ao Museu Marque/UFSC e pela equipe. Agradeço pela disposição e atenção da Luciane em mostrar as peças cerâmicas e líticas encontradas em sítios arqueológicos no Vale do Itajaí.

Ao Museu do Homem do Sambaqui/Colégio Catarinense por permitir que eu fotografasse as peças de uso da cultura Laklãnõ/Xokleng. Pelo excelente atendimento no Museu do Homem do Sambaqui, pela simpatia e disposição em apresentar os compartimentos do Museu e suas relíquias arqueológicas. Pela parceria em escavações e amizade.

Aos amigos religiosos que sempre estiveram disponíveis para conversas e diálogos, proporcionando suporte psicológico e equilíbrio para a continuidade da pesquisa.

Aos indígenas Laklãnõ/Xokleng, como Walderes pelos diálogos a respeito da situação de sua comunidade, por oferece ajuda em caso de necessidade.

À Universidade Estadual de Londrina, por oferecer um eloquente conhecimento no curso de graduação em História em um primeiro momento de minha formação acadêmica.

Enfim à Universidade Federal de Santa Catarina, por proporcionar conhecimento, financiamento, permanência no curso de Graduação em História em um segundo momento e conclusão da minha formação acadêmica.

RESUMO

Em virtude dos diversos rituais praticados pelo povo Laklãnõ/Xokleng no período de sua ocupação pré-colonial, buscou-se realizar a análise de um conjunto dessas práticas no que refere ao "tempo do mato". Os rituais dimensionados são a cerimônia de perfuração dos lábios dos meninos e a tatuagem na perna das meninas, como também os ritos mortuários. O povo Laklãnõ/Xokleng é pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê e atualmente habitam a Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, localizada no Alto Vale do Itajaí. Historicamente ocupavam as florestas percorrendo desde o estado do Paraná até o estado do Rio Grande do Sul (o que engloba áreas do litoral, abrigos da Serra Geral e do Mar e Planalto Meridional do Brasil), quando não havia essas delimitações geográficas. O "tempo do mato" supracitado se refere ao contexto em que o povo ainda estanciava o interior das florestas. A história dos eventos ocorridos nessa temporalidade ancestral não se constitui de modo longínquo, pois os membros mais velhos das aldeias atuais relatam reminiscências contadas por pessoas que viveram nas florestas e deixaram seus relatos que são suportes de memória. Os resultados indicam que os rituais são eventos não cotidianos que traduz sua funcionalidade como rito de passagem, divulgando aspectos enquanto valores favoráveis para a transmissão de conhecimentos e produções de relações sociais. Nesse ponto apresentam-se os artefatos presentes nessas cerimônias, que utilizados como instrumentos de diferenciação são necessários para suas significâncias e representações culturais.

Palavras-chave: Laklãnõ/Xokleng, rituais, pré-colonial.

ABSTRACT

Because of the various rituals practiced by Laklãnõ/Xokleng people in the period of their pre-colonial occupation, sought to carry out the analysis of a set of these practices in relation to "tempo do mato" The rituals are dimensioned drilling ceremony of the lips of the boys and the tattoo on the leg of the girls, as well as the mortuary rites. The Laklãnõ/Xokleng people called South Jê and belonging to the linguistic stem Macro-Ge, currently inhabit the Indigenous Ibirama Laklanõ, located in Alto Vale do Itajaí. Historically occupied forests covering from the state of Paraná to the state of Rio Grande do Sul (which includes coastal areas, shelters of the Serra Geral and the Sea and Southern Plateau of Brazil), when there was no such geographical boundaries. The "tempo do mato" above refers to the context in which the people still they lived the interior of the forests. The story of the events that ancestral temporality does not constitute a far way, for the older members of the current villages report reminiscences told by people who lived in the forests and left their accounts that are storage media. The results indicate that the rituals are not everyday events that translates its functionality as a rite of passage, disclosing aspects while favorable values for the transmission of knowledge and social relations of production. At this point we present the artifacts present in these ceremonies, which used as differentiation instruments are necessary for their significance and cultural representations.

Keywords: Laklãnõ/Xokleng, rituals, pre-colonial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema de posicionamento das aldeias em 2002.....	21
Figura 2: Localização da Terra Indígena Laklãnõ no Brasil e no estado de Santa Catarina.....	22
Figura 3: Território histórico do povo Laklãnõ/Xokleng.....	24
Figura 4: Bugreiros e suas vítimas.....	35
Figura 5: Primeiros momentos do contato.....	41
Figura 6: Vista parcial da barragem em 1991.....	45
Figura 7: Acampamento dos Laklãnõ/Xokleng próximo da barragem.....	46
Figura 8: O prefeito de Blumenau ouve as reivindicações dos indígenas no acampamento, local dos protestos. Abril de 1997.....	47
Figura 9: Apresentação das línguas Macro-Jê.....	54
Figura 10: Sítios Jê meridional de ocupações entre 400 e 260 AP em Santa Catarina.....	59
Figura 11: Representação de uma estrutura subterrânea salientando sua área interna à esquerda e a formação de um sítio arqueológico à direita.....	65
Figura 12 e 13: Cerâmicas encontradas no interior e no contexto das estruturas subterrâneas no planalto catarinense	66
Figura 14 e 15: Cerâmicas encontradas no interior e em contextos das estruturas subterrâneas.....	68
Figura 16: Acampamento cerimonial Laklãnõ/Xokleng.....	78
Figura 17: Festa Tradicional do povo Laklãnõ/Xokleng: Representação do ritual de Perfuração dos lábios dos meninos para a inserção do botoque e a realização da tatuagem na perna das meninas. Representação do cocho.....	81
Figura 18: Lança I, lâmina em madeira.....	83
Figura 19: Lança II, lâmina em ferro.....	84
Figura 20: Festa tradicional: Representação do ritual de Perfuração dos lábios dos meninos para a inserção do botoque e a realização tatuagem na perda das meninas.....	85
Figura 21: Tembetá em madeira.....	86
Figura 22: Tembetá em osso.....	87
Figura 23: Jovens Laklãnõ/Xokleng com botoque e armas.....	88
Figura 24: Jovens Laklãnõ/Xokleng usando os cintos cerimoniais.....	89
Figura 25: Maracá Laklãnõ/Xokleng.....	93

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	9
INTRODUÇÃO.....	11
1 O POVO LAKLÂNÕ/XOKLENG NA CONTEMPORANEIDADE.....	18
1.1 Estranhos olhares de povos distintos.....	18
1.2 A nova face de um povo.....	39
2 CONTRIBUIÇÕES ARQUEOLÓGICAS.....	50
2.1 A expansão dos povos Jê meridionais.....	50
2.2 Vestígios de ocupações Jê meridionais.....	61
3 OS LUGARES RITUALÍSTICOS NO “TEMPO DO MATO”.....	72
3.1 Aspectos ritualísticos.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100

INTRODUÇÃO

Os povos originários sustentam sua existência desde tempos onde possuem um conhecimento pleno das florestas, dos animais e das condições do clima. A interação com o meio natural oferecia suporte para sua subsistência, possibilitava sua ordem social, permitia suas práticas culturais e a estruturação de sua cosmologia. O respeito com os seres naturais, assim como a preservação de sua essência eram elementos fundamentais para a manutenção da vida.

Posteriormente ao tempo em que os povos originários e a natureza correspondiam como elementos intrínsecos, uma nova ordem social chega para confrontar e desestruturar a harmonia que prevalecia. Outros homens, possuidores de diferentes dinâmicas passa a modificar o meio natural, comercializando as terras e seus recursos naturais, ocasionando no esgotamento e destruição natural. Não obstante, o povo originário e o novo homem são submetidos a embates, um na defesa da natureza que é a fonte de sua existência, o outro na busca de comercializá-la.

Diante de um árduo conflito e inúmeras obliterações, o povo originário e o homem que comercializa a fonte da vida sobrevivem em territórios pertencentes a uma mesma jurisdição. Muitas práticas foram alteradas nesse contato. Muitos povos originários deixaram de existir, ou sua cultura passou a ser reordenada. Mas em virtude da permanência de muitos presentes nas terras que atualmente é denominada Brasil, juntamente com a variedade cultural a que lhes pertence, julgou-se de uma imprescindível necessidade, um estudo que revele as peculiaridades dessas vivências.

Nesse complexo de povos, buscou-se a compreensão de determinadas práticas com intuito de evidenciar quão rica e elaborada uma cultura se demonstra independentemente de suas origens, pois;

A partir de tais reformulações do conceito da cultura e do papel da cultura na vida humana, surge, por sua vez, uma definição do homem que enfatiza não tanto as banalidades empíricas do seu comportamento, a cada lugar e a cada tempo, mas ao contrário, os mecanismos através de cujo agenciamento a amplitude e a indeterminação de suas capacidades inerentes são reduzidas à estreiteza e especificidade de suas realizações. Um dos fatos mais significativos a nosso respeito pode ser, finalmente, que todos nós começamos com o equipamento natural para viver milhares de espécies de vidas, mas terminamos por viver apenas uma espécie¹.

¹GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Editora LTC, 1989. p. 33.

Mas antes de dar sequência a essa discussão convém elucidar como se engendrou os estudos nesse viés. O desejo de efetivar essa pesquisa se manifestou durante a realização das disciplinas obrigatórias “Estágio Supervisionado I e II” em cumprimento da grade curricular na Universidade Estadual de Londrina. O tema que me coube abordar com a turma do ensino fundamental II da rede pública foi o “Tratado de Tordesilhas”, “Capitanias Hereditárias” e “Governo Geral”.

Ao receber tal proposta me senti consternada. Como eu poderia trabalhar um assunto referente a colonização, sem esclarecer a existência de povos indígenas nativos nas terras em que o corria essas negociações e tratados? Problematizei a situação com a orientadora da disciplina de estágio supervisionado e propus a necessidade de salientar a respeito dos povos indígenas no Brasil com um acréscimo de uma aula de 50 minutos. Ela concordou e trabalhamos para o preparo da aula. Foi um sucesso. Os alunos apresentaram ótima receptividade e curiosidade. E nesse momento, senti que a temática indígena dificilmente era contextualizada nas escolas, e deveria haver maior visibilidade nesse sentido.

Um enorme desejo de trabalhar com a temática indígena juntamente com a arqueologia em um trabalho de conclusão de curso me conduziram por completo. Portanto, busquei ferramentas e possibilidades para efetivar a missão. A graduação em História na Universidade Estadual de Londrina é de excelente qualidade, entretanto não tem laboratórios específicos em pesquisa com a temática indígena. E como eu estava disposta a me envolver por completo nessa busca, poderia passar a desenvolver uma pesquisa no mestrado em ou um local que oferecesse essa possibilidade, então decidi durante a graduação mudar de universidade.

Os estudos em Etno-história, História Indígena e Arqueologia são oferecidos nesse conjunto em algumas universidades no Brasil. Dentro das minhas necessidades e interesse, escolhi tentar uma transferência externa para a Universidade Federal de Santa Catarina. Recebi o aceite e foi-me concedida uma vaga para dar continuidade na graduação em História, mas agora com as perspectivas que eu procurava. A minha primeira experiência com essa temática foi através da disciplina de arqueologia brasileira ministrada pelo professor Lucas de Melo Reis Bueno. Através dessa disciplina conheci o Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA), e assim passei a realizar algumas atividades como aluna voluntária no laboratório o que contribuiu para um elevado aprendizado e aprofundamento nos estudos.

A experiência em escavações arqueológicas contribuiu para se pensar a respeito das ocupações dos povos indígenas no período pré-colonial. A arqueologia que utiliza em suas pesquisas análises “dos vestígios materiais, os estudos da pré-história na América, em particular, conta com outros recursos, como os estudos dos documentos históricos que se referem aos ameríndios desde os primeiros séculos da colonização européia, os quais nos descrevem a vida e os costumes de numerosos povos da época”².

Objetivando obter conhecimentos em uma perspectiva antropológica cumpri a disciplina em tópico especial de Mito, Rito e Cosmologia ministrada pelo professor Rafael Victorino Devos, o que me proporcionou um distinto conhecimento na temática relacionada aos rituais. Foram muitos livros e textos que corroboraram para ampliar o desejo e compreensão sobre ritos em um contexto antropológico. As discussões em sala de aula sempre foram muito ricas e os diálogos com o professor a respeito dessa temática favoreceram em minhas reflexões para a elaboração do meu tema de TCC.

Outra experiência de elevado conhecimento foi obtida na disciplina de História Indígena ministrada pela professora Ana Lúcia Vulfe Nötzold. A abordagem da diversidade de povos existentes no Brasil assim como suas dinâmicas culturais, proporcionou muitos caminhos para futuras pesquisas. Nesse viés, eu já havia decidido realizar minha pesquisa na temática indígena, o povo em ocasião foi os Laklãnõ/Xokleng. Posteriormente ao término da disciplina, decidi me envolver de modo contundente com essa temática e me inscrevi para a seleção de monitoria da disciplina de História Indígena. Foi-me concedida uma vaga de monitora juntamente com uma bolsa, o que permitiu meu acesso ao Laboratório de História Indígena (LABHIN), cuja coordenadora é a mesma professora da disciplina supracitada, Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

Nesse laboratório muitas atividades foram desenvolvidas, contribuindo veementemente para o desenvolvimento do meu aprendizado. Concomitante a elas, foi proposto pela professora me inserir como bolsista do projeto Obeduc (Observatório de Educação) do Labhin, subsidiado pela Capes/DEB/INEP. Devo salientar que a experiência no laboratório proporcionou o fortalecimento do aprendizado, o que favorece de modo veemente na elaboração do meu projeto de pesquisa a partir do título, “Práticas Rituais Laklãnõ/Xokleng: no “tempo do mato””.

² NOELLI, Francisco Silva; FUNARI, Pedro Paulo. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 21.

São muitos os povos distintos que vivem atualmente no Brasil, e para dimensionar parte dessa dinâmica cultural, buscou-se retratar as práticas rituais do povo Laklãnõ/Xokleng no tempo em que viviam nas florestas. Para entender a dinâmica cultural desse povo, esse estudo foi dividido em três capítulos, cada um com dois itens. O capítulo 1 “O povo Laklãnõ/Xokleng na contemporaneidade”, contextualizou-se as vivências do povo Laklãnõ/Xokleng, desde o tempo em que estanciavam as florestas até o período compreendido como silenciamento³ em 1914. Os conflitos originados com a vinda de imigrantes, e o estabelecimento de colônias em território habitado pelos Laklãnõ/Xokleng. Abordou-se o processo de colonização principalmente no estado de Santa Catarina, local de maior incidência de conflitos entre colonos alemães e indígenas. Com o aumento da chegada de imigrantes no sul do Brasil, os indígenas perdiam o território de influência, e os recursos para sua subsistência se tornavam mais escassos, com isso a sequência de ataques desses em relação aos novos habitantes passou a aumentar.

Os métodos utilizados pelas autoridades e pelos colonos foi a contratação de homens especializados para adentrar as florestas e capturar ou mesmo obliterar os indígenas. Os *bugreiros*⁴, conhecedores das matas foram peças marcantes nesse contexto. Outras iniciativas das autoridades foram promovidas devido às denúncias contra os atos atrozes dos bugreiros e iniciativas dos governantes provinciais, as estratégias para amenizar os conflitos paulatinamente se modificaram, até o momento em que foi determinada a necessidade de um contato amistoso entre indígenas e não indígenas.

Como embasamento para essa abordagem as principais obras utilizadas foram: Silvio Coelho dos Santos “Índios e brancos no sul do Brasil”, e a obra de Luiza Tombini Wittmann “O vapor e o botoque”. Na discussão a respeito de identidade e alteridade, foi dimensionada a visão do outro e seu sentimento de estranhamento entre indígenas e colonos alemães. O

³ A pacificação ocorreu através dos primeiros contatos estabelecido entre Eduardo de Lima e Silva Hoerhann e indígenas em 1914. Na concepção dos Laklãnõ/Xokleng são eles os pacificadores, sendo assim, atualmente compreende a pacificação como silenciamento, o que corresponde com uma das reivindicações de retomada de seus valores culturais, e intenção de evidenciar sua autonomia enquanto povo. Devido ao contato a população estava diminuindo, e o aldeamento foi uma escolha do povo Laklãnõ/Xokleng tendo em vista sua sobrevivência. O silenciamento se refere a um movimento atual da liderança jovem que busca valorizar e revitalizar a cultura Laklãnõ/Xokleng.

⁴ Os *Bugreiros* eram os homens que mais conheciam as matas e seus perigos, com exceção dos próprios indígenas que nela habitavam. Quando o perigo eminente surgia, esses homens eram contratados para realizar empreitadas nas florestas e fazer o que fosse necessário para garantir a paz e ordem nas colônias. Sua maior atividade era matar, aniquilar os indígenas. WITTMANN, LuisaTombini. **O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. p. 49.

estranhamento entre as culturas do povo Laklãnõ/Xokleng e imigrantes alemães resultou em intensos embates devido ao seu contato.

O contexto referido contribuiu para a formação através da distinção perante o outro de um grupo étnico, pois “entre todas as identidades que o indivíduo pode ter, a identidade étnica é a que responde de modo mais completo a essas necessidades, porque o grupo étnico representa por excelência o “refúgio”, de onde não podemos ser rejeitados e onde jamais estamos sós”⁵. Do mesmo modo, os indígenas identificam os colonos como pessoas estranhas, que não compartilham as mesmas práticas culturais, pois é o outro. Através dessa discussão foi utilizada a obra de Philippe Poutignat & Jocelyne Streiff-Fenart “Teorias da etnicidade” e a obra de Tomaz Tadeu da Silva. (org.). Identidades e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.

No segundo capítulo “Contribuições arqueológicas”, a principal análise foi sobre os processos de expansão dos povos Jê⁶ até sua ocupação na região sul em tempos denominados como pré-colonial⁷, utilizando como suporte as interpretações e estudos numa perspectiva arqueológica. Os movimentos de expansão teriam sido provocados por uma densidade populacional elevada em uma região localizada, o que provocou o deslocamento de populações Jê a deixar essa região em busca de novos lugares para garantir sua subsistência.

No segundo item desse capítulo buscou-se demonstrar o que as populações Jê nos deixaram como cultura material de sua ocupação. Essas evidências foram identificadas por meio das suas moradias, confecções, que foram importantes fontes para as inferências no que se refere a ocupação desenvolvida por esses povos na região sul do Brasil em períodos antigos. As evidências que se procurou demonstrar se refere às casas subterrâneas em primeira instância e os vestígios que estão associados a esses assentamentos, como artefatos cerâmicos. As principais obras utilizadas foram as obras de: José Alberione dos Reis “Arqueologia dos buracos de Bugre: uma pré-história do Planalto Meridional”, de Maria José Reis “A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense” e de André Prous “O Brasil antes dos Brasileiros: a pré-história de nosso país” e Francisco Silva

⁵POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.p. 90.

⁶ Corresponde aos povos Laklãnõ/Xokleng e Kaingang, ambos pertencentes ao tronco Macro-Jê.

⁷Pré-colonial, pré-cabralina ou pré-história brasileira são denominações que se referem ao período que antecede a colonização e chegada dos europeus nas terras hoje brasileiras. Embora o termo pré-história seja contestado por alguns estudiosos, devido a uma menção que pode ser pejorativa ao citar pré-história o que poderia ser relacionado a povos sem história. Nesse sentido para evitar uma interpretação equivocada, procurou utilizar a expressão pré-colonial.

Noelli “A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000”.

No terceiro capítulo “Os lugares ritualísticos no “tempo do mato”” foram dimensionados os conjuntos das práticas rituais e os processos envolvidos nas ações de cada rito. Os ritos para o estudo foram selecionados devido ao grau de importância a que se referia a esse povo. A cerimônia de perfuração dos lábios dos meninos para a inserção do botoque e a realização da tatuagem na perna das meninas, assim como os ritos mortuários condizia com os principais momentos do ciclo de vida desse povo. Através de sua dinâmica cultural que se dispõem por meio de uma simbologia há o intento de interpretar o funcionamento cultural dessas práticas.

Os elementos ritualísticos envolventes no preparo e nas ações do ritual como as performances e os objetos foram salientados para a busca de seu entendimento. Os ritos tradicionais atuados em diversos estágios na vida desse povo, são permeados de símbolos e significados responsáveis por sua auto identificação e utilizados como instrumento de diferenciação dos demais povos existentes. Diante desses aspectos, esses ritos:

Não dirigido por padrões culturais-sistemas organizados de símbolos significantes-o comportamento do homem seria virtualmente ingovernável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais, e sua experiência não teria praticamente qualquer forma. A cultura, a totalidade de tais padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela- a principal base de sua especificidade⁸.

Cada rito celebrado corresponde com a passagem de uma etapa da vida à outra. Os ritos de passagem possibilitam o tornar-se como pertencente à comunidade e a perpetuação das práticas culturais que são levadas às próximas gerações. As passagens que iniciam com a gravidez, segregação e reintegração dos pais e o nascimento de uma criança. Posteriormente vem o ritual mais importante, a perfuração dos lábios dos meninos para a inserção do botoque e a realização da tatuagem na perna das meninas. Para a efetivação do ciclo é celebrado o rito mortuário. Com isso as etapas se concluem através da concretização do rito de morte.

Compreende-se que os elementos presentes na cultura de um povo e seus símbolos a qual permitem uma linguagem daqueles que pertencem e compartilham as práticas em comum, são aspectos dinâmicos da cultura, que “é essencialmente uma questão de ideias e valores, uma atitude mental coletiva. As ideias, os valores, a cosmologia, a estética e os

⁸GEERTZ, C. Op. cit. p. 33.

princípios morais são expressados por intermédio de símbolos e, portanto, - se o meio é a mensagem – cultura podia ser descrita como um sistema simbólico”⁹.

As principais obras utilizadas nesse capítulo para contextualizar o tema foram a dissertação de mestrado de Edna Elza Vieira “Symbolismo e reelaboração na cultura material Xokleng”, e a dissertação de Rodrigo Lavina “Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos”. No quesito da discussão antropológica utilizou-se as seguintes obras: Marisa Peirano “Rituais Ontem e hoje”, Arnold Genep “Ritos de Passagem”, Clifford Geertz “A interpretação das culturas”, a fim de entender como o conceito ritual é abordado em contexto antropológico.

⁹KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p. 288.

1. O POVO LAKLÃNÕ/XOKLENG NA CONTEMPORANEIDADE

1.1 Estranhos olhares de povos distintos

Indubitavelmente que a presença indígena e seu diversificado complexo cultural existente em nosso país ainda manifestam inquietações nas mais elaboradas mentalidades humanas. As provocações consistem quando se enfatiza que povos indígenas permaneceram como habitantes do território do Brasil antes desse país receber tal denominação, persistindo até os dias que compreendemos como atualidade.

Os estudos concernentes ao indivíduo indígena e seu distinto conjunto cultural evidenciaram suas consternações em tempos hodiernos. Até então, havia pouca preocupação com a existência dos povos indígenas enquanto sujeitos históricos. Contudo, essa pesquisa enfatiza que o ser indígena, não é um objeto atribuído a um ser sem história, inculto e obliterado, e sim, divulga a história de um dos povos presente nessa diversidade cultural do Brasil, a história do povo Laklãnõ/Xokleng.

O povo Laklãnõ/Xokleng pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê, atualmente habita a Terra Indígena Ibirama Laklãnõ (localizada nos municípios de José Boiteux, Vitor Meireles, Dr. Pedrinho e Itaiópolis), e Terra Indígena Rio dos Pardos (em Porto União), sendo ambas as TIs localizadas no estado de Santa Catarina¹⁰. Entrementes essa pesquisa enfatiza o contexto da Terra Indígena Laklãnõ para uma melhor abordagem e compreensão da história.

Outras denominações podem ser encontradas para se referir a esse povo, como Botocudos, Bugre, Aweikoma, Schokleng, Xocrém, Lakranó, Xokleng eKaingáng¹¹. É possível averiguar a dissimilaridade dos nomes atribuídos a essa comunidade, o que pode categorizá-lo com insinuações pejorativas e equivocadas, sendo que as características ou maneiras de comportamento também contribuía para nomeá-los.

Os nomes “Kaingang de Santa Catarina” e Aweikoma-Kaingang se referem às aproximações como a língua e cultura entre Xokleng e Kaingáng¹². O termo botocudo é devido ao labrete utilizado pelos indígenas do sexo masculino a partir de dois ou três anos de

¹⁰ BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Povos Indígenas em Santa Catarina**. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando, orgs. *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012.p. 55.

¹¹LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos**. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1994. P. 46.

¹² NANBLA, Gakran. **Aspectos morfossintáticos da Língua Laklãnõ (Xokleng) “Jê”**. Dissertação de mestrado. Unicamp. Campinas. 2005. p.12.

idade, Bugre é utilizado para denotar de maneira pejorativa o indígena desconfiado, inculto, grosseiro e arredoio¹³. Aweikoma é originado através da literatura de etnologia do Congresso Internacional de Americanistas que ocorreu em 1910 em Buenos Aires, o termo se refere a uma pronúncia errônea da frase “convidar uma mulher para a cópula”¹⁴.

Apesar da denominação Xokleng comumente encontrada na maioria dos trabalhos publicados, verifica-se que a comunidade não se identifica com esse nome, e não sente representado por seu significado.

Mas a última comunidade remanescente desta sociedade, atualmente habitante do vale do Itajaí, não reconhecia o termo Xokleng como sua autodenominação porque, segundo o povo, o nome Xokleng é demarcador do olhar do colonizador sobre a comunidade e não desta como povo. Com isso, o povo se sentia humilhado. Assim, num processo recente de resgate de nossa história, de nossas origens e de nossos direitos, há alguns anos a comunidade iniciou um processo de re-denominação, procurando resgatar aquele que considera o verdadeiro nome que nos distingue e identifica enquanto povo¹⁵.

A busca da identificação que assim o representa como povo se permeia por toda essa comunidade, pois o que se demonstra é que um nome dado por observadores externos é algo que apenas atribui uma denominação, podendo eliminar a essência, a gênese e toda uma trajetória. Ressignificar sua história, é também afirmar sua identidade e sua distinção diante da sociedade que se vive. Nesse sentido, “ao ver a identidade como uma questão de “tornar-se”, aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar identidades históricas, herdadas de um suposto passado comum”¹⁶.

Estudos da etimologia informam algumas expressões a respeito do nome mais comum atribuído a esse povo, como **Xo** ou **Txo**, que significa paredão de pedra, paredão de gruta e pedra, e ainda **Kleng** ou **Kle** que se refere à montanha, ou mais **Xokleng** ou **txukleg** que expressa aranha. Segundo Nanbla em uma ocasião, um pesquisador perguntou aos mais velhos desse povo, como é que eles se protegiam das chuvas, e outra questão foi levantada, como eles faziam quando matavam um boi da fazenda dos não indígenas, o informante

¹³VIEIRA, Edna Elza. **Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng**. Dissertação de mestrado, programa de Pós-Graduação em História. UFSC. Florianópolis, 2004.p. 19.

¹⁴ PERES, Jackson Alexsandro. **Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)**. Dissertação de mestrado, programa de Pós-Graduação em História. UFSC. Florianópolis, 2009. p. 45.

¹⁵ NANBLA, G. Op. Cit. p. 13.

¹⁶SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidades e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 28.

respondeu para o pesquisador que as pessoas se escondiam das chuvas debaixo dos paredões de pedras¹⁷. Quando matavam um boi, este era esquartejado e um homem o carregava nas costas em mochila de taquara produzida pelo povo, sendo estes equiparados a aranhas¹⁸.

O caráter referente a uma auto identificação de um determinado povo, assim como a reivindicação de sua identificação com aquilo que os represente perante os outros e a si mesmos demonstra sua organização enquanto povo, pois;

Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional¹⁹.

Devido à insatisfação da comunidade em relação à sua identificação, ou como estavam sendo identificados perante aos não indígenas e entre os indígenas, se manifestou a formação de um movimento de retomada daquilo que os representa enquanto povo os tornando, que é seu nome. Em virtude da retomada de suas significações passaram a se auto identificarem Laklãnõ, que significa o povo do sol, ou o povo ligeiro. Diante dessa conjuntura a expressão para uma melhor compreensão adotada nessa pesquisa se consiste como Laklãnõ/Xokleng. Assim “a comunidade chegou a um consenso de autodenominar-se “Laklãnõ ”= “povo que vive onde nasce o sol, ou gente do sol (ou, ainda, povo ligeiro)”. Do ponto de vista linguístico (...) “os que são descendentes do Sol” (ou, mais tecnicamente, do ponto de vista antropológico, e numa forma fonética simular ao idioma indígena: “os clã do Sol”) “²⁰.

A presença desse povo na Terra Indígena Laklãnõ atualmente soma uma população de 2.105 indivíduos, segundo dados da FUNASA (Fundação Nacional da Saúde) de 2013²¹. Na Terra Indígena Rio dos Pardos há 16 pessoas. Recentemente algumas famílias se declararam Xokleng atuando em reivindicações de terras no Rio Grande do Sul²². O que demonstra que o povo não se limita apenas no território de Santa Catarina. A organização política da Terra Indígena Laklãnõ se estrutura em oito aldeias, Palmeira, Coqueiro, Figueira, Toldo, Bugio, Sede, Pavão e Barragem. Cada aldeia tem seu cacique local, assim todos os moradores das

¹⁷ NANBLA, G. Op. Cit. p. 13.

¹⁸ Ibidem. p. 14.

¹⁹ BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.p. 193-194.

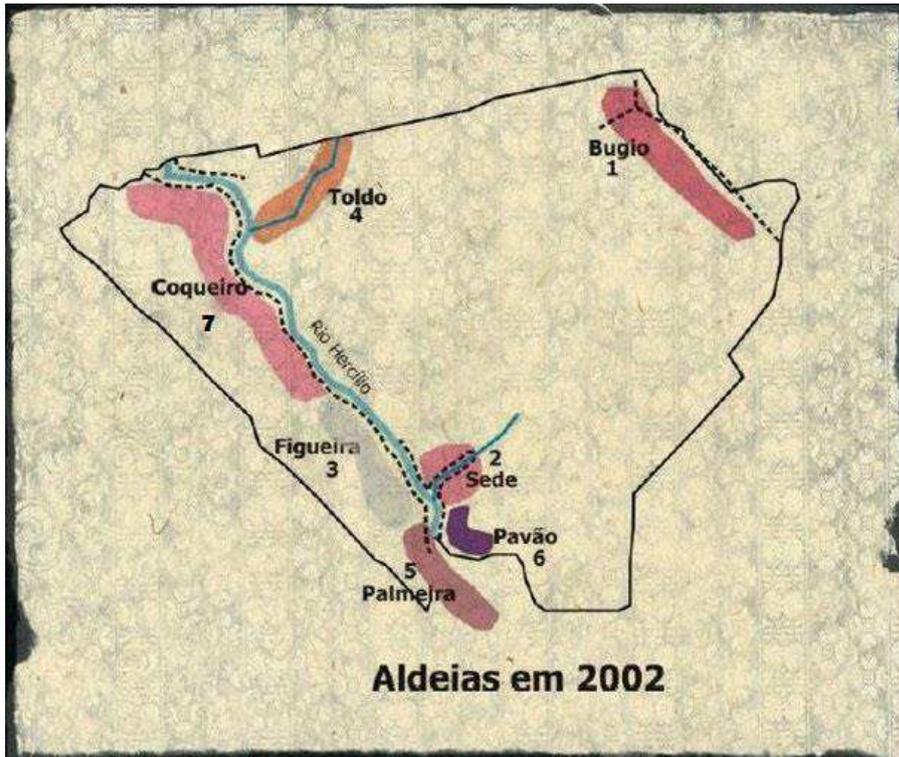
²⁰ NANBLA, G. Op. Cit. p. 14.

²¹ CRUZ, Takumã Machado Scarponi. **Etnoecologia de paisagens na Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, Santa Catarina, Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ecologia. UFSC. 2014. p. 41.

²² BRIGHENTI, C. A. Op. Cit. p. 55.

aldeias elegem um cacique presidente para representar a Terra Indígena²³. A eleição dos caciques ocorre a cada quatro anos, por meio de eleições gerais e se necessário é realizado dois turnos²⁴. Abaixo um esquema da posição das sete aldeias da Terra Indígena Laklãnõ em 2002, é possível averiguar que ainda não havia sido criada a aldeia Barragem.

Figura 1: Esquema de posicionamento das aldeias em 2002



Fonte: LOCH, S. p. 44. Adaptado pela autora.

A TI (Terra Indígena) Laklãnõ se localiza em uma importante rede hidrográfica, envolvendo os rios Itajaí do Norte (Hercílio) e Platê, e também ribeirões que formam a bacia hidrográfica do Rio Itajaí. A vegetação tem como característica a transição entre Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Mista²⁵.

No início de sua criação a Terra Indígena (TI) Laklãnõ, chamada Posto Indígena Duque de Caxias, funcionou como posto de atração de indígenas através do antigo órgão o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), sendo sua área determinada pelo Decreto nº15 de 1926 pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Nesse período a TI possuía cerca de 20.000

²³ Ibidem. p. 53-54.

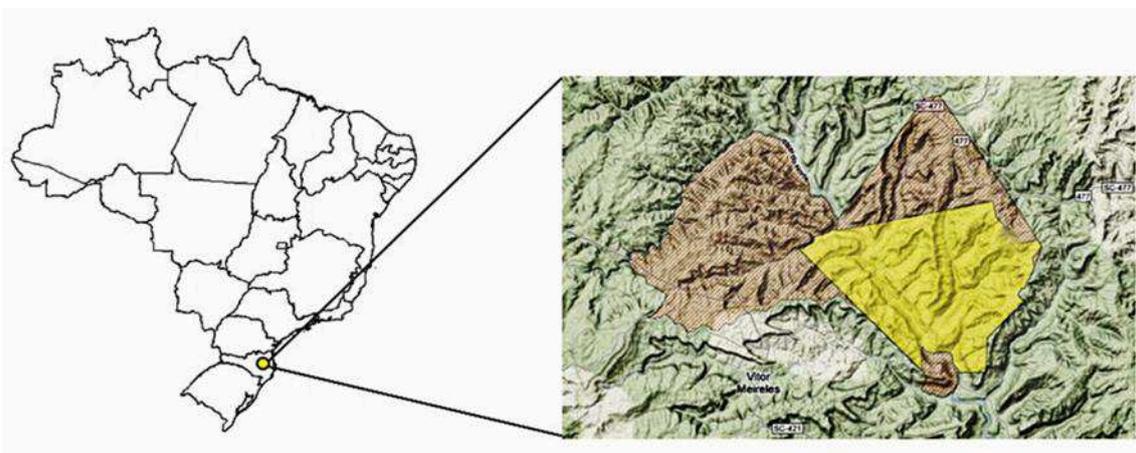
²⁴ Ibidem, p. 56.

²⁵ Ibidem. p. 47.

hectares (ha)²⁶. O intuito era concentrar ou confinar os indígenas pertencentes ao povo Laklãnõ/Xokleng que haviam sido contatados²⁷.

A TI foi oficialmente demarcada em 1965, e sua área reduzida para 14.156 ha, e em 1975 passou a ser titulada Terra Indígena Ibirama e somente foi homologada em 1996, sendo reivindicada a revisão de sua delimitação pela comunidade indígena em 1997²⁸. O nome Terra Indígena Laklãnõ é devido ao processo de reconquista das terras que o povo Laklãnõ/Xokleng iniciou em 1995, pois devido a essa consciência da luta, consideraram importante o abandono das denominações anteriores que não exprimiam a identidade do povo, passando também a nominar a TI²⁹.

Figura 2: Localização da Terra Indígena Laklãnõ no Brasil e no estado de Santa Catarina



Fonte: CRUZ, T. M. S. Op. Cit. p. 49. Adaptado pela autora.

O mapa em destaque apresenta dois espaços relacionados à Terra Indígena, a região na cor amarela mostra a atual Terra Indígena, e a região na cor marrom corresponde o lugar reivindicado para a retomada do território existente na sua criação³⁰. Posterior aos estudos de grupos de trabalho da FUNAI em 1999 houve a publicação em 14 de agosto de 2003 no Diário Oficial da União da ampliação da TI para 37.108,36, o que integraria determinadas áreas historicamente utilizadas pelo povo Laklãnõ/Xokleng, atualmente ocupadas pela comunidade colona e Unidades de Conservação, Área de Relevante Interesse Ecológico

²⁶ CRUZ, T. M. S. Op. Cit. p. 50.

²⁷ SANTOS, Silvio Coelho dos. **Povos Indígenas e a Constituinte**. Florianópolis: Ed. Da UFSC/Movimento, 1989. p. 17.

²⁸ CRUZ, T.M.S. Op. Cit. p. 50.

²⁹ BRIGHENTI, C. A. op. cit. p. 269.

³⁰ CRUZ, T.M.S. Op. Cit. p. 49.

(ARIE) Serra da Abelha, como também a Reserva Biológica (REBIO) Estadual do Sassafás³¹. Entrementes, essa ampliação não foi efetivada e a situação se encontra pendente no Supremo Tribunal Federal. A FUNAI determinou duas áreas, uma delas está Regularizada atualmente com o território de 14.156 ha, e a outra área se encontra Declarada, através de relatório antropológico e limite reconhecido pelo ministério da Justiça (Portaria 1128/2003), os 37. 108 ha, esses números ampliam a TI em 23.000 ha, contudo a situação ainda se encontra em processo judicial³².

Essa dissensão política contemporânea envolvendo a conjuntura territorial nessa região da TI é resultante de inúmeros conflitos que se originaram no século XIX, quando inúmeros imigrantes vieram se estabelecer em terras brasileiras. Consideradas vazias e desocupadas pelas empresas colonizadoras e pelas autoridades do Império, essas exerciam explorações intensas para promover o chamado desenvolvimento da área. A região em questão, usualmente chamada de Alto Vale do Itajaí, já era ocupada pelos indígenas quando houve a chegada dos imigrantes alemães.

No período que antecede o que classificamos como colonização, o povo Laklãnõ/Xokleng não residia em Terras Indígenas, e sim viviam nas florestas, percorrendo o estado do Paraná até o estado do Rio Grande do Sul (atualmente corresponde às áreas do litoral, abrigos da Serra Geral e do Mar, e planalto meridional brasileiro)³³. Em um tempo onde essas delimitações geográficas inexistiam esses indígenas se proviam dos recursos provenientes da natureza, o que lhes garantia a sobrevivência. No entanto, essa região seria alvo de mudanças significativas e conflitos marcantes.

³¹Ibidem, p. 50.

³²Ibidem, p. 51.

³³ LAVINA, R. Op. Cit. p. 9.

Figura 3: Território histórico do povo Laklãnô/Xokleng



Fonte: VIERA, E. E. Op. Cit. p. 18. Adaptado pela autora.

O Brasil vivenciava uma crise econômica nos primeiros vinte e cinco anos do século XIX, as minas se tornavam exíguas, o mercado de açúcar nordestino competia com os amplos centros consumidores da Europa e as modificações realizadas nas políticas para a chegada da família real e a independência do país não foram suficientes para provocar alterações econômicas. A tentativa de atrair europeus para contribuir no desenvolvimento agrícola era um arremedo dos modos norte americano. Contudo, as imigrações aparecem como soluções para a insuficiência econômica³⁴.

A aquisição de lotes em terras brasileiras era um processo em que não havia muitos impedimentos, pois havia um enorme interesse das empresas colonizadoras em explorar

³⁴SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng.** Florianópolis: Edeme, 1973. p. 48.

rapidamente essas áreas. Desse modo, “o acesso à América e a propriedade da terra eram facilitados de todas as maneiras na Europa, pois nada mais conveniente às empresas do que obter uma concessão territorial e, com algumas poucas benfeitorias, dividi-las em lotes”³⁵. Assim os imigrantes adquiriam suas terras para sua ocupação e exploração, sendo também subsidiados pela colônia em um primeiro momento para a realização de suas atividades nesses novos lotes. A colonização dessas novas terras estaria destinada ao desenvolvimento com a efetivação do trabalho familiar.

Na região sul do Brasil, as iniciativas para promover o desenvolvimento e progresso se consistiam de modo marcante. A presença indígena era sabida, tanto pelos negociantes da colônia, como os que aqui chegaram através das imigrações, mas isso não foi o suficiente para maiores inquietações. Na documentação oficial do período, constata-se certa tranquilidade no sentido da presença indígena na região, conforme citação a seguir:

Folgo agora de poder certificar-vos que se verifica o primeiro caso; que nada existe que possa macular a fidelidade reconhecida dos habitantes da Província: que de toda parte tenho recebido os mais claros testemunhos de sua lealdade, que fieis a seus juramentos, e à sombra das sabias intuições que nos regem, em regular andamento no Paiz, continuarão a dar provas da sisudez, do amor da ordem e do trabalho, que os distingue; e que sob tão felices auspícios goza a Província de perfeita tranquilidade³⁶.

Na primeira metade do século XIX não houve grandes manifestações em relação à presença indígena em áreas entre o planalto e o litoral, mesmo que surgissem em algumas situações, não era algo que oferecia insegurança aos habitantes das povoações. Inferiam que havia indígenas viajantes que se deslocavam dos sertões, mas tão logo retornavam. Com intuito de evitar as vicissitudes, principalmente na rota que seguia ao sertão, estabeleceram-se aglomerados nesses caminhos, pois se imaginava que na observância da concentração de pessoas o indígena não se aproximaria. A partir dessa presunção foi estabelecida a primeira colônia em Santa Catarina no caminho que integrava a Vila de Lages a Desterro³⁷.

Com a efetiva colonização no estado de Santa Catarina, muitos núcleos foram edificadas em suas diversas regiões, considerando sua área litorânea assim como o seu interior alcançando e se expandindo cada vez mais no território dominado pelos indígenas. Os povos existentes nessa região, “os Xokleng por sua vez, passaram a sentir de forma gradual os

³⁵Ibidem. p. 52.

³⁶CAVALCANTE, Jose Mariano de Albuquerque. **Falado presidente da província de Santa Catarina**. 1836. Disponível em <http://www.crl.uchicago.edu/content/provopen.htm>. Acesso em 15/09/2015.p. 1.

³⁷Ibidem.p. 55.

efeitos das mudanças. Até então, tinham quase completo usufruto da região, da qual eram exímios conhecedores³⁸. O governo, as autoridades possuíam o perspicaz entendimento da presença dos indígenas no interior, “raciocinavam que o índio se afastaria pacificamente na medida que os brancos estabelecem vilas, casas roças no sertão³⁹. Os indígenas logo se manifestariam em defesa daquilo que consideravam o espaço de sua sobrevivência, o lugar de sua morada.

Para o povo originário a presença dessas outras pessoas que chegavam e se estabeleciam em seu território causava estranhamento, não eram como eles. Esses não eram os Kaingang, a qual disputava alimentos, e também não eram os tropeiros que realizavam suas travessias conduzindo a boiada em direção ao norte, esses eram os imigrantes europeus, que derrubavam árvores para a edificação de suas casas, para a criação de seus animais e em seus cultivos variados⁴⁰. Através de uma tenaz observação o povo Laklãnõ/Xokleng fitava as discrepâncias de pessoas com comportamentos que lhes causava o desejo de identificar o desconhecido. Ao fitar o que não se conhece, percebe-se que “a etnicidade pode igualmente ser realçada por meio de todos os signos visíveis (comportamentais, vestuário etc.) que podem ser mobilizados e selecionados para tipificar um grupo social ou utilizados para apresentar um Eu étnico específico⁴¹”.

A identificação de atitudes e hábitos díspares atribui um pré-julgamento no sentido de que em um primeiro instante na visualização e percepção do outro desconhecido atribui-se um caráter de estranhamento e curiosidade. Nesse primeiro momento da percepção a origem não comum é considerada insólita e necessita ser investigada. O olhar e suas “diferenças entre os grupos só servem para a diferenciação étnica quando representam marcadores de uma filiação compartilhada ou, melhor dizendo, é a crença na origem comum que substancializa e naturaliza os atributos, tais como a cor, a língua, a religião, a ocupação territorial e fazem-nas percebidas como traços essenciais e imutáveis de um grupo⁴²”.

Deve-se salientar que a presença de imigrantes alemães nas áreas de predomínio indígena ocasionou o contato e conflitos com as aproximações. Entretanto não se deve conjecturar que o povo Laklãnõ/Xokleng em suas observações do não indígena arquitetava

³⁸ WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.p. 29.

³⁹SANTOS, S. C. **Índios e brancos no sul do Brasil...**Op. Cit. p. 56

⁴⁰WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 31.

⁴¹POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. Op. Cit. p. 167.

⁴²Ibidem. p. 162.

ataques, e sim que estavam curiosos para entender como funcionava a maneira e coisas desse recém chegados. Contudo, “não havia assim guerra ao branco e sim revide a ataques ou simplesmente agressão, motivadas, às vezes, pelo encontro de índios e brancos em territórios que ambos tinham interesse”⁴³.

A colonização se efetiva a partir de 1850 adentrando de modo incisivo o interior do estado de Santa Catarina, como as regiões do planalto em locais de influência do povo Laklãnõ/Xokleng. Seus espaços se tornavam mais limitados, não podendo circular de modo livre nos planaltos, pois havia as criações de gado, nas terras ao sul às margens do planalto e no norte próximo do Rio Negro havia os imigrantes⁴⁴. No sul do País o modo utilizado foi a frente pioneira, alicerçada na pequena propriedade de agricultura, para que as gerações consecutivamente realizassem descobertas e explorações dessas terras. As intenções dessas frentes era a eliminação dos indígenas que estivessem em territórios de seus interesses, considerados empecilhos à expansão⁴⁵.

Em 1850 é promulgada a Lei Imperial N°601 popularmente intitulada como Lei de Terras, que determinava o tratamento das terras devolutas do Império, terras consideradas inabitadas ou desocupadas. Nesse ponto, essas terras deveriam ser ocupadas por diversos fins, o que ignorava a presença de populações em inúmeras regiões do país. O artigo 12 desse documento enfatiza essa ação: “O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1.º, para a colonização dos Indígenas: 2.º, para a fundação de Povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de Estabelecimentos publicos: 3.º, para a construção naval”⁴⁶.

Nessa conjuntura as observações se consistiam de modo correspondente. O medo se manifestava em face do outro misterioso e desconhecido. O número de imigrantes europeus aumentou com o tempo, chegando aos milhares, e assim na região do vale catarinense, diversas colônias foram fundadas⁴⁷. As preocupações para os colonos em relação ao novo lugar não se resumiam apenas aos perigos das florestas inexploradas, mas também com os indígenas que ali habitava⁴⁸. À medida que os imigrantes chegavam e celebravam a sonhada

⁴³SANTOS, S. C. **Índios e brancos no sul do Brasil...**Op. Cit. p. 64.

⁴⁴Ibidem. p. 59.

⁴⁵ Ibidem. p. 59.

⁴⁶Legislação Informatizada - **LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850** - Publicação Original. Acesso em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-601-18-setembro-1850-559842-publicacaooriginal-82254-pl.html>.Disponível 16/11/2015.

⁴⁷WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 30.

⁴⁸Ibidem.p. 31.

terra que se tornava sua propriedade, a extensão explorada pelo povo Laklãnõ/Xokleng munida dos recursos como a caça e frutos diminuía e resultava em uma área mais comprimida. Desse modo, a proximidade se torna mais assídua entre indígenas e alemães⁴⁹.

O olhar em relação ao outro é manifestado com um estranhamento, sendo assim, a identidade étnica é uma produção a partir da diferença. A existência da afinidade de pessoas que se identificam pertencentes a uma mesma espécie é fabricada diante da aversão com aqueles considerados estranhos ou estrangeiros. O diálogo entre as diferenças constrói a consciência de pertença, utilizado pelos indivíduos para delimitar suas fronteiras⁵⁰.

Essas aproximações viabilizaram disputas pelos recursos naturais disponíveis, o que não ocorria de modo assíduo, mas que passou a ser significativa devido a diminuição dos limites espaciais entre essas duas culturas. Os ataques se tornaram mais frequentes fomentando o pavor e o medo. Diante disso, o indígena passou a ser temido, e uma imagem de terror passou a ser sua característica construída como numa esfera de guerra.

Os bugres em número de seis atacam a casa do Dr. Blumenau no Ribeirão da Vila Velha em Itajahy. Dois homens que ali residirão intrincheirando-se em um sótão conseguirão repellar os agressores de ferirem a trez. Dous dos feridos o forão tão gravemente, que dias depois se encontrarão mortos nas imediações da casa. Os agredidos nada soffrerão, e a casa somente o arrombamento de algumas portas⁵¹.

O conceito manifesto no que se referia aos indígenas, quando ainda não havia identificado a qual povo pertenciam, se disseminava alegando seu caráter ilógico e sanguinário⁵².

Estes bárbaros, que não poupão mulheres nem crianças, que só cuidão em roubar-nos e atacar-nos por ciladas, não serão e meu ver cateehisados por meios brandos. Empregar para com elles a brandura e o soffrimento é augmentar e acoroçoar a barbaridade com grave prejuízo da civilisação, é proteger o roubo contra o trabalho e propriedade. Cada vez mais me convenço da conveniência, senão da necescidade de a força os ir buscar ás matas, e conduzi-los aos povoados ou a lugares onde não possão voltar a ellas. Assim livraremos os nossos lavradores desses assassinos, e tornaremos pelo menos os filhos desses bárbaros bons cidadão⁵³.

⁴⁹ WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 31.

⁵⁰ POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. Op. Cit. p. 40.

⁵¹ COUTINHO, João José. **Fala do presidente da província de Santa Catarina**. 1º de março de 1853. Disponível em [http // www.crl.uchicago.edu /content /provopen.htm](http://www.crl.uchicago.edu/content/provopen.htm). Acesso em 15 /09 /2015. p. 6.

⁵² WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 35.

⁵³ COUTINHO, João José. **Fala do presidente da província de Santa Catarina**. Desterro, 1º de março de 1857. Disponível em [http // www.crl.uchicago.edu /content /provopen.htm](http://www.crl.uchicago.edu/content/provopen.htm). Acesso em 15 /09 /2015. p. 34.

Essa convicção do perigo indígena influenciou em severas condutas ocasionando um verdadeiro genocídio. Até o início do século XX, foi possível a confirmação da morte de muitos colonos, aproximadamente 40 pessoas perderam suas vidas nos embates. Entretanto, as mortes dos indígenas foram demasiadamente mais expressivas e numerosas. A questão que se coloca não é para vitimizar o indígena ou o imigrante, sendo pertinente evidenciar que a articulação de conflito se estendia para os dois sujeitos. O que clarifica é que qualquer movimento dos indígenas era noticiado de maneira audaciosa, alegando a brutalidade e crueldade dessas pessoas. Isso prejudicava um estudo perspicaz dos reais interesses dos indígenas, quando entravam nas casas e levavam objetos pessoais pertencentes aos colonos⁵⁴.

Os relatos a respeito de assaltos das casas e os objetos levados pelos indígenas criaram grandes preocupações aos colonos. Porém, isso poderia sugerir quais eram os reais desejos dos indígenas, que em muitos episódios carregavam os tecidos, utensílios domésticos e ferramentas⁵⁵. As notícias a respeito dessas ações repercutiam pelas colônias, denotando um caráter agressivo e violento dos indígenas, enfatizando a necessidade de proteção e segurança das colônias. Os documentos evidenciam inúmeras ocorrências de assaltos de indígenas às casas ou propriedades dos imigrantes.

Os bugres (como aqui os indígenas são chamados) assaltaram o acampamento do Dr. Blumenau, na Velha, distante de nós nem meia hora [...] pensaram, assim, que a casa estivesse vazia. Quando o arrendatário Schramm, saiu de casa, viu cinco vultos bronzeados, nus, armados de arcos e flechas, que vinha em direção à casa, saindo de uma roça de mandioca dum morro próximo. Um sexto permaneceu meio atrás, neste morro. O arrendatário deu alguns passos em direção a eles e depois depositou a arma no chão e acenou-lhe com um ramo verde, para que eles pudessem chegar pacificamente e sem armar. Pareceu que eles conferenciavam ente si, mas a uma ordem do cacique, soltaram um medonho brado de partiram em direção ao arrendatário, batendo com as mãos nas coxas. O outro arrendatário, Toepel atraído pelo barulho e pelos chamados de Schramm, deu um tiro para o ar para assustá-lo; eles hesitaram um momento, para em seguida continuarem em direção à casa. Schramm e Toepel entraram em casa e mandaram a mulher do primeiro, com um acompanhante, ao Garcia, não só para deixar a mulher em segurança, como para buscar socorro. Os dois aproximaram-se com gritos ameaçadores, atiraram flechas, entraram nos quartos e começaram a pilhagem. Juntaram no pátio, uns sacos que por ali havia e alguns bugres entraram no quarto do Dr. Blumenau (que estava em viagem, no Desterro) e Schramm ouviu quando eles estavam arrombando o armário. Um bugre, que também se dispunha a entrar no quarto notou a presença de Schramm na janela do sótão do rancho próximo, mas nesse exato momento recebeu um tiro no lado. Soltando um grande grito, ele jogou fora a sua arma e fugiu; os outros, também

⁵⁴ WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 36.

⁵⁵ Ibidem. p. 37.

abandonando as armas, foram-lhe atrás [...] no outro dia, foi encontrado o que recebera o primeiro tiro⁵⁶.

A presença indígena era consciente não somente pelas autoridades, mas também para os imigrantes, que se preparavam com armas caso houvesse alguma vicissitude. Entretanto, “os colonos, cientes da presença indígena, costumavam carregar consigo suas armas de fogo. Eram, inclusive, aconselhados pelas autoridades a estarem sempre armados e atentos a qualquer movimento suspeito”⁵⁷. Assim, as disputas por território e recursos naturais para a obtenção de alimentos já se consistia em tempos antigos. Desse modo, o colono passa a ser mais um elemento envolvido da disputa pela rica região do planalto.

Esses aspectos evidenciam que o imigrante europeu atuou como sujeito marcante nessa posição de conflagração, dimensionando atributos opostos a adjetivos afáveis, contribuindo para disseminar a imagem do outro (o indígena), inexplorado e distinto que oferece uma significativa ameaça demonstrada em suas atitudes agressivas, “incivilizada” que não é reconhecida. Entrementes, outro sujeito se manifesta, defendendo suas convicções, seu território, sua sobrevivência. O indígena é também um sujeito proeminente que determina suas ações de acordo com o que acredita buscando alimentar sua aspiração. Nesse ínterim, identifica o outro (o imigrante) como elemento desconhecido, temerário e que precisa ser combatido.

A visão comumente enfatizada do indígena identificado como bárbaro ou selvagem, nos leva a seguinte reflexão, esses termos “civilizado” e “incivil” identifica etapas de um desenvolvimento que ainda se persiste. Possivelmente que o caráter comportamental e nossa etapa de civilização poderá manifestar estranheza a futuras gerações, o mesmo sentimento que emana ao se olhar para nossos antepassados. Esse comportamento social e as demonstrações das emoções transitaram por modos e formas que não era um início, não poderiam ser consideradas de modo absoluto de “incivil” para nós que mencionamos a colocação “civilizado”. Para esse entendimento é necessário buscar no tempo o lugar de onde surgiu. Pois essa “civilização” que se prolifera aos nossos consentimentos como algo que se alcançou

⁵⁶ Documentos originais correspondências. Carta de Fritz Müller a sua irmã Rosinha. **Blumenau em Cadernos**. Tomo XXXVIII-N. 05-Maio 1997. p. 41 e 43.

⁵⁷ WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 33.

de modo pronto, que nos aprimoramos sem saber de onde se procede, compõe um processo em que nós estamos atrelados e envolvidos⁵⁸.

Dois olhares, duas perspectivas, em nada resultavam um caráter apático à guerra, mas transfigurava modificações devido o contato. Duas culturas distintas que enfrentavam alterações com a interação com o diferente, com o outro. Nesse ponto, “o dinamismo se revelou através de um novo elemento na cultura Xokleng: o ferro”⁵⁹. O convívio que se fazia de modo distante, que não envolvia uma relação direta entre os dois povos, mas que oferecia entendimento da presença de outros habitando o mesmo lugar, em algum momento possibilitaria uma espécie de interação e trocas de elementos culturais. O ferro foi um elemento desejado pelos indígenas que acabou sendo incorporado na sua cultura. Para Oliveira em um complexo interétnico pode ocorrer de modo natural uma “cultura de contato” ou em uma expressão mais adequada “sistema intercultural”, sendo que esse pode evidenciar uma mescla diversificada, resultante de ganhos e perdas entre os sistemas culturais que estejam em conjunção⁶⁰.

À medida que os aspectos de uma determinada cultura são veemente notado passando a serem inseridos ou incorporados em outra cultura que não a sua, pode-se afirmar que houve uma interação ou trocas de elementos. Um fato que demonstra essa interação está expresso na colocação a seguir:

Certa vez, um grupo Xokleng se deparou com um caminho feito de uma forma diferente da qual estavam acostumados. Era uma picada aberta pelos novos habitantes do local justamente para melhor enfrentá-los. Esta era uma prática corrente nas áreas de imigração, geralmente sugerida pelos administradores dos núcleos coloniais que, muitas vezes obtinham para a sua realização apoio financeiro do governo provincial. (...) Para os índios, encontrar uma picada como aquela surpreendia pela forma com que os arbustos haviam sido cortados. Para afastar os galhos que atrapalhavam a passagem, os índios costumavam torcê-los. Os ramos perfeitamente decepados estavam modificados de uma maneira inédita para eles. Após comentarem o fato, alguns índios partiram para desvendar quem e como aquilo foi feito. No caminho, avistaram uma residência e algumas pessoas desconhecidas. Observaram por um tempo. Ao avançar, entraram na casa à procura dos instrumentos cortantes. Ao encontrá-los, resolveram testá-los na hora. Encantados com a eficiência das ferramentas. Experimentaram cada uma delas nos móveis da casa⁶¹.

⁵⁸ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução: Ruy Jungman. Revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p. 73.

⁵⁹ WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 39.

⁶⁰ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Ênio Matheus Guazzelli & CIA. 1976. p. 21.

⁶¹ WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 40.

Nesse ponto, um curioso elemento identificado pelos indígenas se torna algo que necessita ser mais conhecido e se possível inserido para manuseio de suas práticas. O ferro, o objeto desejado foi incorporado na cultura do povo Laklãnõ/Xokleng, não devido a não conhecê-lo, mas por considerá-lo algo com potencial de utilidade em sua comunidade. Mas, “essa “cultura do contato” pode ser mais do que um sistema de valores, sendo o *conjunto de representações* (em que se incluem também os valores) que um grupo étnico faz da situação de contato em que está inserido e nos termos da qual classifica (identifica) a si próprio e aos outros”⁶².

A identificação em relação ao outro, atribuída nessas duas culturas, imigrante e indígena, sua discrepância em considerar o outro como maléfico, notavelmente não é resultante apenas nas classificações do imigrante em relação ao indígena, mas isso aplica também na visão que o indígena classifica o imigrante. O indígena é possuidor de sentimentos, e externa sua consternação diante daquele que os enfrenta e os agride, manifestando assim na fala de uma mulher: “os brancos lá fora - disse ela- são nada menos que “cocolés”⁶³ e matá-los em nada se diferencia do ato de liquidar um animal selvagem ou outra fera qualquer”⁶⁴. O entendimento do outro, oposto e distinto pode ser analisado através da colocação de Oliveira onde ressalta que “a identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, i.e., à base da qual esta se define. Implica a afirmação do *nós* diante dos *outros*. Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição”⁶⁵.

A conjuntura dos conflitos engendrou iniciativas por parte das autoridades direcionadas para a tentativa de controlar as tensões ou na perspectiva mais aguçada de eliminar o problema que em sua concepção era ocasionado pelos indígenas. Contudo, “ao longo do século XIX, os governantes catarinenses perceberam a gravidade dos conflitos na província. A estratégia mais utilizada, na tentativa malograda de resolver a questão, foi contratar homens para adentrar a floresta. O objetivo era afastar os índios das terras colonizadas”⁶⁶. Desde 1836, já havia sido criada a Companhia de Pedestre pelo governo da província. Esta objetivava a proteção dos colonos, posicionando os guarda sem diversos locais

⁶² OLIVEIRA, R. C. Op. Cit. p. 23.

⁶³ Cocolés significa inimigo na concepção Laklãnõ/Xokleng.

⁶⁴ Histórias ao redor da fogueira do acampamento. **Blumenau em Cadernos**. Tomo XL. Nº 4. Abril de 1999. p.37.

⁶⁵ OLIVEIRA, R. C. Op. Cit. p. 5.

⁶⁶ WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 44.

da província. Os documentos da época divulgam que “O perigo indígena parece ter se agravado na década de 40, do século passado para cá, pois, por essa época, foi aumentando o número de Companhia de Pedestres, que fora criada pela lei de 25 de abril de 1836, e que foram mandadas estacionar nas zonas onde maior era o perigo”⁶⁷.

A Companhia de Pedestres deveria garantir a proteção dos habitantes da colônia, atuando nas florestas e em pontos estratégicos para impedir ataques dos indígenas. Segundo o texto original da lei, o 4º artigo esclarece que as seções de pedestres objetivavam “proteger, auxiliar e defender os moradores de qualquer assalto do gentio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os até seus alojamentos, quilombos ou arranchamentos. Fazendo todo o possível por apreendê-los e, no caso extremo de resistência, destruí-los”⁶⁸. A companhia deveria estar capacitada para a efetivação das empreitadas no interior das matas e no combate dos indígenas, mas os resultados desse empreendimento não seriam os esperados. Ademais, “quanto a arrancar o silvícola da enorme floresta, era mais fácil dizer do que executar, pois, a tarefa seria, naquele tempo, completamente impossível, ao par das enormes despesas”⁶⁹.

Essa companhia não estava atendendo às necessidades desejadas, seu método de organização falhava em muitos pontos. Sem dúvida, “os pedestres pouco podiam fazer, pois viviam estacionados em locais em que o índio não aparecia. Quando usavam seu armamento, ele se apresentava em estado precário”⁷⁰. Devido a essa insuficiência e mau funcionamento no que se refere a organização, estrutura e pessoal capacitado, os Batedores do Mato passam a exercer a função de adentar as matas:

Quando em 1877, o perigo que os índios representavam aumentou, especialmente na frente da colonização, o governo resolveu agir enérgicamente e, por isso, organizou aqui e também em outras zonas coloniais, uma Companhia de <<Batedores do Mato>> para, em constantes incursões pelas florestas, espantar o gentio ou, eventualmente, convencê-los. Não poderiam, entretanto, matá-los. Isso era-lhes rigorosamente proibido⁷¹.

Os Batedores do Mato “eram grupos que não tinham intenção alguma de fazer contato pacífico com os índios, com exceção do liderado por Friedrich Deeke, em Blumenau”⁷². Alguns presentes eram deixados para os indígenas a fim de atraí-los e conseguir uma

⁶⁷Indígenas do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Tomo VIII. Janeiro-março 1967. Nº 6/7. p. 103.

⁶⁸SILVA, José Ferreira da. “Itajaí: a fundação e o fundador”. **Blumenau em Cadernos**, tomo VIII, nº 9/10, Blumenau, 1967, p. 168. Apud SANTOS, S. C. Op. Cit., p. 66.

⁶⁹Indígenas do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Op. Cit. p. 104.

⁷⁰SANTOS, S.C. **Índios e brancos no sul do Brasil...** Op.Cit. p. 66.

⁷¹Indígenas do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Tomo VIII. Janeiro-março 1967. Nº 6/7. p. 104.

⁷²WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 47.

aproximação. Para isso “nas profundezas da selva eram levantadas cabanas, onde eram postos presentes para os índios, com o propósito de que estes, voluntariamente, se aproximassem e por intermédio de um interprete, (...) trazido do Paraná entrassem em contato com os brancos”⁷³, entretanto o intérprete era Kaingang portanto, falante de outra língua, embora pertencente ao mesmo tronco linguístico. Contudo, essas iniciativas não foram suficientes para conseguir um contato e controle das incursões indígenas. Os batedores do mato também não estavam capacitados para lidar com os indígenas. Assim “em 1879, o governo provincial extinguiu a Companhia de Pedestres alegando falta de recursos. Os Batedores do Mato, seguindo vinculado àquele, também deixou imediatamente de atuar”⁷⁴.

As tentativas de conduzir o desenvolvimento e o progresso das colônias não cessaram devido às manifestas falhas dessas iniciativas. Os Bugreiros, como eram chamados os Batedores do Mato passam a agir incisivamente adentrando as matas intencionando a captura e um violento ataque destrutivo aos indígenas. Esses utilizavam estratégias para alcançar seu alvo “esses homens eram exímios conhecedores da mata e de seus habitantes. Por causa do ofício, eram os não-índios que mais tinham conhecimento do território e do modo de vida Xokleng”⁷⁵. Para o efetivo ato violento utilizava a legitimação de determinados discursos que tornavam esse cenário permissivo para a prática da hostilidade contra esses povos. Segundo Nötzold e Vieira as ações dos Bugreiros se legitimavam por meio de uma abordagem ideológica que se emanava através da representação dos indígenas classificando-os como “vadios”, “assassinos” e “ladrões”, sem adicionar inúmeros outros adjetivos estereotipados utilizados como justificativas dos discursos das Companhias Colonizadoras e do Governo Imperial. Essas atuações contribuíram para desencadear a destruição significativa das populações originárias, que contava com as façanhas dos Bugreiros para a efetivação da limpeza das terras para promover a colonização⁷⁶.

⁷³ Indígenas do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Op. Cit. p. 105.

⁷⁴ WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 47.

⁷⁵ Ibidem. p. 49.

⁷⁶ NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; VIEIRA, Edna Elza. **A ocupação do espaço**. In: KLUG, João; DIRKSEN, Valberto, organizadores. Rio do Sul: uma História. Rio do Sul: Ed. da UFSC, 1999. p.24-25.

Figura 4: Bugreiros e suas vítimas



Fonte: SANTOS, S. C. Os Índios Xokleng... p. 42.

Essas investidas tiveram a contribuição de uma proeminente figura chamada Martinho Marcelino de Jesus popularmente conhecido como Martinho Bugreiro. Tornou-se conhecido devido ao seu empenho com a criação de gado e sua comercialização, onde passou a ser solicitado em pedidos particulares, assim como solicitações do governo que se destinava para espantar os indígenas. Esse homem contribuiu para a morte de uma parcela significativa da população indígena⁷⁷. Para surpreender os indígenas, os bugreiros utilizavam algumas táticas como numa guerra, e a esse respeito Martinho expressa seu plano efetuado nas matas:

Os bugres têm o costume de colocar, ou pendurar num cavalete, ou cabide, durante a noite, tôdas as suas armas, isto se o acampamento fôr pequeno; se fôr maior, haverá um outro cavalete ou cabide para as armas e, neste caso, eu terei que valer-me de outro homem de confiança, como, por exemplo, o é o meu irmão, que terá de ocupar então aquele segundo depósito de armas. Eu derrubo, então, o arsenal, ao mesmo tempo que solto altos gritos e disparo a minha pistola. Nós, nesses assaltos, só usamos pistolas que são mais manuseáveis que espingardas. A esse sinal, a minha gente também se põe a gritar e a disparar, avançando para o acampamento. Sob tão terrível espetáculo, os bugres acordam-se do seu profundo sono, pulam e, encontrando o lugar das armas ocupado, deixam tudo e fogem tão celeremente quanto possível, ganhando as profundezas da floresta. As mulheres, que têm

⁷⁷NÖTZOLD, A. L. V.; VIEIRA, E. E. Op. cit. p. 26.

crianças pequenas, e as crianças que não puderam fugir, jogam-se ao solo, levantado as mãos, pedindo graça⁷⁸.

Nessas empreitadas em busca dos indígenas os bugreiros levaram mulheres e crianças para demonstrar à população. Em determinadas circunstâncias algumas crianças eram adotadas pelos moradores da região. Como foi o caso da garota Korikã, adotado pelo médico Hugo Gresh, a qual recebeu o nome de Maria⁷⁹. Entretanto, inúmeras pessoas perderam suas vidas nesses conflitos, aproximadamente um terço da população Laklãnõ/Xokleng morreu após iniciar a colonização⁸⁰.

Não obstante, as tentativas de “pacificação” dos indígenas e catequização tiveram espaço nesse contexto. O Governo Imperial passou a prover recursos financeiros para contratar padres Capuchinhos, estes ficariam responsáveis não somente pela catequização, mas também pela construção de um aldeamento que funcionaria para atrair indígenas. A violência induzida contra os indígenas tomou repercussão de maneira negativa. Assim, em 1908, em um Congresso Internacional de Americanistas ocorrido em Viena, foi discutida pelos etnólogos a brutalidade que sofria o povo Laklãnõ/Xokleng. A questão foi expandida por Alberto Vottech Fric que havia efetivado estudo no Brasil, dimensionando a situação desses indígenas no Congresso. Desse modo, esclareceu a relação entre indígenas e a população nacional, a qual responsabilizou o Governo e as Companhias colonizadoras pela sustentação das atuações dos bugreiros, pedindo que houvesse um protesto contra essa situação e luta a favor dos indígenas⁸¹.

Essas alegações disseminaram no meio internacional e no Brasil, o que alcançou representantes da Alemanha que estavam fixados no Brasil, estes apontaram a responsabilidade para o Diretor do Museu Paulista o Dr. Hermam Von Ihering que afirmou que os colonos necessitavam de proteção. Sendo assim, no Brasil, esse movimento repercutiu em diversas publicações e protestos dos intelectuais na defesa dos indígenas⁸².

Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais através do decreto nº 8072, de 20 de junho de 1910, implantado em 7 de setembro

⁷⁸Indígenas do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Op. Cit. p. 116-117.

⁷⁹NÖTZOLD, A. L. V.; VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 26.

⁸⁰WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 56.

⁸¹NÖTZOLD, A. L. V.; VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 28-29.

⁸²Ibidem, p. 29.

desse ano⁸³. Esse órgão objetivava promover a luta contra a violência sofrida pelos povos indígenas, e por meio de obra positivista no Brasil e com o auxílio das classes urbanas, o general Cândido Mariano da Silva Rondon direcionou o tenente José Vieira da Rosa para atuar em Santa Catarina. Um posto de atração deveria ser edificado em uma área reservada para atrair os indígenas e promover a paz no Alto Vale do Itajaí. O SPI se deslocava cada vez mais para Hansa, sendo que a sede da Inspetoria foi direcionada para Hammônia. Mais funcionários vieram e a Companhia Hanseática de Colonização abdicou de uma área de 30.000 hectares para concentrar os indígenas no Alto rio Hercílio⁸⁴.

Para permitir o funcionamento do posto “veio também o sub-diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Dr. Manoel Miranda, a Hammônia e trouxe 30 mais alguns funcionários para intensificar os trabalhos de pacificação”⁸⁵. Para contribuir em aproximações pacíficas com os indígenas, e devido aos entraves para o estabelecimento do aldeamento e do contato, acreditou-se na impossibilidade de catequizá-los⁸⁶. Entretanto um jovem carioca acabou se destacando nesse cenário de contato e pacificação com os indígenas. Filho de instrutor de artilharia da marinha de guerra do Império da Áustria, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, nascido em 29 de agosto de 1896, com dezesseis anos, na função de fotógrafo, após dois anos, presenciou uma das intensas cenas da história do Vale do Itajaí⁸⁷.

Nos postos de atração Krauel e Plate foram instalados gramofones que direcionados às matas produziam “as mais lindas melodias enquanto a bandeira nacional tremulava ao alto. Ao anoitecer, a coisa tornava-se de maior cerimônia. Então o gramofone tocava o hino nacional e a bandeira era arriada solenemente, ocasião em que formava todo o pessoal do posto”⁸⁸. Alguns presentes também aguardavam os indígenas como uma maneira de paz. E assim no dia 21 de setembro de 1914, recebeu-se notícias do posto que causou movimentação. Eram indígenas que haviam se aproximado, jogaram fogo na sede, e levaram algumas roupas e ferramentas. Isso demonstrava que esse contato deveria ter outra maneira de proceder⁸⁹.

Esse ocorrido chamou a atenção de Eduardo Hoerhann que se deslocou no sentido da sede do posto, acompanhado de três homens, juntamente com um indígena aldeado do Paraná

⁸³ RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 157.

⁸⁴ NÖTZOLD, A. L. V.; VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 29-30.

⁸⁵ Indígenas do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Tomo VIII. Op. Cit. p. 124.

⁸⁶ NÖTZOLD, A. L. V.; VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 29-30.

⁸⁷ WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 155.

⁸⁸ Indígenas do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Tomo VIII. Op. Cit. p. 125.

⁸⁹ WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 156.

que seria o intérprete. Assim, o Kaingang gritou em direção às matas, e prontamente os Laklãnõ/Xokleng responderam⁹⁰. Eduardo pensou em estabelecer uma conversa com indígenas através do conhecimento assimilado através dos estudos da monografia de Hugo Gresh, que havia publicado anos anteriores alguns vocabulários obtidos em diálogo com sua filha adotiva⁹¹, Maria a jovem Laklãnõ/Xokleng.

Havia desconfiança por parte dos indígenas em relação a essa tentativa de amizade, sendo assim não permitiam uma maior aproximação e exigiam que as armas fossem deixadas. Os indígenas pegaram as armas e retornaram para o refúgio das árvores com seus arcos preparados para esses que tentavam pela primeira vez um contato de paz. Contudo, depois de minutos de diálogo sofrido, Eduardo Hoerhann sentindo que os indígenas ainda estavam inseguros em relação a estar armado, em uma atitude de argúcia, ficou nu para se apresentar aos indígenas⁹². Esse cenário foi o proeminente para o estabelecimento do contato. Sendo assim, a partir de 1914, os primeiros contatos se efetivam através de Eduardo Hoerhann nas imediações do Rio Plate, em afluentes do rio Itajaí do Norte ou Hercílio, onde ocorreu a formação do Posto Indígena Duque de Caxias, local onde conduziu os Laklãnõ/Xokleng que viviam na região do Alto Vale⁹³.

Salienta-se que os primeiros contatos entre os Laklãnõ/Xokleng esteve permeados por inúmeros conflitos o que acarretou em ataques provenientes de ambas partes resultando em inúmeras mortes. Em uma comparação entre perdas das duas vertentes envolvidas, o povo Laklãnõ/Xokleng foi mais afetado de modo significativo em relação aos colonos, pois além da perda de seu território, a morte de muitas pessoas foi de fato marcante em sua história. O intuito dessa discussão não foi apontar as vítimas e tampouco elevar a imagem de um herói, mas o que se propôs nessa perspectiva foi dimensionar como uma cultura pode influenciar na destruição de determinados aspectos em relação a outra, e como através do desconhecimento de maneiras de vivências distintas pode corroborar para a manifestação da aversão. Todavia, apesar desse cenário consternado as duas culturas permanecem, e os indígenas submetidos a maiores danos não foram conduzidos a uma obliteração e sim se fortaleceram, sustentando as buscas de seus direitos humanos. É o que passamos a abordar.

⁹⁰WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 157.

⁹¹Ibidem.p. 157.

⁹²WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 158.

⁹³NÖTZOLD, A. L. V.; VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 31-32.

1.2 A nova face de um povo

Ao ser criado o posto de atração Duque de Caxias no alto Vale do Itajaí em 1914, ocorre o aldeamento do povo Laklãnõ/Xokleng. As pessoas que viviam livres nas matas e dali obtinham seus recursos para a sobrevivência passaram a morar em um lugar criado para concentrá-los, modificando drasticamente suas práticas culturais e maneiras de vivências. Contudo, na concepção dos indígenas, eles direcionaram suas escolhas, amansavam os não indígenas e assim decidiram estabelecer contato para minimizar os conflitos existentes nessa região.

Esses indígenas não praticavam a agricultura quando moravam nas florestas, mas esse cenário é alterado quando se estabeleceram no posto Duque de Caxias. Após o silenciamento, a intenção era transformar os indígenas em agricultores, atividade que garantiria seu auto-sustento. No entanto, as atividades agrícolas não despertavam grande interesse para eles, pois estavam habituados com a caça e a coleta. Mas a visão que o não indígena originava a respeito dos indígenas era de pessoas desinteressadas ao trabalho e indisciplinados. A seguir são retratados os comportamentos dos Laklãnõ/Xokleng em trabalhos nas roças, a partir do relatório de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann.

Durante as primeiras horas trabalham realmente com certa seriedade, cahindo porem logo em distrações verdadeiramente infantis acabando com pilherias e em franca hilaridade, zombando de todos e pedindo que se lhes desse, alem do que se prometeu para que trabalhassem, tudo o que sua phantasia lhes fazia desejar, motivando que já sufficientemente trabalharam. Uma vez n'esta disposição para puerilidades, tornam-se simplesmente inaproveitaveis para qualquer affazer, não voltando de modo algum á seriedade, já que não se pode empregar o único meio efficaz que seria acoacção. Sempre assignalar que entre os botocudos pacificados exista na verdade um pequeno grupo que mantem uma certa compostura e que mais facilmente poderia ser modificado em seus habitos, incorporando-se gradativamente á nós e adaptando-se ao nosso meio de subsistencia⁹⁴.

O modo de subsistência do povo Laklãnõ/Xokleng passa por transformações, o sistema do aldeamento impunha diversas tarefas diárias para que através do exercício de seu trabalho os indígenas produzissem o alimento nas lavouras no Posto Indígena. Não seria tarefa fácil a eles, passar a viver à maneira de uma cultura desconhecida. Os dias no Posto iriam mostrar que a imposição de tarefa de fato não condizia com a sua visão de cultura. Os

⁹⁴HOERHANN, Eduardo de Lima e Silva. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios. Mês de abril, 1916.** *Apud* HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. **O serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo: A política indigenista através dos relatórios (1912-1926).** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFSC. Florianópolis, 2005.p. 75.

relatórios desse período enfatizam a ideia de pessoas indisposta ao trabalho, alegando que “são de pouco estímulo e apesar de constante e imediata fiscalização aproveitam todo e qualquer momento para “descansarem” não demonstrando serem munidos pelo grande vigor e entusiasmo que devia existir par imprecionar os indígenas e portanto que se convencessem da realidade do interesse próprio que há em todos nós pelo trabalho”⁹⁵.

Os Laklãnõ/Xokleng possuíam suas concepções, preferências e sentimentos. Apesar das insatisfações em atividades que não os atraíam, ainda participavam nos processos de cultivos. Segundo relatório do chefe do Posto:

Cumprir chamar especial atenção para o importante auxílio que os índios botocudos nos prestaram na colheita de milho e no seu transporte para os depósitos, muitas vezes, de consideráveis distancias. Basta dizer que sem seu auxílio, não se poderiam realizar tão grandes colheitas em tempo tão diminuto, evitando-se deste modo quanto possível os danos ocasionados ao milho seco, nas roças, pelas maitacas e ratos. Os índios fazem do transporte de milho em grandes balaios, uma verdadeira prova de força e resitencia. Dotados que são de formidável força muscular e incrível resitencia, trabalhando alem disso com vontade e alegria, estimulando um ao outro, facil, é avaliar como nesse penoso trabalho o seu auxílio é de grande vantagem pra nós. Os índios portaram-se optimamente durante esse mez, nada havendo de anormal registrar⁹⁶.

Muitas ações determinadas para o processo do cultivo no posto indígena eram incompreendidas. A indignação era recíproca, de um lado Eduardo, chefe do Posto, não entendia as atitudes dos indígenas em não atender às suas ordens no que se refere ao consumo da cana antes de seu corte. Na outra vertente os Laklãnõ/Xokleng não aceitava o fato de haver quantidade considerada desse alimento e não poder ser sorvida quando tinham vontade.

Hoerhann não conseguia compreender aos atos realizados pelos que tinham outra lógica que não a da agricultura sistemática e sedentária. O contrário também era válido. Ao serem reprimidos e indagados, os índios tinham duas reações comuns. Algumas vezes respondiam que o corte feito não fazia mal e que, como ninguém tinha presenciado o fato, era impossível descobrir quem o praticou. Quando apanhados em flagrante, os índios expunham seus motivos. Eles reclamavam das promessas dos funcionários do SPI de que o destino da cana era fabrico de melaço e açúcar. A finalidade dificilmente era cumprida. Os Xokleng questionavam indignados para que servia a cana plantada se, por um lado, proibia-se o saboreio e, por outro, o alimento era muitas vezes perdido porque ficava excessivamente maduro ou estragado nas geadas⁹⁷.

⁹⁵ HOERHANN, Eduardo de Lima e Silva. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios. Mês de abril, 1916.** *Apud.* HOERHANN, R. C. L. S. Op. cit. p. 75.

⁹⁶ *Ibidem.* p. 93.

⁹⁷ WITTMANN, L. T. Op. Cit. p. 168.

Na imagem a seguir estão demonstrados os Laklãnõ/Xokleng no aldeamento, após o silenciamento (pacificação), verifica-se que muitos possuem apenas vestes da parte superior do corpo, o que identifica uma relação de contato com os não indígenas.

Figura 5: Primeiros momentos do contato



Fonte: HOERHANN, R. C. L. S. Op. Cit. p. 76.

Convém ressaltar que o contato assim como aderir os aspectos de outra cultura foi proveniente também das escolhas dos indígenas. Sendo assim, pode-se afirmar que a agricultura compôs mais um aspecto da cultura desse povo, mas que se modificaria após 1954, pois inúmeros empreendedores comerciais de madeira e dos recursos naturais obteriam permissão perante os governos para a prática da exploração da região, o sistema comercial permeou os comerciantes obcecados pelo lucro a desconsiderar as vidas ali presentes.

Desde o silenciamento em 1914 até 1954 o Posto Indígena estava sob o comando de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. Com isso “os regionais interessados em utilizar o potencial de mão-de-obra e de capacidade de consumo dos indígenas, além de toda a riqueza representada pelos recursos florestais, desejavam abrir a reserva”⁹⁸. Eduardo Hoerhann jamais havia permitido a edificação de estradas na reserva, não autorizava que os indígenas explorassem os recursos da reserva e dificultava a saída dos indígenas para serem utilizados

⁹⁸SANTOS, S. C. **Índios e brancos no sul do Brasil...**Op. Cit. p. 235.

como mão-de-obra ao não indígena⁹⁹. A respeito da situação das terras indígenas Eduardo de Lima e Silva Hoerhann relata que;

Desde a pacificação e localização nos valles dos rios Plate e Itajahy, os Botocudos, dentro das terras que lhes pertenciam desde tempos imemoriaes, não dispunham de terreno que não fosse de facto considerado “devoluto”, presa fácil, portanto, do primeiro explorador afouto ou ganacioso especulador que do mesmo se apossasse. Na verdade, as terras ora demarcadas, já estavam pedidas para os índios deste Posto, pois que, não haviam surtido effeito as longas e trabalhosas diligencias por parte de vossa Inspectoria, visando obter do governo Hercílio Luz um território com amplitude sufficiente que fosse definitivamente reservado aos índios Botocudos. Não só deixou esse Governo de attender a todas as vossas démarches officiaes, com ainda-afim de despudoradamente favorecer um apaniguado político-deceu todas as terras ainda “devolutas”¹⁰⁰.

Nesse ínterim muitos sujeitos foram incorporados em uma disputa que acarretava interesse em comum, cada um com suas justificativas possuíam uma mesma intenção com propósitos distintos para a terra e suas riquezas naturais. As empresas de do comércio da madeira e do Palmito com a intenção de explorar os recursos existentes em áreas correspondentes a reserva indígena, forçava sua abertura. Isso não somente contribuiu para a exploração dos recursos dessa região como levou a inserção dos indígenas no mercado regional. Pois “até 1954, a atividade agrícola era destinada praticamente ao auto-consumo da população e somente no caso de excedentes se efetivava a comercialização. Nêsse mesmo período, os Xokleng pouco saíram da reserva para oferecer sua fôrça de trabalho”¹⁰¹.

As mudanças a partir da segunda metade do século XX são evidentes, pois Eduardo Hoerhann é demitido e novos funcionários passam a exercer o comando do Posto, juntamente com os problemas financeiros do SPI, essas foram algumas situações que acarretou a abertura da reserva. Nesse contexto a “reserva foi logo rasgada por uma estrada que, seguindo o curso do Itajaí do Norte, atingia povoações e serrarias localizadas além do seu limite. Aos indígenas foi permitido começar a exploração de recursos naturais, especialmente madeiras e palmito (*Euterpedulis Mart*)”¹⁰². Dessa maneira, os indígenas também passam por essas modificações, incluindo-se no mercado regional.

Através do consentimento dos funcionários encarregados do Posto Indígena, juntamente com a construção da estrada e mais o incentivo das empresas, os indígenas

⁹⁹ Ibidem. p. 235.

¹⁰⁰ HOERHANN, Eduardo de Lima e Silva. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios. Mês de janeiro. 1927.** *Apud.* HOERHANN, R. C. L. S. Op. Cit. p. 111.

¹⁰¹ SANTOS, Silvio Coelho dos. **A Integração do índio na sociedade regional.** A fundação dos Postos Indígenas em Santa Catarina. Florianópolis, Imprensa da UFSC. 1970. p. 86.

¹⁰² SANTOS, S. C. **Índios e brancos no sul do Brasil...** Op. Cit. p. 236.

passaram a interagir com a economia regional, deixaram de praticar as atividades nas suas roças e se adentraram nas florestas para extrair o palmito. Em um primeiro momento os indígenas saíam para essa atividade e voltavam no período noturno, transportavam nas costas um feixe que poderia conter de 50 a 70 palmitos de tamanho pequeno a médio. O caminhão da empresa recolhia os feixes no final de semana¹⁰³.

As interações na sociedade nacional, que abrange etnias de distintas escalas e os povos indígenas, mesmo que em mecanismos regionais seguem um funcionamento peculiar, pois alude a composição não apenas de uma hierarquia de status ou uma ordem de estratificação, mas envolve uma “estrutura de classe”. Mesmo sendo uma contradição de classe, os povos indígenas passam a ocupar o sistema social que se inclui na sociedade nacional e assim ocupa posições de classes¹⁰⁴.

Essa exploração contribuiu para que se tornassem completamente condicionados aos exercícios das empresas negociadoras do produto, e sendo influenciados pelos regionais, se muniam de toda sua necessidade nas chamadas “bodegas” localizadas nas imediações ou diretamente com os compradores de palmito. No início os rendimentos do extrativismo eram elevados, e isso levou os indígenas a adquirir bens e consumir mais¹⁰⁵. Todavia, com a exploração sem controle, ao passar dez anos o palmito chega a se exaurir. Não se sentiu as evidências do esgotamento, os indígenas e tampouco os funcionários do Posto perceberam sua diminuição, apesar de sentirem que ao longo dos anos ficava mais cingido encontrar o palmito, e que era necessário percorrer uma distância cada vez maior para obter um feixe de palmito¹⁰⁶.

O esgotamento dos recursos florestais acarretou uma “penúria econômica” aos indígenas. A crise instalada disseminou algumas mudanças no PI, ferramentas, sementes e alimentos foram distribuídos no Posto para propiciar condições ao retorno da agricultura, algumas frentes de trabalhos foram criadas utilizando a mão-de-obra assalariada indígena, considerando que havia desvalorização do trabalho desse povo, sendo que seus produtos oferecidos aos comerciantes atingiam valores inferiores¹⁰⁷. A situação de “índios de reserva” é

¹⁰³Ibidem.p. 262.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, R. C. Op. Cit. p. 15.

¹⁰⁵ SANTOS, S. C. **Índios e brancos no sul do Brasil...**Op. Cit. p. 262.

¹⁰⁶Ibidem, p. 264.

¹⁰⁷SANTOS, S. C. **A Integração do índio...**Op. Cit p. 87.

que parece ensejar essa modalidade de identificação, pondo em prática mecanismos sócio-culturais consistentes com formas organizadoras ainda vivas nas sociedades tribais¹⁰⁸.

O território indígena foi amplamente explorado no que se refere em seus diversos recursos naturais. Ademais, “inicialmente foi a exploração do palmito, que até o ano de 1963 foi praticamente exaurido. Logo após, teve início a exploração da lenha e sassafrás”¹⁰⁹. Mesmo com a diminuição significativa e até a extinção dos recursos da reserva, houve maneiras de explorá-la ainda mais, a madeira de lei, foi outro proponente muito cobiçado. Sendo que, “essa exploração teve seu auge na década de 1970, quando entra em cena inclusive a serra-motor, agravada depois de 1976 quando teve início a construção da barragem”¹¹⁰. Esses episódios confirmariam o descaso dos governos em relação aos indígenas e principalmente a intenção de utilizar as terras da reserva até o último recurso existente.

Um agravante no que se refere à terra pertencente à reserva foi a construção da barragem, onde seu empreendimento ocasionou danos imensos à população indígena. Essa “barragem Norte (também denominada Ibirama) começou a ser construída em 1972, foi oficialmente terminada em 1992”¹¹¹. Os prejuízos foram incontáveis se estendendo não somente às questões sociais, mas também envolvendo danos ambientais, com isso “na situação do Vale do Itajaí, e em Ibirama particularmente, como de resto em outras regiões do mundo, ocorreram problemas relacionados com impacto ambiental e conflitos sociais em virtude da construção de barragens”¹¹².

¹⁰⁸ OLIVEIRA, R. C. Op. Cit. p. 17.

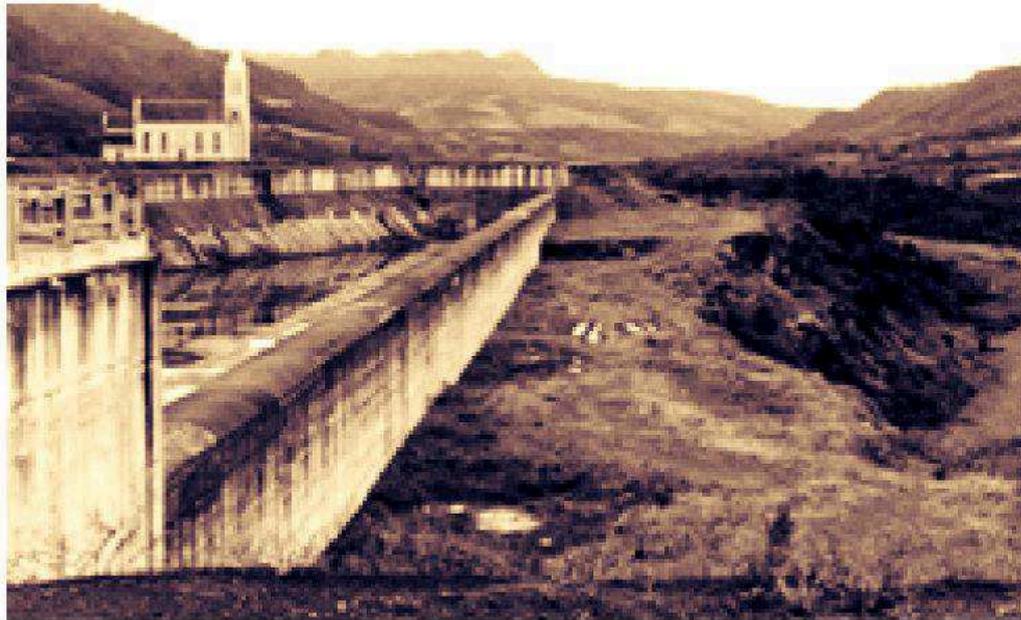
¹⁰⁹ NAMEM, Alexandro Machado. **Botocudo: uma história de contacto**. Florianópolis: Editora da UFSC; Blumenau: Editora da FURB, 1994. p. 73.

¹¹⁰ Ibidem. p. 73.

¹¹¹ SANTOS, Silvio Coelho dos. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajaí: Univali, 1997. p. 113.

¹¹² NAMEM. A. M. Op. Cit. p. 74.

Figura 6: Vista parcial da barragem em1991



Fonte: SANTOS. S. C. Os índios Xokleng...Op.Cit. p. 123. Adaptado pela autora.

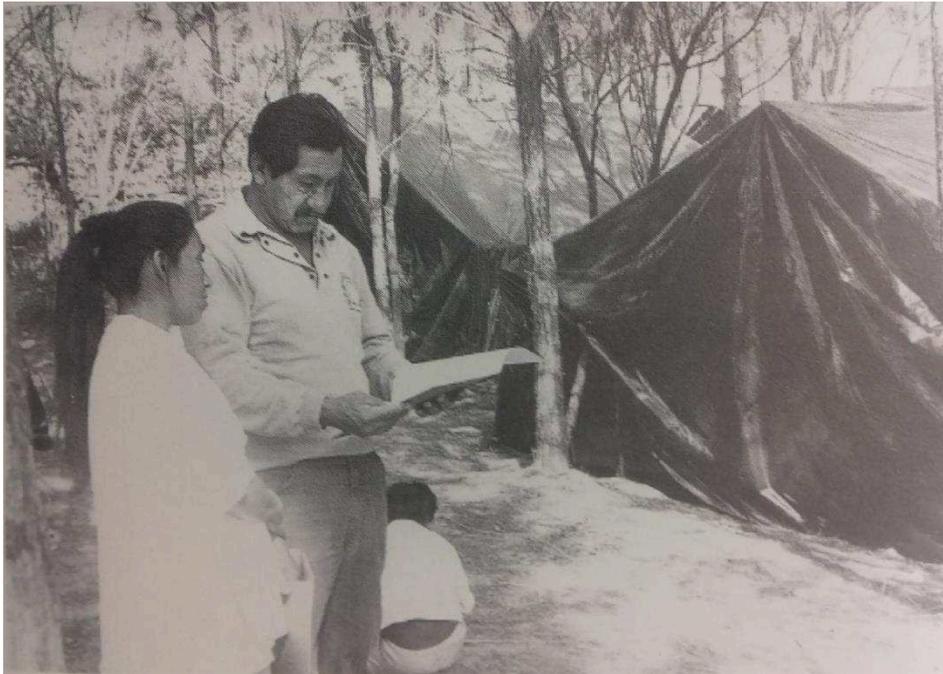
Essa ocorrência levou às reivindicações dos indígenas aos órgãos FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), este segundo sendo o responsável pela edificação da barragem. A partir de então lutas têm sido travadas a favor de indenizações. Por volta de 900 ha pertencente ao território indígena foi tomado pelo lago de contenção. Foram abandonadas as casas, plantações como as roças e pomares que se encontravam nas proximidades do rio Hercílio e afluentes do Plate. Muitas instalações necessárias ao Posto Indígena careciam de novas construções. Todavia os indígenas transpuseram suas reivindicações e lutas, cada vez mais intensas, para a recuperação de suas perdas como casas, escolas, igrejas, estradas, a sede do posto, instalações de redes elétricas e de água, e manutenção de um projeto de sustentação para a comunidade¹¹³.

Os órgãos supracitados não atenderam de início as solicitações reivindicatórias dos indígenas. Posteriormente as consequências do projeto da barragem começaram a se eclodir para os envolvidos, nessa ocasião os indígenas conseguiram apoio de organizações como, entidades religiosas, organizações não governamentais, de antropólogos, de ambientalistas e do Ministério Público Federal, manifestando que a edificação da barragem havia trazido sofrimento e implicações para a sobrevivência de sua comunidade, sendo assim, tinham por

¹¹³SANTOS, S. C. Os Índios Xokleng...Op. Cit. 1997. p. 113-114.

direito às indenizações justas. Após 18 meses de luta conseguiram um acordo com o governo do Estado que respondeu a uma parcela das indenizações¹¹⁴. A Figura a seguir demonstra o acampamento realizado próximo a barragem para reivindicar a retomada de negociações referente as indenizações.

Figura 7: Acampamento dos Laklãnõ/Xokleng próximo da barragem



Fonte: SANTOS, S. C. Os Índios Xokleng...Op. Cit. p. 125.

O convênio DNOS/FUNAI (Departamento Nacional de Obras e Saneamento/Fundação Nacional do Índio), responsável pelas indenizações, financiamentos de projetos entre outros, só foi assinado em 1981 após muitas lutas dos indígenas, de órgãos como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de profissionais da área de Ciências Humanas e Sociais e de indivíduos defensores e reconhecedores dos direitos indígenas¹¹⁵.

Todo esse complexo conjuntural que envolve a terra e seus recursos naturais juntamente com as discrepâncias para o exercício da posse e monopólio, acarretou em seu esgotamento, apesar dos indígenas utilizarem também esses recursos, averigua-se que o homem pertencente à sociedade nacional fez o uso de modo mais incisivo e exploratório, sendo que os habitantes da região sentiram os efeitos de modo mais intenso. Os indígenas

¹¹⁴ Ibidem. p. 114.

¹¹⁵ NAMEM, A. M. Op. Cit. p. 70.

diante dessa situação passaram a reivindicar os seus direitos. A esse respeito, a fala de um indígena Krenak sobre essa perspectiva de luta, ressalta que “o rio que é importante para o meu povo é o mesmo rio que vai dar água para o seu filho e para o seu neto. A floresta que abriga e que dá alimento para as nossas tribos é a mesma floresta que vai dar oxigênio e que vai dar alimento para o seu filho e para o seu neto”¹¹⁶.

Pode-se dimensionar que as reivindicações indígenas são produções de suas insatisfações a respeito dos abusos e explorações das terras onde vivem e o onde existem a fonte para a sua sobrevivência. Devido as transformações em suas terras e consumo exacerbado do que nela provém, perceberam que deveriam promover algumas mobilizações na tentativa de chamar a atenção dos governos, e esclarecer os equívocos praticados pela sociedade nacional, que afetava o indígena, o não indígena e o ambiente natural. O indígena em sua nova face passou a se envolver em movimentos organizados com intuito de trazer de volta seu território, aquilo que lhe pertence por direito.

Figura 8: O prefeito de Blumenau ouve as reivindicações dos indígenas no acampamento, local dos protestos. Abril de 1997



Fonte: SANTOS, S. C. Os Índios Xokleng...Op. Cit.p. 126.

¹¹⁶ KRENAK, Ailton. **Notícias dos povos indígenas**. In: O Índio/Ontem, Hoje, Amanhã. Dossiê do I Ciclo. Organização Eda Tassara; coordenação Maureen Bisilliat; texto EdaTassara. São Paulo: Memorial da América Latina: EDUSP, 1991. p. 22-23.

As lutas indígenas repercutiram em novas abordagens, foram criadas outras maneiras pela busca dos seus direitos. As greves são reivindicações para demonstrar insatisfações e buscar direitos frente aos governos. Pode-se dizer que “a greve como uma manifestação de descontentamento é uma empresa para reaver direitos-tidos pelos índios como originários e não atacados pelo governo e/ou pelos grupos sociais com quem os habitantes da área indígena mantêm relações de vizinhança”¹¹⁷. A respeito dessas lutas, um indígena retrata que:

Aquela greve não rendeu nada até agora. Por isso nós tamo ideando para fazer outro tipo de greve, de manifestação. Ou mesmo lá no Bugio, ou estamo pensando de levar uma turma lá na BR, e trancá a BR, uma hora, duas horas, para chamar a atenção do governo. Tamo pensando de convidar os guarani do litoral e os kaingang do oeste, porque é sobre demarcação das terras, porque eles também tão lutando, vamo fazer uma greve só, geral para todo mundo. Pode ser lá na Palhoça¹¹⁸.

Uma das principais motivações para a organização das greves condiz com a luta pela terra, pelo território, o lugar onde os antepassados viveram. Esses lugares constituem um importante elemento que corrobora com a existência desses povos em períodos antigos, anterior a chegada dos não indígenas, isso favorece para efetivar as lutas para a retomada das grandes porções territoriais que lhes foi espoliada. O fato dos próprios indígenas se mobilizarem em suas lutas é pertinente:

A questão indígena não pode ser debatida apenas pelos especialistas “aqueles que entendem do assunto”, sob pena de deixar um perigoso espaço na consciência social para ser preenchido, seja pelos preconceitos e estereótipos vigentes na população brasileira, há séculos, como consequência do processo colonizador, seja pelo sistema educacional ainda vigente entre nós. A questão indígena, hoje, está intimamente ligada à construção da cidadania em nosso país e deve se tornar um assunto compreensível e significativo para o conjunto da população¹¹⁹.

Ao levar em consideração a luta do povo Laklãnõ/Xokleng reconhecem que sua luta surte em um veemente efeito, pois a própria aldeia Palmeira é um local que foi reconquistado. Na ocasião das reivindicações foi através da verificação do mapeamento das últimas greves realizadas ou mesmo em projeto é considerável constatar que elas se posicionaram em espaços externos à área indígena. Eles se estabelecem em locais que no decorrer da greve não os pertencem. Pois a intenção é ocupar o lugar, para atingir o que pretendem, “chamando a atenção” e “fazendo pressão” através do movimento da greve. Os caminhões são barrados, as

¹¹⁷ LOCH, Silvia. **Arquiteturas Xoklengs Contemporâneas: uma introdução à antropologia do espaço na Terra Indígena de Ibirama**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFSC. Florianópolis, 2004. p. 68.

¹¹⁸ Entrevista com Marcos. *Apud*, LOCH, Silvia. Op. Cit. p. 68.

¹¹⁹ VIDAL, Lux Boelitz. **As terras indígenas no Brasil**. In: GRUPIONI, Donisete Benzi (org.). Índios no Brasil. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.p. 193.

obras são paralisadas, e ameaçam abrir as comportas da barragem o que inundaria as cidades da região do Vale do Itajaí¹²⁰.

A questão de terras no Brasil é um dos assuntos mais importantes que constitui a organização social em diversos âmbitos principalmente no setor econômico. A demarcação pode ser feita em torno da reserva com marco de um quilômetro nas deflexões. É importante demarcar fisicamente, porque se houver invasão, o intuito será de má intenção, e se não houver a demarcação qualquer um pode dizer “eu não sabia”, então essa marca se constitui de modo favorável, mas é necessária uma vigilância após essa demarcação, pois a invasão pode ocorrer¹²¹.

Pode-se averiguar que as mobilizações organizadas pela comunidade indígena não se consistiu apenas em alarde, mas incutiu na concretização de significativas mudanças o que lhe proporcionou as conquistas de partes do território identificado como histórico. Muitas movimentações repercutem atualmente, as mensagens que o povo Laklãnõ/Xokleng almeja emitir, como a de um povo que possui força, voz ativa, capaz de uma resignificância de sua identidade, de sua cultura e de suas raízes.

Convém salientar que é notório que o indígena da atualidade não é o mesmo do período das grandes explorações em que a civilização do não indígena o conheceu. Os povos indígenas assim como inúmeras etnias que entraram em contato com diferentes culturas passam por modificações, mas não perdem sua identidade, não deixam de ser identificadas como tal. O contato entre distintos povos pode contribuir para as trocas culturais, mas isso não os torna diferente daquilo que realmente são. O indígena de hoje questiona, luta e reivindica, tem discernimento a respeito de seus direitos e que manifestar suas insatisfações às autoridades é posicionamento social adequado para suas conquistas e reconquistas. Nesse viés compreendemos que assim como muitos povos indígenas no Brasil, o povo Laklãnõ/Xokleng experimentou novas abordagens, é a nova face desse povo.

¹²⁰LOCH, S. Op. Cit. p. 72-73.

¹²¹POSSUELO, Sidney. **Notícias dos povos indígenas**. In: TASSARA, Eda organizadora; BISILLIAT, Maureen Coordenação. O índio: ontem, hoje, amanhã: dossiê do I Ciclo. São Paulo: Memorial da América Latina: EDUSP, 1991. p. 30.

2. CONTRIBUIÇÕES ARQUEOLÓGICAS

2.1 A expansão dos povos Jê meridionais

Ao realizar um estudo direcionado aos povos indígenas, constata-se a necessidade da busca para tentar compreender suas origens ou suas antedecências. Inúmeros questionamentos são engendrados enquanto a história desses povos, as lacunas surgem como manifestação na tentativa de obter esclarecimentos de como, por que e quando esses povos se estenderam no território que atualmente se denomina Brasil. Nesse viés essa pesquisa se delimitou em tratar dos povos Jê do Sul, que compreende os povos Laklãnõ/Xokleng e Kaingang ambos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê.

Para o discernimento referente ao momento em que se estenderam pelo Brasil meridional¹²² procurou-se salientar os movimentos de expansão desses povos em um período pré-colonial quando o território denominado hoje Brasil se preenchia de populações indígenas. Ademais, a ocupação desses povos na região supracitada foi dimensionada utilizando os vestígios encontrados como suporte para uma abordagem etno-histórica e arqueológica. A expressão referida a esses povos em questão foi povos Jê e povos Jê do sul, de acordo com a disponibilidade do termo na bibliografia que foi utilizada nessa pesquisa.

Quando a região sul passou a ser ocupada por levas humanas, houve grande exploração de diversas áreas, considerando a diversidade climática e vegetativa no lugar. As “pesquisas arqueológicas revelaram que a Região Sul foi ocupada em todos os seus espaços, configurados por relevos ecótomos e climas diversificados que proporcionaram diversos tipos de adaptação ecológica”¹²³. O que se pode entender é que uma região ao ser bem explorada em seus inúmeros aspectos, possivelmente o que houve foi existência de diferentes ocupações humanas em seus variados lugares.

Um ponto importante para se refletir é entender de onde essas populações vieram, como ocuparam e se estenderam pelo sul do Brasil, se essa ocupação ocorreu de modo concomitante ou se ocorreu em diferentes momentos por distintas populações. A esse respeito, foi identificado que:

¹²² Brasil meridional, abrange a região do sul do estado de São Paulo até o Rio Grande do Sul, e apresenta três importantes regiões arqueológicas que se diferenciam, que são os planaltos, as planícies do litoral e os vales dos rios Paraná e Uruguai.

¹²³ NOELLI, Francisco Silva. **A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000**. Revista USP. São Paulo. 1999-2000. p. 226.

Houve três levas humanas principais de ocupação que se expandiram a partir de regiões distintas. A primeira leva ocupou o Sul a partir de 12.000 ou 13.000 AP¹²⁴ e parece ter se mantido estável, mantendo as mesmas características materiais, reproduzindo certos comportamentos adaptativos e econômicos de povos “caçadores e coletores”, até cerca de 2.500 AP. comportamentos de adaptação e econômicos dos povos “caçadores-coletores”, até aproximadamente 2.500 AP. Os registros arqueológicos dessas populações são chamados de Tradição Umbu e Tradição Humaitá, e os estudos quantitativos mais recentes de suas indústrias líticas têm revelado uma notável estabilidade no sistema tecnológico e na escolha das matérias-primas por parte dessas populações¹²⁵.

Pode-se averiguar que essa primeira leva que se expandiu para a região sul do Brasil, sendo denominados “caçadores-coletores” antecedeu a presença dos povos Jê, que ocuparia posteriormente a região. Os vestígios que esses antecedentes deixaram foram classificados pela arqueologia como Tradição Umbu e Tradição Humaitá, uma fonte prolífica de cultura material, mais especificamente artefato lítico¹²⁶ importante para o entendimento da ocupação do Brasil nesse período. Nesse ponto, houve um período de estabilidade dessas populações, mas que passou a se modificar com a entrada de outros povos nessa região. Verificou-se que “a aparente estabilidade dessas populações Umbu e Humaitá começou a ser alterada pela invasão de duas levas principais de populações “ceramistas”, agricultoras, de matriz cultural distinta, Tupi e Macro-Jê, por volta de 2.500 anos atrás, respectivamente originária da Amazônia e do Centro-Oeste do Brasil”¹²⁷.

Observa-se que essas populações Jê concentravam em regiões específicas do centro-oeste propiciando o deslocamento para o sul e ali se estendendo, esse “grupo central dos jê, cuja radiação supomos ter se iniciado há uns 3 mil anos, está localizado entre populações com relações mais afastadas a leste e a oeste”¹²⁸. Outro fator que teria ocasionado esse deslocamento foi um crescimento na Amazônia relacionado com os sistemas novos de obtenção de alimentos, o que contribuiu para uma nova maneira de organização político e social. Contudo, “essa expansão ganhou impulso com o incremento da alimentação que a agricultura deu a essas populações. Junto com essa nova forma de subsistência foram desenvolvidas novas maneiras de se organizar social e politicamente, (organização social mais

¹²⁴ A sigla A.P. se refere a uma denominação arqueológica que significa Antes do Presente, e deve ser considerada até 1950, data em que esta passou a ser referenciada.

¹²⁵ NOELLI, F. S. **A ocupação humana na região sul**. Op. Cit. p. 227-228.

¹²⁶ Ferramentas composta de pedras, podendo ser polida ou não, como machados, mão-de-pilão, raspadores, lâmina de machado e ponta de projétil.

¹²⁷ NOELLI, F. S. **A ocupação humana na região sul**. Op. Cit. p. 228.

¹²⁸ URBAN, Greg. **A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras. 1992. p. 90.

hierarquizadas e com lideranças definidas) com maior capacidade para conquistar e manter novos territórios”¹²⁹.

O domínio de diferentes modos para a obtenção de alimentos, possivelmente favoreceu na busca e permanências em lugares distintos, o que se torna compreensível o deslocamento disseminado para outras áreas. Uma dessas regiões em questão é o sul do Brasil, onde houve a ocupação dos povos Jê. Certamente que houve outros fatores e dinâmicas passíveis de estudo para o discernimento desses movimentos, mas o que tudo indica é que o fator supracitado foi algo marcante.

Uma ferramenta de pesquisa que permite inferir a respeito das populações e suas ocupações é o estudo da linguística, que se constitui de modo adequado por permitir a verificação das relações ou discrepâncias entre populações, favorecendo para levantar questões não condizentes apenas à língua falada, mas sim favorecendo o estudo de expansões dessas populações.

Traçando uma árvore genealógica dos povos pertencente a algum tronco linguístico, considerando a língua para um estudo comparativo, assim como sua derivação no sentido de verificar novas palavras e a substituição de outras, pode-se construir as proximidades e distanciamentos entre populações. Nesse sentido, ao elaborar uma “árvore genealógica de uma família linguística, indicando em termos relativos quando as línguas de uma família se diferenciaram uma das outras”¹³⁰. Desse modo, os povos Jê do Brasil, apresentam um fator comum, ou uma história e origem semelhante, assim, “o ramo mais meridional da família, representado atualmente pelo Kaingang e Xokleng, separou-se muito antes de ocorrer a diferenciação entre os outros membros da família”¹³¹.

Os marcadores que contribuem para distinguir todas as populações do sul são três: linguísticos, materiais, biológicos. Os dados que se referem à linguística estão restritos aos Guarani, Xokleng, Kaingáng e Xetá. Os linguistas demonstraram que as línguas Xetá e Guarani pertencem ao tronco Tupi, a qual uma maioria se encontra na região meridional do sudoeste amazônico. As línguas Xokleng e Kaingang são pertencentes ao tronco Macro-Jê, que se origina no centro-oeste brasileiro¹³².

¹²⁹ FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 64.

¹³⁰ URBAN, G. Op. Cit. p. 88.

¹³¹ Ibidem. p. 88.

¹³² NOELLI, F. S. **A ocupação humana na região sul...** Op. Cit. p. 228-229.

A questão que surge no que se refere à reconstrução da linguística, sendo importante para a história da cultura, é a profundidade cronológica. A porcentagem de cognatos pode contribuir para verificar a estimativa da cronologia. A taxa de 81% de cognatos indicaria a separação entre duas línguas de 500 anos, 36% indicaria separação aproximada de 2.500 anos, e 12% indicaria cerca de 5 mil anos¹³³. Através dessas porcentagens vemos que quanto menor a quantidade de cognatos identificados na linguagem maior seu distanciamento entre uma ou outra língua, e quanto maior o distanciamento da língua, maior a distância entre sua expansão. Pode-se salientar que “os métodos linguísticos também nos fornecem alguns dados quanto à distribuição espacial”¹³⁴, o que permite uma análise do deslocamento dos povos Jê para o Brasil Meridional.

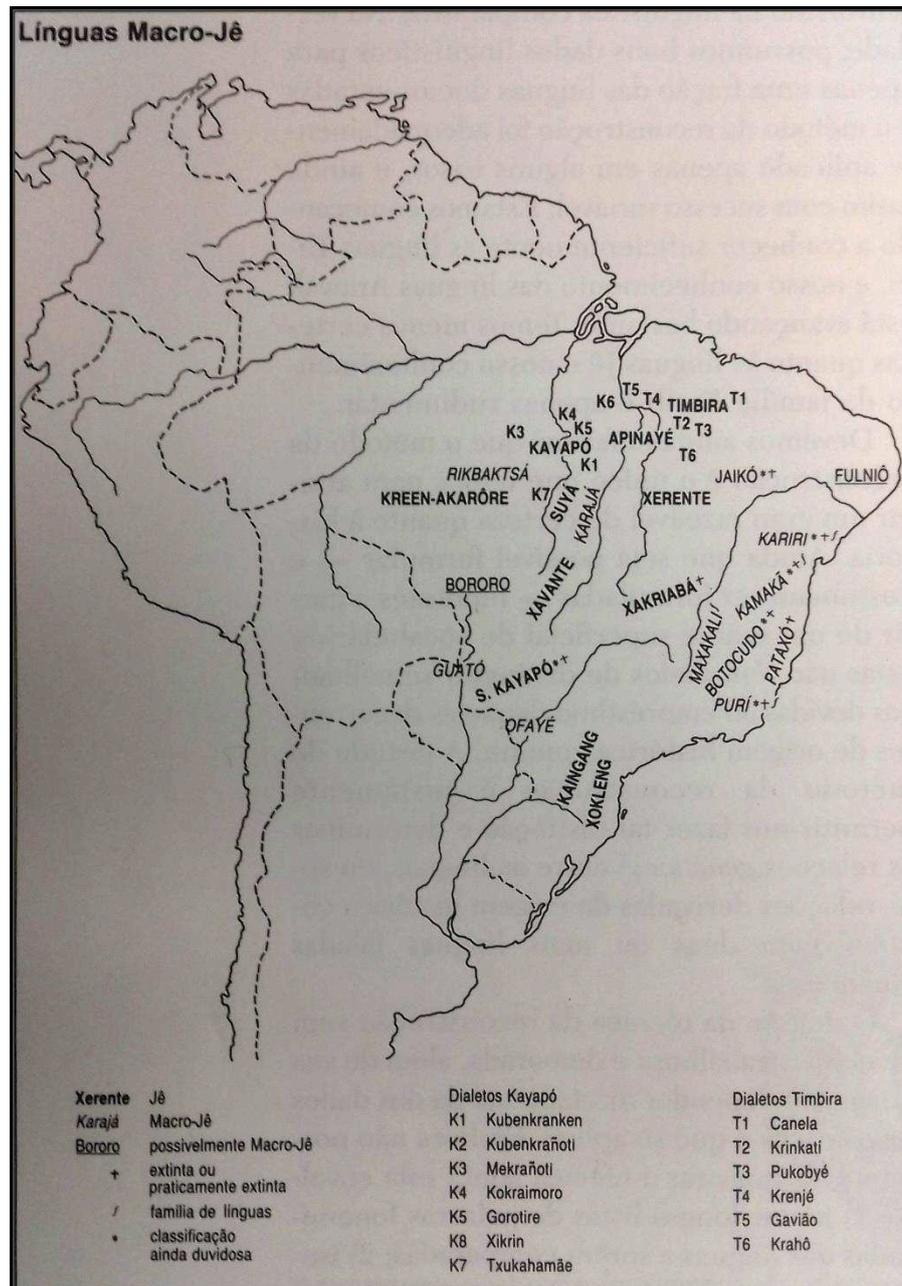
Nesse ponto linguístico, é verificável que os povos Jêmeridionais vieram de outra região. Eles colonizaram a região sul com línguas que até a atualidade se definem como língua falada pelos seus descendentes Kaingang e Xokleng. Entretanto, esse processo de perdas e aquisições deve ser pesquisado, pois os povos Jê não estavam sozinhos no sul do Brasil, encontraram populações que existiam ali a cerca de 12.000 A.P., também dividindo a região com os Guaraní que iniciou o processo de ocupação por volta de 2.200 A.P.¹³⁵. Considerando também a existência de outros povos na região.

¹³³URBAN, G. Op. Cit. p. 88.

¹³⁴Ibidem. p. 89.

¹³⁵NOELLI, Francisco Silva. **O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil**. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. (Orgs). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Eduel. Londrina. 2004. p. 24.

Figura 9: Apresentação das línguas Macro-Jê



Fonte: URBAN, G. Op. Cit. p. 88.

Ao analisar o mapa averigua-se que a quantidade de línguas pertencentes a uma extensão do tronco Macro-Jê se agrupa na área oriental e central do planalto do Brasil. O grande grupo central dos Jê “ cuja radiação supomos ter-se iniciado há uns 3 mil anos, está localizado entre populações com relações mais afastadas a leste e a oeste”¹³⁶. Desse modo, a separação dos grupos Jê se origina por essas populações que se encontravam nas margens da região, iniciando um processo de dispersão, onde “a primeira separação teria ocorrido entre os

¹³⁶ URBAN, G. Op. Cit. p. 90.

Jê meridionais (Kaingang e Xokleng). Estes teriam iniciado sua migração em direção ao sul nesse momento, há uns 3 mil anos, mas não se tem ideia de quando teriam chegado à região que atualmente ocupam no sul do Brasil”¹³⁷.

Estudos de diversas áreas têm contribuído para o levantamento de dados e para as pressuposições que poderão se tornar informações concretas e plausíveis. Entrementes, uma das ciências que tem se ocupado para compreender a origem e trajetória dos povos Jê é a arqueologia, mas essa ciência não busca trabalhar sozinha, e sim utiliza outras áreas que se relacionam conjuntamente tornando essa disciplina interdisciplinar. Nesse viés quando Funari coloca que a arqueologia nada mais é que uma leitura particular, onde o texto não é composto de palavras, mas também de objetos, ressalta que:

Por outro lado (em função da “busca da verdade”), há uma crescente preocupação com a interdisciplinaridade, em especial, no que se refere à ajuda proporcionada por outras disciplinas que lidam com “leitura” e “interpretação”, em particular, com aquelas que se voltam para os objetos também, como é o caso da semiótica, disciplina preocupada com os princípios teóricos da comunicação¹³⁸.

Nesse ínterim, é interessante pensar que a utilização conjunta das disciplinas se faz necessária para uma busca em compreender o que os objetos podem trazer para as interpretações a respeito da existência de um povo. Em seus estudos, “os pré-historiadores têm de dispor de métodos específicos para estudar os vestígios materiais fornecidos pela arqueologia, a qual dispõe de um conjunto de métodos e técnicas que permite localizar, analisar e interpretar os indícios materiais da presença e da atividade dos homens no seu quadro natural e artificial”¹³⁹.

Pesquisas sugerem que as populações eram distintas umas das outras, e que no processo de expansão de populações provenientes do centro-oeste, ao chegar na região sul, contribuíram para que as populações já existentes nessas áreas ocupassem pequenos pontos no planalto. Em estudos, “as datas mais recentes, por sua vez, sugerem que o processo de expansão territorial das populações Kaingang, Xokleng e Guarani foram gradativamente

¹³⁷ Ibidem. p. 90.

¹³⁸ FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 32.

¹³⁹ PROUS, André. **Arqueologia, Pré-história e História**. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 19.

comprimindo e confinando as populações da Tradição Umbu a certos territórios, formando bolsões no planalto, onde há datas de até 600 anos atrás”¹⁴⁰.

Os processos de modificação que as populações da Tradição Umbu conheceram poderiam estar relacionados a mudanças de territórios e adaptação de moradias as novas áreas. As indicações são que “por volta de 2.500 anos atrás, especialmente nas áreas contíguas à Planície Costeira e porção sudoeste do Rio Grande do Sul, e no litoral uruguaio, as populações associadas à Tradição Umbu passam a construir aterros, conhecidos entre os arqueólogos como cerritos. Os cerritos são indicadores de uma nova forma de assentamento em áreas alagadiças”¹⁴¹, evidenciando diferenças em relação ao padrão de assentamentos dos povos Jê.

Os que se supõe nessa abordagem é que “não há certeza se esta mudança decorre de uma nova forma de organização espacial e adaptabilidade aos ambientes de banhado, altamente rentáveis em termos de recursos de subsistência, ou se é devida à pressão populacional que obrigava essas populações a estabelecerem estratégias específicas de controle dos recursos nas áreas de ecossistemas úmidos”¹⁴².

Os povos Jê produziram inúmeros objetos que tornaram importantes fontes para diversificados estudos na perspectiva etno-histórica e arqueológica. Os dados arqueológicos a respeito desses povos receberam classificações criadas pelo PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), que realizou atividades no Brasil entre 1965 e 1970, coordenadas pelos arqueólogos estadunidenses Betty Meggers e Clifford. Esse programa organizou “seus dados nas categorias também americanas de “fases” e “tradições”, (...) identificando variantes culturais ou étnicas a uma determinada distribuição de artefatos no tempo ou espaço, se assemelha mais às práticas do difusionismo cultural europeu do que ao neo-evolucionismo ecológico americano”¹⁴³.

A Tradição Itararé, Tradição Casa de Pedra e Tradição Taquara, criadas pelo PRONAPA, classificava os dados sem levar em consideração contextos pertinentes para um estudo minucioso que relacionasse a cultura com o ser humano, provocando uma interpretação “hermética e refratária em relação as ideias e fato do panorama americanista,

¹⁴⁰ NOELLI, F. S. *A ocupação humana na região sul...* Op. Cit. p. 235.

¹⁴¹ Ibidem. p. 235.

¹⁴² Ibidem. p. 235.

¹⁴³ BARRETO, Cristiana. *A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil*. Revista USP, São Paulo, n. 44, dezembro/fevereiro. 1999-2000. p. 45.

instrumentalizando uma estratégia de seleção de dados que ignorou o conjunto de informações preexistentes e os resultados obtidos paralelamente por pesquisadores movidos por outras ideias”¹⁴⁴. Nesse sentido, se observou a ausência de um estudo que integrasse áreas produtivas para o estudo arqueológico, como a Antropologia, a Ciências Sociais, que favoreceria na compreensão de um contexto histórico e etnográfico.

Certamente que o trabalho realizado por esse programa contribuiu para o levantamento de dados importantes a respeito dos povos Jê, mas “a dificuldade de se integrar os dados coletados ao longo de décadas em uma síntese de arqueologia nacional é, sem dúvida, a consequência maior da fragilidade de tais categorias e da falta de orientação teórica explícita do Pronapa”¹⁴⁵. Em função desse panorama, para um entendimento a cerca da expansão e ocupação Jê, assim como a interpretação de seus dados, convém pensar que “o conjunto de dados em questão deve ser analisado comparativamente dentro de um conjunto cultural mais amplo, no âmbito do tronco linguístico Macro-Jê e da cultura Jê, refletindo as posições e discussões de etnólogos e linguistas”¹⁴⁶.

As tendências para novas abordagens conduziram outras perspectivas para a compreensão da expansão Jê no sul do Brasil. O que chama a atenção é que “para iniciar uma nova abordagem sobre a história, a cultura, a política e o processo de expansão territorial dos Jê no sul do Brasil, de modo a perceber as multivariações possíveis nos processos históricos particulares de cada grupo componente dos Kaingang e Xokleng, é preciso considerar todas as informações existentes”¹⁴⁷. Desse modo, uma análise que fuja dessa superficialidade deve estar envolvida em um conjunto que se atribua elementos de diversas áreas para um estudo interdisciplinar.

O que tudo indica é que os registros arqueológicos contribuíram para entender as mudanças no caráter de assentamentos dos povos Jê do Sul, o que ocasionou seus deslocamentos para outras regiões já no sul do Brasil. Contudo, muitos fatores contribuíram para que predominassem determinadas regiões do sul, “primeiro os Guarani, que entre 2.000 e 1.000 AP foram empurrando-os para longe das proximidades dos grandes rios e principais

¹⁴⁴ NOELLI, Francisco Silva. **Repensando os rótulos e a História dos Jê no Sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 3: 1999, p. 285-286.

¹⁴⁵ BARRETO, C. Op. Cit. p. 45.

¹⁴⁶ NOELLI, F. S. **Repensando os rótulos e a história...** Op. Cit. p. 291.

¹⁴⁷ Ibidem. p. 296.

afluentes, confinando-os nas terras mais altas e frias da Região Sul”¹⁴⁸. Isso permite esclarecer os locais onde os vestígios arqueológicos são encontrados quando se trata das populações Jê do Sul, sendo significativa em regiões planálticas onde há a presença da vegetação de araucária, pois “num segundo momento, por volta de 700 AP, foram expulsos do litoral, também sendo empurrados pelos Guarani para cima do Planalto Sul-Brasileiro, em áreas próximas do litoral”¹⁴⁹.

As ocupações cada vez mais são evidenciadas com o trabalho da arqueologia. Constata-se que “tais ocupações vêm sendo comprovadas pelos inúmeros sítios arqueológicos que permitem apontar possíveis vinculações com populações pré-coloniais Jê ”¹⁵⁰. Essas populações após se estenderem pela região sul, devido as possibilidades que lhes eram cabidas, passaram a ocupar as regiões planálticas “percebemos que entre 400 e 260 A. P. os grupos Jê meridionais ocupam uma área circunscrita do planalto catarinense, bem como as proximidades da Serra Geral Catarinense – um dos divisores de águas regionais -, já nas imediações da borda leste do planalto ”¹⁵¹. Esses dados sugerem que paulatinamente esses povos foram se assentando nessas regiões até haver um predominando que permaneceu até tempos mais atuais. O mapa a seguir mostra as regiões de sítios com ocupação Jê em períodos mais recentes.

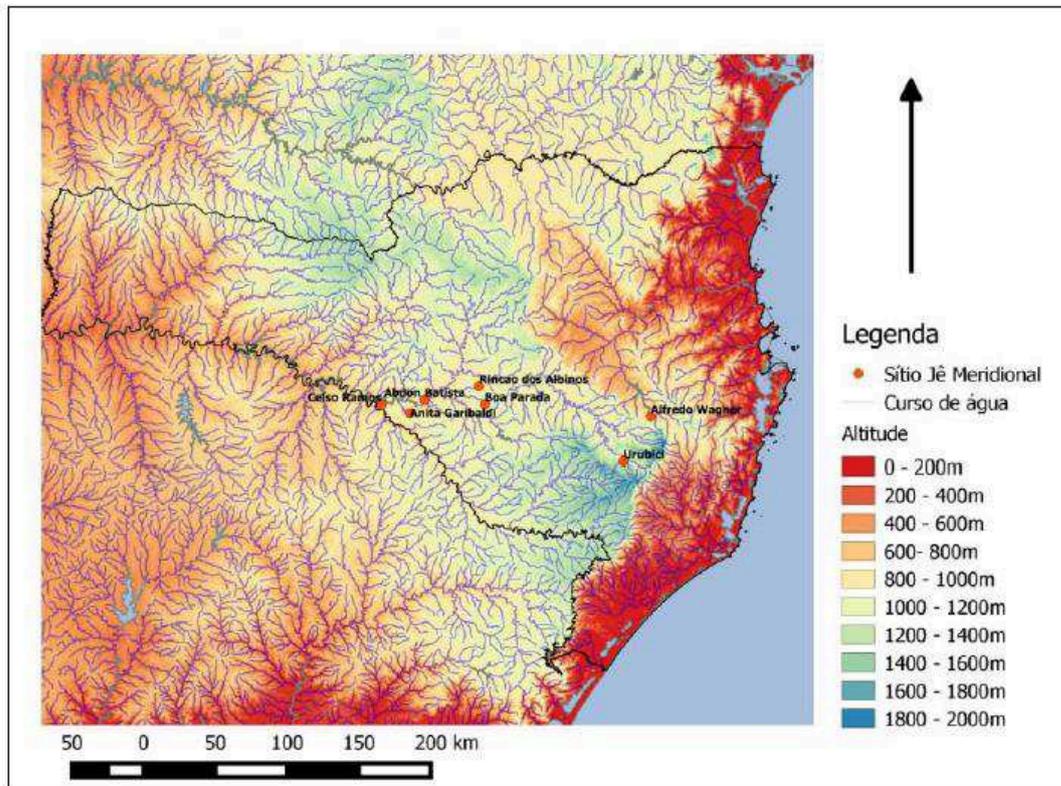
¹⁴⁸ NOELLI, F. S. **A ocupação humana na região sul...** Op. Cit. p. 241.

¹⁴⁹ *Ibidem*. p. 241.

¹⁵⁰ ALMEIDA, Luciana Cristina de. **Ocupação pré-colonial no planalto catarinense: os sítios arqueológicos do município de Urubici (SC) sob a perspectiva da geoarqueologia.** Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFSC. Florianópolis. 2014. p. 112.

¹⁵¹ REIS, Lucas Bond. **Para uma História Jê Meridional na Longa Duração: o Contexto em Alfredo Wagner (SC) e a sua Inserção Regional.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFSC. Florianópolis, 2015. p. 296.

Figura 10: Sítios Jê meridional de ocupações entre 400 e 260 AP em Santa Catarina



Fonte: REIS, L. B. Op. Cit. p. 296.

Convém ressaltar que a arqueologia juntamente com outras áreas pode responder as questões do movimento de expansão dessas populações, e contribuir em levantar dados a respeito dos ambientes selecionados para se estabelecerem, os períodos de ocupação em uma determinada região, o tipo de recursos naturais existentes na área dos sítios arqueológicos, os vestígios de ocupações de populações distintas, entre outros. É possível afirmar que “a arqueologia pode auxiliar no problema territorial dos Jê, organizando o conhecimento dos domínios territoriais dos grupos históricos e pré-históricos, mapeando e sobrepondo as instalações históricas e pré-históricas”¹⁵². O contexto pré-histórico e histórico dinamiza um complexo da trajetória cultural dos povos, o seu estudo se torna assim imprescindível para evidenciar elementos no que se refere às relações desses povos com os lugares de estadas e lugares de origens.

Os sítios arqueológicos são ricas fontes que trazem informações significativas do local e do seu entorno, isso permite analisar o conjunto material produzido por essas populações e

¹⁵² SILVA, Fabíola Andréa; NOELLI, Francisco Silva. **Para uma síntese dos Jê do Sul: Igualdades, diferenças e dúvidas para a etnografia, etno-história e arqueologia.** Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXII, n.1, p. 5-12, junho, 1996. p. 9.

entender através dos recursos utilizados e disponibilidades dos mesmos, os processos de movimentos envolvidos. Com a “comparação entre contextos arqueológicos se sítios inseridos nas mesmas áreas dos históricos, poderemos ter marcadores eficientes de definição cultural. Estes podem tornar inteligíveis e detalhadas as movimentações e instalações humanas no Brasil meridional ”¹⁵³. As comparações entre sítios arqueológicos possibilitam o acesso a um panorama que pode relacionar os elementos de uma mesma região e contextualizá-lo com outras áreas, esboçando através de novos elementos as hipóteses a cerca das populações pré-cabralinas¹⁵⁴ cada vez mais contundentes.

Cabe salientar que os estudos interpretativos pertinentes as expansões das populações Jê para o sul do Brasil ainda estão em processo de pesquisa. O trabalho interdisciplinar que as diversas áreas realizam como a etno-história, a antropologia, ciências sociais, linguística, geologia, geografia, biologia, entre outras, formam um corpo intelectual importante para dar consistência à arqueologia. Portanto, essa busca da história e gênese dos povos Jê do Sul, não favorece meramente as pesquisas, mas fornece a possibilidade de elucidações a respeito de antigos povos que ainda permanecem, através de sua descendência, a qual buscam explicações de sua própria história.

¹⁵³Ibidem.p. 9.

¹⁵⁴Pré-cabralina, se refere a populações presentes no Brasil antes da chegada de Cabral, no contexto pré-colonial.

2.2 Vestígios de ocupações Jê meridionais

A presença dos povos Jê pode ser constatada através de seus vestígios deixados através de suas ocupações, se estendendo em diversas regiões do Sul do Brasil. Os achados arqueológicos são variados, podendo ser artefatos resultado de uma cultura material, como também indícios de moradias, o que favorece para a compreensão dos lugares e os recursos explorados por essas populações. Nesses achados “ao mesmo tempo que aparecem a cerâmica chamada Itararé (no Paraná) ou Taquara (no Rio Grande do sul) e o consumo de vegetais cultivados, encontram-se novas estruturas de habitações, conhecidas como “casas subterrâneas”¹⁵⁵.

Os vestígios são importantes fontes para estudos que podem vir a ser comprobatórios a respeito de determinadas ocupações humanas em determinadas regiões. Através de minuciosas análises, esses vestígios fornecem um verdadeiro arsenal de informações contribuindo para a concentração de dados que permitem acesso da reconstituição de como teria sido a história ou passado de um povo. Indubitavelmente “as fontes reveladas por meio da pesquisa em Arqueologia, são duas as principais evidências materiais que sustentam a construção de uma analogia entre passado e o presente dos povos Jê meridionais, considerando-se a área de ocorrência destes elementos: a cerâmica e as estruturas subterrâneas”¹⁵⁶.

As estruturas subterrâneas eram buracos cavados no chão em formato circular, onde havia uma espécie de estaca ou poste no centro para a sustentação de um teto revestido por folhas. As características da região predominante e dessas estruturas são dimensionadas do seguinte modo:

Nas regiões mais altas de campo aberto, submetidas às geadas e ao vento frio do inverno, as aldeias se instalam nos capões de pinheiros-do-paraná (Araucária). São caracterizadas por covas profundas de 3m até 18m de diâmetro e com profundidade de 1m até 6m, cavadas com picões de pedra no piso de alteração do arenito. A terra escavada era disposta em anel ao redor do buraco para desviar as águas de enxurrada, e um poste central com cerca de 15cm de diâmetro levantava um teto de folhas, cujos caibros, calçados com pedras, se apoiavam ao redor da depressão. Nas casas mais profundas, uma banquetta corria ao longo da base da parede; uma rampa ou algumas lajes fincadas na parede à guisa de escada permitiam o acesso¹⁵⁷.

¹⁵⁵ PROUS, André. **O Brasil antes dos Brasileiros: a pré-história de nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 49.

¹⁵⁶ REIS, L. B. Op. Cit. p. 76.

¹⁵⁷ PROUS, A. Op. Cit. 49-50.

Essas estruturas eram edificadas para a proteção dos dias frios e chuvosos. Evidentemente “era, porém, em regiões mais frias que se encontrava o tipo de moradia mais original. Como o clima era frio, eles faziam buracos no chão, que se transformavam em habitações subterrâneas. Cavavam buracos quase sempre circulares, lado a lado, originando assim aldeias inteiras subterrâneas”¹⁵⁸. No território brasileiro pode ser constatada a presença das estruturas subterrâneas em diversas regiões, “embora a área de ocorrência arqueológica conhecida até o momento se estenda apenas do sul do Estado de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul, preferencialmente em altitudes que oscilam de 600 a 900m”¹⁵⁹. O que demonstra uma influência das estruturas em regiões mais altas, explicando a ocorrência das edificações no interior da terra, possibilitando um lugar propício para a proteção de intempéries. Entretanto, essas estruturas não possuíam apenas a função de casas, poderiam também ter outras finalidades.

Nesse caso, se verifica uma grande eficácia dessas estruturas, pois sua funcionalidade não se resumia apenas para a proteção de baixas temperaturas, e sim poderia estar relacionada a outras vicissitudes não condizentes com o clima, como um lugar para se habitar, para ordenar os sistemas familiares ou como depósitos, associando essas características com seu caráter organizacional social da própria comunidade. Sendo também identificadas como semi-subterrâneas, estão associadas com “indicadores de sedentarismo e permanência em territórios definidos, havendo casos de assentamentos com até 60 ou 70 casas, cujas dimensões maiores podem alcançar mais de 20 metros de diâmetro e 11 metros de profundidades”¹⁶⁰.

As pesquisas em sítios arqueológicos permitiram identificar inúmeras estruturas subterrâneas, sendo que na década de 1982 as pesquisas demonstraram que “aproximadamente oitenta sítios são conhecidos, conforme os resultados das pesquisas arqueológicas efetuadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”¹⁶¹. Ademais, muitos outros sítios foram constados posteriormente. Essas estruturas passaram a ser “registradas no início da década de 1960, quando da observação de Alan Bryan da ocorrência de uma destas evidências em Caxias do Sul, no nordeste do Rio Grande do Sul. No

¹⁵⁸ FUNARI, Pedro Paulo A. **Os antigos Habitantes do Brasil**. Coordenação Ernesta Zamboni; adaptação do Texto Luis Galdino; Ilustrações Isabel Voegeli Stever; projeto gráfico Mari Pini. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. p. 35.

¹⁵⁹ REIS, Maria José. **A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense**. Erechim, RS: Habilis, 2007. p.33.

¹⁶⁰ NOELLI, F. S. **A ocupação humana na região sul...**Op. Cit. p. 243.

¹⁶¹ REIS, M. J. Op. Cit. p. 33.

município, arqueólogos realizaram as primeiras escavações neste tipo de sítio, onde, dentre os artefatos evidenciados, encontraram cerâmica da tradição Taquara¹⁶².

A composição interna das estruturas é algo que favorece a compreensão do funcionamento e arquitetura dessas construções, e suas representações fornecem um entendimento panorâmico de quão complexas são elas. Existem vários estudos que dimensionam diversamente essas estruturas. A pesquisadora Deisi Farias nos traz que a composição da “parte enterrada seria semiesférica ou em calota de esfera, às vezes com as paredes verticais e o piso aplanado. A estrutura aérea seria fechada, cônica, respondendo ao contorno circular da depressão; e baixa, apoiando a parede na borda da escavação¹⁶³. Essas referências indicam as duas áreas das casas, a subterrânea e o espaço aéreo, localizado sobre a superfície exposta onde se armava o teto em formato circular.

Outras marcas que evidenciam as distintas formas das estruturas são a “variabilidade das características morfológicas das estruturas subterrâneas, as quais podem ser evidenciadas isoladas, geminadas ou em conjuntos de até 107 unidades¹³, em formato circular - com diâmetro de até 20m – ou elipsoidal – com eixo maior de até 17m – e profundidade de até 11m. No seu interior podem ser encontrados artefatos líticos (lascados e polidos) e/ou material cerâmico¹⁶⁴.

Os registros arqueológicos apontam que as evidências materiais não se referem apenas à presença de cerâmica ou artefatos líticos no interior e nas imediações, mas sim outro elemento também é constatado nesse contexto. As fogueiras, sendo um recurso eficaz para diversas funções, são identificadas no interior das estruturas. Identificou-se que “as estruturas foram cavadas em rochas em decomposição ou em terra compactada, apresentando camadas de ocupação de aproximadamente 1m, em alguns casos, e de não mais de 10cm em outros, sendo aí registrada a presença de fogueiras. Várias das estruturas subterrâneas apresentavam material lítico e cerâmico em seu interior ou em sua periferia¹⁶⁵.

As fogueiras aqueciam o ambiente nos dias frios, mantendo uma temperatura agradável no interior das estruturas subterrâneas. A própria arquitetura edificada embaixo da terra contribuía juntamente com a fogueira para essa sensação de aquecimento. O que tudo

¹⁶² REIS, L. B. Op. Cit. p. 79.

¹⁶³ FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de; SCHIMITZ, Pedro Inácio. **Linguagem, Dispersão e Diversidade das populações Macro-Jê no Brasil Meridional durante a pré-história brasileira**. Palhoça: Ed. Unisul, 2013. p. 116.

¹⁶⁴ REIS, L. B. Op. Cit. p. 80.

¹⁶⁵ REIS, M. J. Op. Cit. p. 34.

indica é que a fogueira e os artefatos encontrados estão associados ao funcionamento da dinâmica cotidiana sugerindo que as atividades estavam voltadas para a manipulação de alimentos. Nesse sentido, o aquecimento e a disposição dos artefatos são explanados da seguinte maneira:

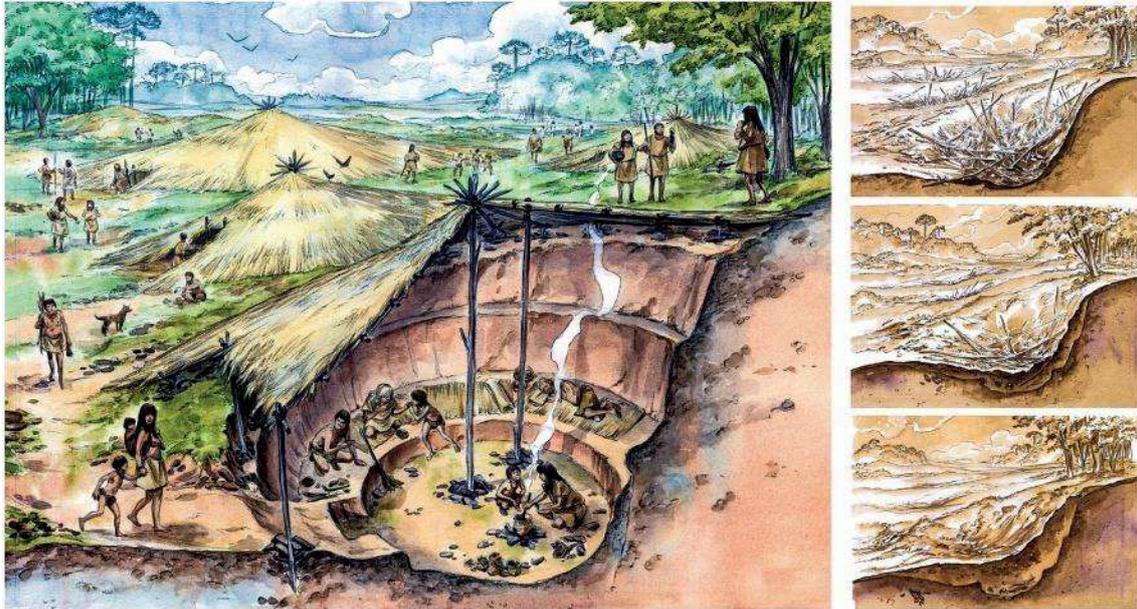
Uma fogueira era instalada perto do centro da estrutura, alimentada por nós de pinhão-ótimo combustível. Muitas vezes isoladas ou aos pares, essas habitações podem, no entanto, agrupar-se em conjuntos de até 36 unidades-mas não parecem ter sido habitadas todas ao mesmo tempo. Em certos casos, pequenos corredores foram cavados para unir duas casas vizinhas. Encontram-se, na camada superior de entulho, restos de uma ou duas dezenas de vasilhas e alguns instrumentos de pedra abandonados na última ocupação da casa. A maioria dos detritos acha-se espalhada no exterior, onde se jogavam provavelmente os fragmentos de vasilhas quebradas e onde se lascavam a pedra e se cozinhava-provavelmente embaixo de um pequeno abrigo provisório, como sugere uma escavação recente. Não se pode excluir a possibilidade de que algumas dessas “casas” tenham sido usadas para armazenar pinhão¹⁶⁶.

O pinhão sendo muito utilizado tanto como combustível como alimento, pode ser explicado pela abundância existente nessa região planáltica, podendo esclarecer a escolha dos locais de construções dessas estruturas. Os objetos encontrados não demonstram apenas as atividades do cotidiano, mas apontam também para as divisões de tarefas entre os habitantes, “em casas grandes, com piso maior e mais plano, é possível distinguir espaços de atividades atribuídas às mulheres, como cozinhar, e aos homens, como produzir instrumentos de pedra lascada”¹⁶⁷. Na figura a seguir está representado um esquema de estrutura subterrânea e a formação de sítio um arqueológico.

¹⁶⁶ PROUS, André. Op. Cit. p. 51.

¹⁶⁷FARIAS, D. S. E.; SCHIMITZ, P. I. Op. Cit. p. 117.

Figura 11: Representação de uma estrutura subterrânea salientando sua área interna à esquerda e a formação de um sítio arqueológico à direita



Fonte: COPÉ, Silvia Moehlecke. A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro. Estudo avançados. 2015. p. 156.

Como os vestígios encontrados no interior e nas imediações das estruturas sugerem as atividades realizadas dessas populações, é conveniente pensar como consistiam suas tarefas cotidianas, dieta alimentar, confecções de instrumentos, entre outros. A arqueologia “possibilitou achados de restos de fogueiras, fogões, pinhões calcinados encontrados dentro dos buracos”¹⁶⁸. O modo como essas populações utilizavam os recursos provenientes da natureza, principalmente no que se refere à exploração destes para a confecção de seus artefatos podem ser assim elucidados:

O conjunto da cultura material já pesquisada aponta sugestões para maiores aprofundamentos futuros: a cerâmica indicando recipientes de preparo e uso doméstico para alimentos, sejam vegetais ou animais; instrumento lítico, de imediato confirma o trabalho de lascamento e polimento precípuos na utilização da matéria-prima rochosa, aventando tarefas como o esmagamento do pinhão, corte e transformação de madeiras, edificação dos buracos, trabalhos na terra dentro das aldeias e o amanho de roças¹⁶⁹.

A presença de utensílios domésticos é outro apontamento das tarefas realizadas no que se refere à manipulação de alimentos, indicando que a base da dieta alimentar integrava carnes e vegetais. As confecções das ferramentas se tornavam instrumentos úteis para o

¹⁶⁸ REIS, José Alberione dos. **Arqueologia dos buracos de Bugre: uma pré-história do Planalto Meridional.** Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p. 111.

¹⁶⁹ *Ibidem*. p. 111.

manuseio de outras atividades, como a construção de suas casas. O que se pressupõe é um trabalho diversificado, se estendendo para outros vieses como o cultivo de espécies nas roças, sugerindo que essas populações realizavam uma espécie de agricultura. Pois se constatou que “os Jê do Sul eram e ainda são povos agricultores”¹⁷⁰, sendo assim, a prática de cultivo em roças demonstra uma característica de ocupação fixa, podendo ser periódicas, mas que ressalta o caráter de cultivadores.

Os artefatos encontrados demonstram usos variados de utensílios. A cerâmica muito importante para se pensar nas atividades domésticas deve ser retratada. Identificou-se que “as oleiras taquara/itararé fabricavam vasilhas de forma simples, pequenas (com 20 a 30 cm de diâmetro); algumas pouco profundas e abertas, outras com até 40 cm de profundidade e parede verticais. Os fundos são sempre arredondados, e as paredes apresentam por vezes furos de suspensão ou pequenas alças”¹⁷¹. Nas seguintes imagens é possível observar as cerâmicas encontradas em contexto e no interior das estruturas subterrâneas no planalto catarinense, importante fonte para a compreensão das práticas cotidianas realizadas pelos povos Jê.

Figura 12 e 13: Cerâmicas encontradas no interior e no contexto das estruturas subterrâneas no planalto catarinense



Foto: Milene Félix. Fonte: Museu do Homem do Sambaqui "Pe. João Alfredo Rohr, SJ" / Colégio Catarinense.

¹⁷⁰ NOELLI, F. S. *A ocupação humana na região sul...* Op. Cit. p. 243.

¹⁷¹ REIS, J. A. Op. Cit. p. 52.

As perspectivas que atribuem a funcionalidade das estruturas subterrâneas sugerem uma variedade de objetos para uso cotidiano, entretanto, se explana que essas moradias não se consistiam apenas em uma estada permanente e fixa, mas fornece subsídios para uma compreensão condizente com uma habitação esporádica. Observou-se que “em regiões mais baixas, nos morros próximos da planície, a mesma cerâmica típica das casas subterrâneas e os artefatos líticos formam pequenas aglomerações e correspondem provavelmente a habitações superficiais utilizadas sazonalmente”¹⁷².

Nesse ponto, deve-se pensar em moradias eventuais, que não se ocupava de modo constante, sendo utilizadas em determinados períodos, podendo atribuir diversas funcionalidades, variando desde moradias fixas, esporádicas, local de armazenamento, entre outros. Identifica-se em pesquisas que “os sítios compostos por estruturas subterrâneas e aterros vêm sendo compreendidos enquanto espaços relacionados à ocupação de grupos Jê meridionais. As concavidades arqueológicas têm sido entendidas, principalmente, enquanto moradia, contudo podem estar relacionadas a outros usos, como ao armazenamento e ao preparo de alimentos”¹⁷³. Diante disso os artefatos encontrados sugerem informações relevantes para entender essa dinâmica enquanto ao uso de seus objetos, Na imagem a seguir é possível verificar artefatos encontrados no contexto dessas estruturas.

¹⁷² PROUS, André. Op. Cit. p. 51.

¹⁷³ REIS, L. B. Op. Cit. p. 119.

Figura 14 e 15: Cerâmicas encontradas no interior e em contextos das estruturas subterrâneas



Foto: Milene Félix. Fonte: Museu do Homem do Sambaqui "Pe. João Alfredo Rohr, SJ" / Colégio Catarinense.

O conjunto cultural e funcional apresentado do interior das estruturas pode ser pensado juntamente com as produções ao seu entorno. “O olhar que foi dirigido em sua preponderância para dentro dos buracos deve ter sua expansão para o entorno numa inter-relação de contextos. Esses, além de transdisciplinarem por campos da ecologia, biologia, botânica, geologia, zoologia, entre outros, contemplarão da mesma forma as informações e os dados obtidos através da etnologia e etnografia”¹⁷⁴.

Evidentemente se averiguou que o posicionamento das estruturas subterrâneas se concentrava em quantidade considerável permitindo inferir a existência de um complexo contíguo entre as construções. São situações onde “o cruzamento entre as variáveis morfológicas (nº. de estruturas por sítio, formas, dimensões, tamanho da área dos sítios, natureza) e de implantação dos sítios no relevo apresentaram variações de sítios com uma

¹⁷⁴REIS, J. A. Op. Cit. p. 109.

estrutura subterrânea até conjuntos de 68 estruturas, havendo um predomínio de conjuntos pequenos de uma a três estruturas”¹⁷⁵.

Diante desses aspectos, o conjunto de edificações dessas estruturas teria um propósito para estarem localizadas próximas umas das outras. Essa maneira de posicionamento permitiria acessos internos de uma casa a outra, conduzindo um sistema perspicaz de comunicação. Contudo “a existência de galerias poderia ser um meio de comunicação entre uma estrutura e outra, e ainda, terem sido construídas por caráter defensivo contra inimigos e protetor contra os rigores do clima”¹⁷⁶.

Para a elaboração dessas construções, a escolha dos lugares, a verificação das condições climáticas são fatores que possivelmente se considerava a fim de diminuir as ações causadas pelas intempéries. Outros fatores igualmente eram considerados, permeando o âmbito da cultura das populações manifestas em suas construções. Nesses aspectos, “não apenas constrangimentos ambientais oriundos de temperatura, vento, chuva e outros são considerados para a forma e função como também resposta de ordem social e cultural possíveis de serem evidenciadas nas edificações”¹⁷⁷.

O quesito que remete a uma ordenação social, transfigurando os aspectos culturais desses povos, pode ser interpretado na arquitetura espacial em que as habitações eram edificadas. Os tamanhos e a quantidade dispostos em pequenas aglomerações sugerem que um sistema social se preocupa com a organização e formação de suas famílias. Nesses sistemas, “o uso de algumas casas grandes como moradias e as diferenças nas dimensões poderiam ser explicadas como variação na constituição de grupos domésticos, de famílias poligâmicas ou matrilocais, para um sistema patrilocal”¹⁷⁸. Observa-se que a medida que ocorre as junções matrimoniais e aumento das famílias, havendo a necessidade de empreender novas e maiores habitações.

Isso pode ser exemplificado através de uma explanação a respeito dos modos de assentamento, pois em “aspectos sociais e ideológicos influenciam na distribuição espacial dos assentamentos e locais de atividades específicas, bem como nas estratégias de exploração dos recursos naturais e na manutenção e ampliação dos territórios por parte das

¹⁷⁵ COPÉ, Silvia Moehlecke. **Narrativas espaciais das ações humanas História e aplicação da arqueologia espacial como teoria de médio alcance: o caso das estruturas semi-subterrâneas do planalto Sul-brasileiro.** Revista de Arqueologia, 19, 2006, p. 116.

¹⁷⁶Ibidem, p. 117.

¹⁷⁷REIS, J. A. Op. Cit. p. 127.

¹⁷⁸ COPÉ, S. M. **Narrativas espaciais das ações humanas...**Op. Cit. p. 117.

populações”¹⁷⁹, que utiliza maneira característica de seu povo para a sustentação da ordem de suas construções para um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis ao seu entorno garantindo maior capacidade de sua subsistência.

A escolha de regiões altas se condiz com critérios de proteção/segurança e medidas preventivas. Na “implantação dos conjuntos de estruturas subterrâneas preferencialmente no topo ou encosta de colina pode indicar dois tipos de preocupação: evitar a invasão de águas pluviais facilmente acumuláveis em terrenos baixos e/ou de caráter defensivo, uma vez que o estabelecimento nos pontos mais altos permitiria maior visibilidade”¹⁸⁰. Muitos elementos são considerados ao ser designados o meio natural para estabelecer as moradias, “as populações se distribuem no espaço não de forma aleatória, mas a partir das suas noções de exploração, manutenção, percepção e significação da paisagem (natural e antropogênica)”¹⁸¹, permitindo um domínio do contexto natural. As medidas em relação a se estabelecer em locais protegidos de cheias pluviais como também a escolha de lugares altos para obter maior visibilidade da região “ambas as preocupações estão ligadas ao padrão de residência permanente, inferido pelo trabalho investido na construção das próprias estruturas subterrâneas”¹⁸².

A escolha dos lugares indica estratégias úteis para a concretização das práticas culturais dessa população, na “escolha de onde enterrar os mortos, as estruturas para fins cerimoniais, de isolamento ritualístico, de estocagem são concebidas e edificadas dentro dessa formal-funcional num assentamento”¹⁸³. As construções não se efetivam de modo aleatório, pois as pretensões são preenchidas de uma lógica e uma organização, pois “os homens não constroem em espaços hipotéticos. Uma ordenação formal das construções de um assentamento busca compreender a uma ordenação funcional das mesmas”¹⁸⁴.

Essa ordenação indica que poderiam ocupar diferentes locais dependendo dos objetivos estabelecidos em suas práticas culturais, “assim a frequência de determinado artefato ou resto faunístico em diferentes sítios arqueológicos implantados ou não na mesma

¹⁷⁹ SILVA, Fabíola Andrea; STUCHI, Franisco Forte. **Evidências e significados da mobilidade territorial: a terra indígena Kaiabi (Mato Grosso, Pará)**. *Amazônica* 2 (1): 46-70, 2010, p. 59.

¹⁸⁰ COPÉ, S. M. **Narrativas espaciais das ações humanas...** Op. Cit. p. 117.

¹⁸¹ SILVA, F. A; STUCHI, F. Forte. Op. Cit. p. 59.

¹⁸² COPÉ, S. M. **Narrativas espaciais das ações humanas...** Op. Cit. p. 117.

¹⁸³ REIS, J. A. Op. Cit. p. 127.

¹⁸⁴ *Ibidem*. p. 127.

região, poderia indicar ocupações diferenciadas de um mesmo grupo, conforme essa ocupação tenha como objetivo principal a caça, a coleta ou atividades cerimoniais”¹⁸⁵.

É possível ressaltar que apesar de se estenderem por diversas regiões do sul, essas populações possuíam características evidentes da prática sedentária. As necessidades sendo de caráter fixo ou não, dependia dos fatores principalmente ambientais para o estabelecimento de moradias mais estáveis. Por outro viés, poderiam se deslocar para regiões onde as possibilidades pudessem proporcionar maior garantia de subsistência.

Diante desses aspectos, verificou-se que a presença dos povos Jê na região meridional, mais especificamente em Santa Catarina se constituiu em variados tipos de assentamento, mas se tratando dessa pesquisa buscou-se retratar um deles devido o maior predomínio dessas estruturas nas áreas que se pretendeu enfatizar. Os vestígios de ocupações, nesse sentido, se referem não somente a essas estruturas, mas também a vestígios associados a sua dinâmica, podendo demonstrar que havia todo um funcionamento e ordenação no modo cotidiano desses povos.

¹⁸⁵ LAVINA, R. Op. Cit. p. 114.

3. OS LUGARES RITUALÍSTICOS NO “TEMPO DO MATO”

3.1 Aspectos Ritualísticos

O tempo agora não se refere ao contato entre dois povos distintos, ao confronto de culturas e suas vicissitudes, mas sim de uma época em que as peripécias se consistiam em um lugar ritualizado, preparado para envolver toda uma comunidade em suas vivências e principalmente em seus rituais. Algumas dessas práticas rituais do povo Laklãnõ/Xokleng deixaram de ser realizadas e outras passaram a compor os seus costumes após o contato com o colonizador. Diante dessa conjuntura, a análise realizada se verificou no momento que esse povo se provia de todos os recursos da natureza, pertenciam às florestas e praticavam seus rituais.

Todo esse complexo compõem um conjunto de ações condizentes com o universo cosmológico desse povo. A perfuração dos lábios dos meninos para a inserção do botoque e a tatuagem na perna das meninas, e os ritos mortuários são as cerimônias mais importantes para esse povo, sendo inserida num contexto cronológico em seu ciclo de vivência. Cada momento da vida é reconhecido como uma etapa a ser celebrada e concretizada para possibilitar a passagem para as etapas posteriores inerentes a um processo que atribui ao indivíduo, a pessoa, ao ser racional, a consciência de sua existência em um convívio pertencente ao meio social, que também está atrelado ao meio natural, correspondendo a um movimento cíclico, e permitindo que aconteça o início das primeiras etapas da vida. A respeito dessas passagens o autor Gennepe elucida:

A vida individual, qualquer que seja o tipo de sociedade, consiste em passar sucessivamente de uma idade a outra e de uma ocupação a outra. (...) É o próprio fato de viver que exige as passagens sucessivas de uma sociedade especial a outra e de uma situação social a outra, de tal modo que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas, tendo por término e começo conjuntos da mesma natureza, a saber, nascimento, puberdade social, casamento, paternidade, progressão de classe, especialização de ocupação, morte. A cada um desses conjuntos acham-se relacionadas cerimônias cujo objeto é idêntico, fazer passar um indivíduo de uma situação determinada a outra situação igualmente determinada. Sendo o mesmo o objetivo, é de todo necessário que os meios para atingi-lo sejam pelo menos análogos, quando não se mostram idênticos nos detalhes. Aliás, o indivíduo modificou-se, porque tem atrás de si várias etapas, e atravessou diversas fronteiras

186

¹⁸⁶GENNEPE, Arnold Van. **Os ritos de passagem: estudo sistemáticos dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc.**; tradução de Mariano Ferreira, apresentação de Roberto da Matta. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 2013. p. 24.

As práticas do povo Laklãnõ/Xokleng consistem em um conjunto de ações ritualísticas iniciando seu ciclo na gravidez da mulher e no nascimento de uma criança. Os cuidados se iniciam durante a gravidez, momento em que os pais escolhiam uma mulher para o auxílio no ato do parto, essa, que exercia a função como a de uma parteira, contribuía para receber a nova pessoa ao mundo. A respeito dos preparos para o nascimento da criança a indígena Ndilli esclarece que:

Escolhido é os pais que escolhe né, os pais é que chama aquela mulher, aquela mulher vai atender a mulher que esconde placenta e essa mesma que faz aqueles furo lá né. Não é todas que faz não. Aquela mulher que como se fosse parteira né, como agora que tem parteira, no mato é assim, uma mulher que cuida. Daí, quando...depois que a mulher tá tudo pronto daí eles vão esconde placenta da criança no mato, eles esconde debaixo de um pau, pau assim que nunca morre né, daí os dois vão junto cantando, eles vão, eles têm um cântico que eles vão cantando e lavando pra esconde longe assim né¹⁸⁷.

Esse acontecimento está relacionado ao primeiro momento ritual desse povo. Isso torna cada etapa de suas vidas um evento marcante e necessário para a continuidade de suas práticas. Nessa ocasião da gestação e nascimento “tanto a criança quanto seus pais eram submetidos ao ritual de passagem. O reconhecimento da gravidez da mulher colocava o pai e a mãe num estado de cuidados especiais, separando-os, de certo modo, pela maneira de se comportarem, dos demais habitantes da aldeia”¹⁸⁸.

A gravidez e o parto usualmente estabelecem que os ritos de separação sejam primeiramente realizados, para que a mulher grávida saia da comunidade comum a todos os membros e da sociedade familiar. Nessa etapa “as cerimônias da gravidez e do parto constituem, em geral, uma totalidade, de tal maneira que frequentemente ritos de separação são primeiramente executados, para fazer a mulher grávida sair da sociedade geral (...) Em seguida vêm os ritos da gravidez propriamente ditos, a qual é um período de margem”¹⁸⁹.

O período de segregação se torna um elemento necessário que não condiz apenas com as restrições a qual os pais são sujeitos, mas indiretamente fornece uma proteção direcionada também para a sociedade em que se aplica esse ato. No caso “os ritos da gravidez, assim como os do parto, compreendem, além disso, um grande número de ritos simpáticos ou de contágio, diretos ou indiretos, dinamistas ou animistas, tendo por objetivo facilitar o parto e

¹⁸⁷Entrevista com Neli Ndilli. Apud, VIEIRA, Edna Elza. **Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng**. Dissertação de mestrado, curso de Pós-Graduação em História. UFSC. Florianópolis, 2004. p.24.

¹⁸⁸ VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 25.

¹⁸⁹GENNEP, A. V. Op. Cit. p. 53.

proteger a mãe e a criança, frequentemente também o pai ou os parentes, e toda a família ou o clã inteiro contra as más influências, impessoais ou personificadas”¹⁹⁰.

No nascer de uma criança, se esfregava algumas ervas no cordão umbilical e na placenta, sendo todos colocados em um cesto, que seria levado de modo camuflado em águas fluentes pelo irmão da mãe, assim esse e sua esposa se tornavam os pais cerimoniais da criança. Em seguida, revestiam o tornozelo do recém-nascido com vinte voltas de cordel, mantido por duas semanas, até que esta receba seu primeiro alimento cozido. E para a realização dessa ocasião, o pai e seu cunhado vão em busca de carne por alguns dias, até obter uma quantidade favorável para a organização de uma festa¹⁹¹. A respeito desses preparos Henry apud Lavina descreve que:

Para esta cerimônia, o pai da criança sai à caça com seu cunhado (pai cerimonial da criança) por vários dias, até conseguir uma quantidade adequada de caça para a realização de uma festa. Para esta festa, a mãe cerimonial convida parentes e conhecidos que estejam próximos. Durante a festa, enquanto os convidados comem, o pai da criança retira os cordéis que envolviam os tornozelos desta que, envolvidos com o cordão umbilical que restava aderido à mãe e com ervas, são lançados em um curso d'água. É neste momento que a criança recebe seu nome, durando a cerimônia, de acordo com a quantidade de alimento, de meia a uma hora¹⁹².

Essa ação pode ser compreendida como uma cerimônia necessária para agregar novamente os pais da criança no meio social. Ao serem liberados do período de margem, são submetidos por uma celebração que permite a reintegração, a agregação a comunidade e concomitantemente se apresenta o novo membro a ser inserido na composição da família. Essas ocasiões são ditas como “ritos de agregação, que têm por finalidade, (...) “introduzir a criança no mundo” ou, (...) “lançar no mundo” como um barco na água, são ritos da denominação, de amamentação ritual, do nascimento do primeiro dente, de batismo, etc”¹⁹³. O ato que concluía essa etapa condizia com a escolha do nome da nova criança que “era geralmente feita pelos próprios pais, assim: - os meninos recebiam o *sobrenome* dos pais e as meninas o da mãe”¹⁹⁴.

A identificação dos integrantes pertencentes a comunidade identificava através desses movimentos toda a elaboração de seus símbolos, entendida por aqueles que são envolvidos na esfera social. O entendimento do “ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele

¹⁹⁰ Ibidem. p. 53.

¹⁹¹ LAVINA, R. Op. Cit. p. 64.

¹⁹² Ibidem. p. 64.

¹⁹³ GENNEP, A. V. Op. Cit. p. 63.

¹⁹⁴ VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 25.

é constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expresso por múltiplos meios”¹⁹⁵. Nesse sentido, o conjunto de atos rituais tem uma finalidade que é compreendida através de uma linguagem simbólica, intrínseca na cultura e compartilhada por meio de um meio comum cultural.

O nascimento preenchido de uma simbologia concedia a ação para que a criança se socializasse com os membros. O rito de incorporação possibilitava ao pai identificar sua paternidade e oferecer ao nuelo um espaço na comunidade. O ato do “nascimento simbolizava o momento em que os Xokleng conferiam à criança sua socialização no grupo, ou seja, através desse rito de incorporação, o pai assumia a paternidade, e se reconhecia ao recém-nascido um lugar na sociedade indígena, como homem ou mulher”¹⁹⁶.

Essa cerimônia contendo um conjunto de elementos para a concretização da primeira etapa relevante no ciclo de vida do povo Laklãnõ/Xokleng é o momento que insere a pessoa na comunidade, como um preparo para posteriormente passar por outro importante ritual que se substancia com o principal ritual desse povo. Os pais, “ficavam, assim, segregados até que a criança nascesse e os ritos de sua incorporação fossem realizados, momento em que eles eram reintegrados à vida normal, desempenhando um novo papel social: pai e mãe de um novo membro da sociedade que entre os Xokleng concretizava-se com a inserção do botoque”¹⁹⁷.

A passagem de uma significativa etapa da vida à outra, consiste uma mudança, podendo ser esta a alteração de status, idade, de um lugar a outro, estrutura social que se efetivam através de seus rituais. Os “ritos de passagem existem em todas as sociedades de pequena escala, relativamente estáveis e cíclicas, onde a mudança está em estreita correlação com as recorrências e ritmos biológicos, muito mais do que com as inovações tecnológicas. Tais ritos indicam e constituem transições entre estados”¹⁹⁸.

A cerimônia de perfuração dos lábios dos meninos para a inserção do botoque e a tatuagem na perna das meninas é o ritual mais significativo para o povo Laklãnõ/Xokleng. Este concentrava a grande maioria dos membros, pois envolvia os parentes, os pais e as crianças. Concomitante a esse ritual ocorria a festa de comemoração que inseria a nova pessoa

¹⁹⁵ PEIRANO, M. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 3.

¹⁹⁶ VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 24.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 25.

¹⁹⁸ TURNER, Victor. **Floresta de Símbolos-aspectos do Ritual Ndembu**. Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto- Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. 2005. p. 137.

na família¹⁹⁹. Nesse sentido, é considerado que o “ritual um fenômeno especial da sociedade, que nos aponta e revela representações e valores de uma sociedade, mas expande, ilumina e ressalta o que já é comum a um determinado grupo”²⁰⁰.

A organização enquanto comunidade do povo Laklãnõ/Xokleng se consistia em grupos separados. Esses se formavam de 50 a 300 indivíduos. O autor Henry *apud* Santos dimensiona que os grupos compunham uma família numerosa, e devido a sua alta mobilidade percorriam as florestas para a obtenção de alimentos, e durante o ano, na maioria das situações, se estabeleciam em acampamentos localizados na proteção das árvores. Quando a mulher encontrava um local e ali depositava as utilidades se tornava um lugar para a realização da alimentação e do descanso. Isso se tornava o acampamento, onde poderiam ficar uma noite, ou uma semana²⁰¹.

Uma análise de Paula *apud* Santos enfatiza que esse povo arquitetava sua morada com varas finas posicionadas uma ao lado da outra enfiada no chão com uma distância pequena, estas eram envergadas como um arco, e suas extremidades eram fixadas a outra vara que se posicionava horizontalmente na maioria das vezes fixas em árvores que eram no tamanho de um homem. O teto possuía formato de abóboda, sendo coberto com folhas de caeté, coqueiro ou xaxim. Para a necessidade de permanecer um maior tempo em decorrências de colheitas do pinhão, das festas, entre outros, os ranchos se edificavam com um maior tamanho, preparados com mais esmero e elaboração, os tetos se interligavam, pois a vara que geralmente se fixavam a uma horizontal se fixava uma a outras do rancho ao lado, o que resultava em uma perfeita abóboda²⁰².

O estilo de moradia estabelecida pelos Laklãnõ/Xokleng era distinto quando se tratava da ocasião de seu principal ritual. Esse estilo diferenciado presente na região da Mata Atlântica eram os “acampamentos cerimoniais construídos para a festa de perfuração dos lábios dos meninos, (...) que reunia a maioria dos grupos familiares Xokleng em acampamentos grandes, que podiam ficar instalados no mesmo local por cerca de um mês, devido aos preparativos que a festa exigia”²⁰³. Os acampamentos na região da Mata de Araucária “seriam mais estáveis, podendo ficar instalados em um mesmo local por até três

¹⁹⁹ VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 26.

²⁰⁰ PEIRANO, M. Op. Cit. p. 2.

²⁰¹ SANTOS, S. C. **Índios e brancos no sul do Brasil...** Op. Cit. p. 209.

²⁰² *Ibidem*. p. 209.

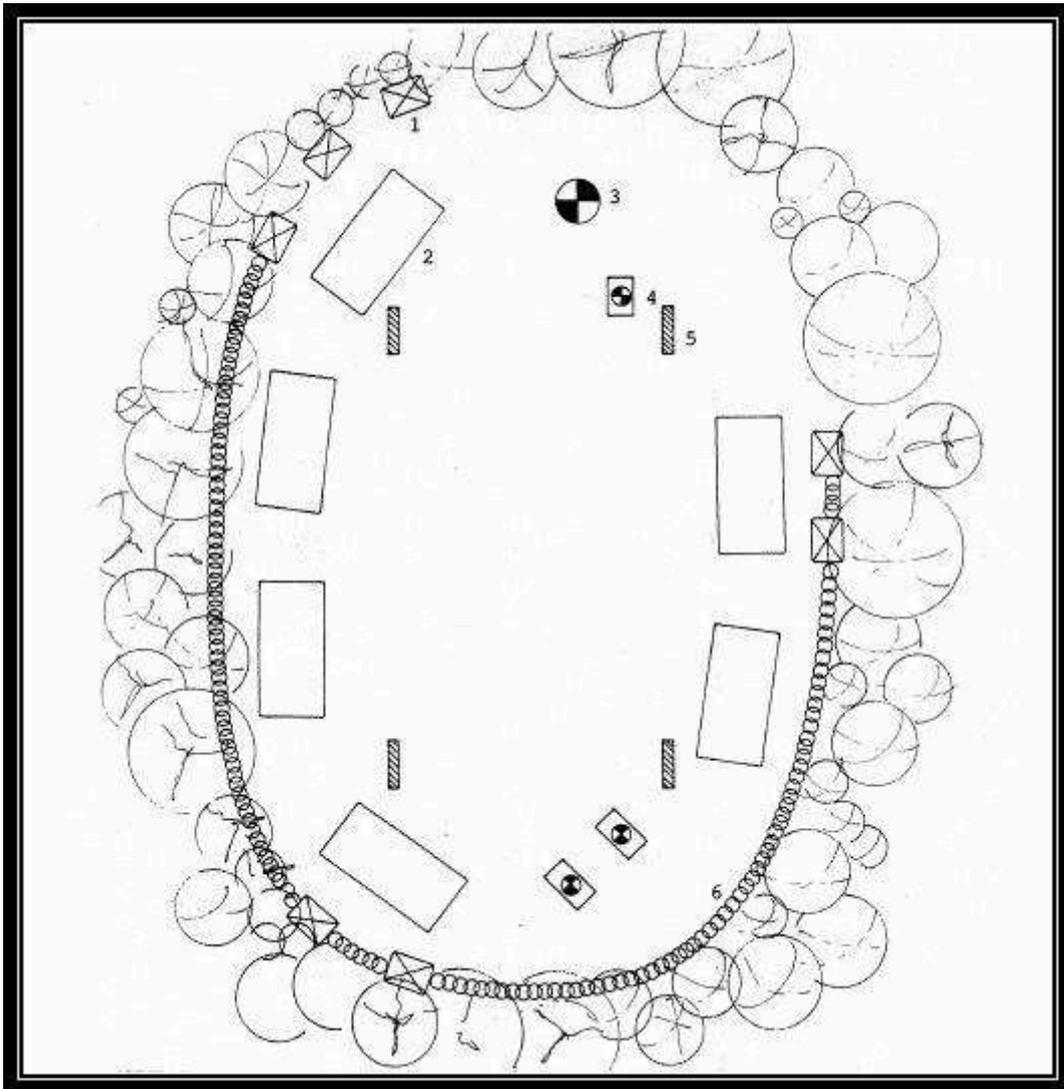
²⁰³ LAVINA, R. Op. Cit. p. 101.

meses. (...) seriam maiores que os construídos na Mata Atlântica, podendo reunir vários grupos familiares, somando mais de 50 pessoas »²⁰⁴.

A festa de perfuração dos lábios dos meninos para a inserção do botoque e tatuagem na perna das meninas sendo a mais importante, demandava preparativos mais elaborados, principalmente na questão da edificação do acampamento, que deveria ser compatível com a quantidade de pessoas que se concentrava no acampamento cerimonial. Os grupos Laklãnõ/Xokleng, que em outras estações presenciavam as florestas devido aos fatores de subsistência, no período desse ritual se encontrava no acampamento cerimonial com os demais parentes formando a família extensa para a grande comemoração. O esquema de um acampamento cerimonial está representado abaixo, através do modelo proposto por Lavina.

²⁰⁴Ibidem. p. 101.

Figura 16: Acampamento cerimonial Laklãnõ/Xokleng



LEGENDA

1. Armadilha defensiva	4. Forno subterrâneo
2. Abrigos em meia-água	5. Cocho de bebida
3. Fogueira	6. Barreiras de tronco e galhos

Fonte: LAVINA, R. Op. cit. p. 102. Adaptado pela autora.

Os preparativos dessa importante ocasião se relacionavam com a organização do acampamento e com o preparo de bebidas e comestíveis para a festa. Em suas “proximidades

também seriam feitos os cochos de cedro para a preparação da bebida fermentada”²⁰⁵. Preparada com mel, ao longo do seu processo se fermentava, sendo utilizada no ritual. Essa “bebida era elaborada a partir da mistura de mel, água acrescida com suco de xaxim, que a tornava vermelha, fermentando durante o período aproximado de um mês, sendo, então, consumida na festa de perfuração dos lábios”²⁰⁶. O autor Nanbla dimensiona a respeito dessa cerimônia, segundo ele essa festa sendo a maior delas ocorria devido a “*furação dos lábios dos meninos ("glókózyn")*, e os diversos grupos se concentravam para comemorar com danças com ("**ãgglan**") e com muita bebida feita à base de mel, água e xaxim e que após sua finalização era denominada "**mõg**"²⁰⁷.

Nos relatos de anciãos coletados pela indígena Walderes Cocta Priprá, o povo Laklãnõ/Xokleng se dividia em grupos entre 50 a 100 pessoas o que favorecia numa melhor distribuição para sua sobrevivência. Os grupos seguiam em distintos trajetos e em períodos determinados se encontravam. As ocasiões para os encontros ocorriam devidos as realizações das festas, a qual era provida do acompanhamento de comida e bebidas tradicionais. O nome da principal bebida consumida nos rituais é Mõg. Desse modo “cada grupo durante as caminhadas que fazia parava pára fazer festas ou comemorar alguma coisa. Para a realização dessas festas eram feitas várias comidas tradicionais, dentre elas uma bebida típica chamada de *Mõg*”²⁰⁸.

O ancião da comunidade era quem preparava a bebida, conhecimento adquirido através de ensinamento do *Kujá* (este é o líder do grupo que estabelecia comunicação com espíritos da natureza, sua função era ensinar os membros da comunidade, pois possuía toda a sabedoria do povo). Os jovens posicionados ao redor do ancião, na observação do preparo aprendiam o ofício, pois dessa maneira o conhecimento era repassado. Os ingredientes são diversos, no entanto, nem todos foram divulgados pelos anciãos, segundo Almeida, mas os principais se referem ao mel e xaxim, e a pedra-ferro, importante ingrediente para a fermentação²⁰⁹. A maneira de preparo dessa bebida era elaborada em “trancos previamente

²⁰⁵ LAVINA, R. Op. Cit. 105.

²⁰⁶ VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 27.

²⁰⁷ NANBLA, G. Op. Cit. p.23.

²⁰⁸ ALMEIDA, Walderes Cocta Priprá de; MACHADO, Juliana Salles. **O Mõg como instrumento pedagógico na educação escolar indígena: uma experiência Laklãnõ/Xokleng**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina. Terminalidade Humanidades- Ênfase em Direitos Indígenas. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 23.

²⁰⁹ Ibidem.p. 24.

escavados, os ingredientes eram misturados e sujeitos a vários procedimentos, dos quais se destacava o colocar pedras aquecidas no interior dos cochos para acelerar a fermentação”²¹⁰.

O cocho de madeira de cedro variava em seu tamanho de acordo com a quantidade de pessoas na comunidade, e sua profundidade se dava através do tamanho da árvore. Para a confecção do cocho, se derrubava um cedro e cortava uma seção, se necessário cortava-se outra até encontrar uma tora perfeita, sendo levada até o acampamento, o que necessitava do trabalho cooperativo de todos. Quando esta chegava no acampamento, uma pessoa trabalhava esse instrumento com um machado, assim marcava-se um formato de abertura e começa a cavar até o limite da profundidade. O trabalho era revezado, sendo finalizado quando o cocho ficava oco. Assim, em seu interior era feito fogo com bambu seco para limpar, e depois se removia o carvão. Para impedir vazamento, se aquecia uma cera para esfregar nas pontas do cocho, sendo também aquecido para fazer a cera agir no local. Ao término, era feito um buraco para colocar o cocho. Desse modo, iniciava-se o preparo da bebida que levava vários dias devido ao seu processo de fermentação²¹¹.

O cocho que concentrava a bebida fermentada se localizava praticamente no centro da área onde era realizado o ritual. Na imagem abaixo é possível visualizar dois cochos posicionados na frente do grupo das pessoas participantes do evento.

²¹⁰ SANTOS, S. C. **Índios e brancos no sul do Brasil...** Op. Cit. p. 212.

²¹¹ VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 80.

Figura 17: Festa Tradicional do povo Laklãnõ/Xokleng: Representação do ritual de Perfuração dos lábios dos meninos para a inserção do botoque e a realização da tatuagem na perna das meninas. Representação do cocho



Fonte: Foto de Jules Henry em 1933. Último ritual realizado. (Arquivo Público Rio do Sul), Acervo: LABHIN.

Para a consumação do ritual da perfuração dos lábios dos meninos para a inserção do botoque e a realização tatuagem na perna das meninas, havia a preocupação que se consistia em um conjunto de elementos que deveriam primeiramente ser ordenados. O período que antecedia o ritual era necessário para esse empreendimento, pois sendo o principal ritual do povo Laklãnõ/Xokleng envolvia a extensa família, pois os grupos que em outros períodos se deslocavam, nesse momento se concentravam para a grande comemoração. Ademais, o trabalho se direcionava para a escolha de uma grande área que comportaria os parentes no local, a montagem dos abrigos e das armadilhas nas imediações do acampamento, a confecção dos cochos, o preparo do *Mõg*, a montagem do forno subterrâneo e a armação da fogueira. Por se tratar de uma grande festa, os preparativos não poderiam apresentar uma organização simplista.

O início da consumação do ato ritual envolvia a caça, “o pai da criança sai juntamente com seu cunhado, em busca da caça para alimentar os parentes que participam da cerimônia”

²¹². No que se refere a toda ocasião, Lavina utilizando-se de informações através de Paula ressalta como se conduzia todo o ritual:

Uma grande área circular é limpa, sendo construídos em sua periferia pequenos abrigos. No centro é acesa uma fogueira, em torno da qual os homens iniciam uma dança, percutindo os cabos das lanças no solo. As mulheres os seguem, acompanhando o ritmo com chocalhos. Durante estas danças, é consumida grande quantidade de bebida alcoólica, sendo também as crianças obrigadas a beber até a insensibilidade. Para aumentar o efeito da bebida, estas são ainda sacudidas e arremessadas de uma pessoa a outra. É neste estágio que os lábios são perfurados, sendo introduzido no orifício um pequeno labrete de madeira. As meninas não tinham o lábio perfurado, mas sofriam duas incisões na perna esquerda, abaixo da rótula. Após a perfuração dos lábios o consumo de bebidas continuava, realizando-se também jogos e danças²¹³.

O ato da dança realizado a partir de um conjunto de performance, como a produção dos sons de batidas das lanças ao chão provocadas pelos homens e os sons que emanavam ao chacoalhar das sementes no interior dos maracás conduzidos pelas mulheres, desencadeava o movimento circular ao redor da fogueira dos participantes. Nesse sentido, a dança, os seres e os objetos envolvidos pela música e pelo efeito do *Môg*, se constituíam no momento que antecedia o fastígio do ritual. As “*performances* aparentemente anômalas são vistas como carregadas de significado (as conseqüências pragmáticas e qualidades afetivas da experiência ritual desempenham aí um papel importante), na medida em que são postas entre parênteses, isto é, sustentadas por um grau de auto-referência que lhes confere uma autoridade relativamente indiscutível”²¹⁴.

As lanças, importante objeto para as caças, também estavam presentes na prática ritual. Eram de grande porte, sendo que Paula *apud* Lavina informa que essas possuíam lâminas de 30 a 40 centímetros e 10 a 12 centímetros de largura. A lâmina era fixada em uma haste decorada como nas cestarias e presa a um engate da lâmina. Essa haste poderia conter pirogravuras. A respeito da confecção das lanças Henry *apud* Lavina, esclarece que a lâmina é obtida através do aquecimento do ferro, sendo este martelado com pedras, para posteriormente ser afiada. A lâmina era fixada em um cabo de madeira na maneira de seção prismática, sendo utilizada a mesma técnica de se fixar pontas de flechas. A atividade era realizada pelos homens, de modo coletivo²¹⁵.

²¹² VIEIRA, E.E. Op. Cit. p. 26.

²¹³ LAVINA, R. Op. Cit. 64-65.

²¹⁴ HOUSEMAN, Michael. **O vermelho e o negro: um experimento para pensar o ritual**. Traduzido por Marcela Coelho de Souza. MANA 9(2):79-107, 2003. p. 80.

²¹⁵ LAVINA, R. Op. Cit. 75.

Figura 18: Lança I, lâmina em madeira



Foto: Milene Félix. Fonte: Museu do Homem do Sambaqui "Pe. João Alfredo Rohr, SJ" / Colégio Catarinense.

Antes do conhecimento do ferro os Laklãnõ/Xokleng confeccionavam suas lanças com madeira. As características são semelhantes levando em consideração as medidas, a decoração como nas cestarias, as pirogravuras e as técnicas. O que distinguia uma da outra era sua lâmina. Abaixo se encontra a imagem de uma lança nessas proporções e característica.

Figura 19: Lança II, lâmina em ferro



Foto: Milene Félix. Fonte: Museu do Homem do Sambaqui "Pe. João Alfredo Rohr, SJ" / Colégio Catarinense.

As crianças submetidas a esse ritual possuíam entre 2 a 3 anos de idade, essa situação constituía um elemento fundamental na formação da pessoa Laklãnõ/Xokleng²¹⁶. Nas meninas não eram inseridos os botoques, e sim duas incisuras eram feitas na perna esquerda abaixo da rótula conforme supracitado no documento. Algumas informantes de Silvio Coelho afirmaram que a finalidade “era para ter a perna forte para caminhar”²¹⁷. Segundo Henry *apud* Vieira havia variação no formato do botoque que era individual, assim as pessoas que pertenciam à extensa família se identificavam pelas características do botoque em seus lábios²¹⁸. Através desse ritual “a inserção de uma marca que, assim como o botoque, tinha a finalidade de identificação da comunidade, a qual as crianças pertenciam”²¹⁹. Na próxima imagem visualizam-se as crianças que seriam submetidas às perfurações e tatuagens posicionadas no centro do local em que se realizava o ritual. Nas imediações encontram-se os demais

²¹⁶ VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 24.

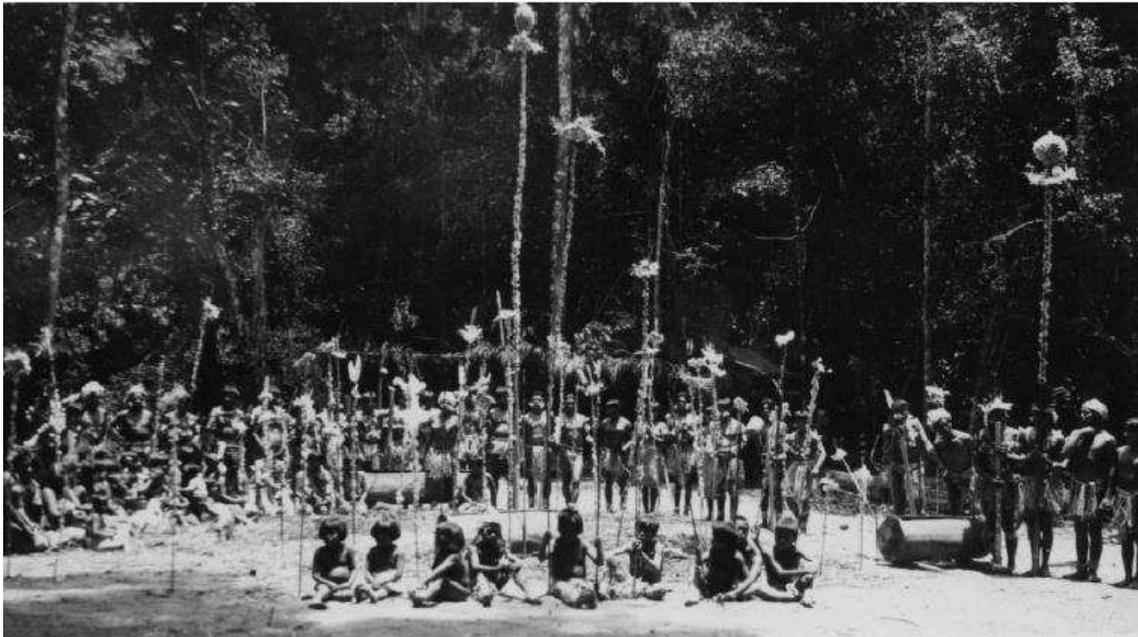
²¹⁷ SANTOS, S. C. **Índios e brancos no sul do Brasil...**Op. Cit. p. 214.

²¹⁸ VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 26.

²¹⁹ Ibidem. p. 28.

participantes carregando seus objetos utilizados nessa ocasião que formam um círculo, e dois cochos que contem o *Mõg*.

Figura 20: Festa tradicional: Representação do ritual de Perfuração dos lábios dos meninos para a inserção do botoque e a realização tatuagem na perda das meninas



Fonte: Foto de Jules Henry em 1933. Último ritual realizado (Acervo: Arquivo Público Rio do Sul) Apud ALMEIDA, W. C. P.; MACHADO, J. S. Op. Cit. p. 23.

A marca do botoque possuía a finalidade de emblema tribal, “quando criança em cerimônia festiva, o menino tinha seu lábio inferior furado, para permitir a introdução de um pequeno tembetá. Com o passar dos anos o tembetá ia sendo substituído por outro maior, até o infante atingir a idade adulta”²²⁰. A composição do botoque e o ritual que levava seu nome são descritos no documento da época:

Êsses botoques podem ser, quando feitos de nó de pinho, facilmente tirados do seu lugar com a língua, servindo, então, o furo do beço pra assobiar. Nos rapazes ele é posto na idade de 3 anos, fazendo-se, nesta ocasião uma festa, igual ao nosso batizado. Debaixo de cantos e danças, fazem o neófito ingerir uma bebida feita de milho triturado e mel de abelhas bem fermentada, até que êle fique completamente embriagado. Neste estado aplicam-lhe o botoque, e o rapaz, quando acorda, fica considerado guerreiro²²¹.

Esses adornos utilizados pelos homens são também descritos por Henry apud Lavina, enfatizando que “eram confeccionados preferencialmente em madeira (nó de pinho), às vezes também em ossos de cervídeo ou gado. A variação nas formas, segundo o mesmo autor, era

²²⁰SANTOS. S. C. **Índios e brancos no sul do Brasil...**Op. Cit. p. 214-216.

²²¹ INDÍGENAS DO ITAJAÍ. **Blumenau em Cadernos**. Tomo II, julho de 1959. Nº7. p.31.

grande e estava relacionada com a filiação dos indivíduos com suas famílias extensas”²²². A respeito do formato e consistência Sullivan e Moore apud Lavina descrevem que os labretes possuíam “duas formas básicas: uma com haste reta e base oval e outra com haste serrilhada e base também oval. Ambas podiam medir até 8 centímetros de comprimento, podendo apresentar também decoração em pirogravura”²²³. A seguir estão demonstrados nas imagens dois tipos de tembetá utilizados pelos Laklãnõ/Xokleng.

Figura 21: Tembetá em madeira



Foto: Milene Félix. Fonte: Doação de Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann. Acervo: LABHIN.

Outro tipo de tembetá utilizado por esses indígenas eram feitos de ossos, como podemos ver na próxima imagem.

²²² LAVINA, R. Op. Cit. p. 77-78.

²²³ Ibidem.p. 78.

Figura 22: Tembetá em osso



Foto: Milene Félix. Fonte: Doação de Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann. Acervo: LABHIN.

Na ação de perfuração dos lábios dos meninos e tatuagem na perna das meninas, após a operação, o pai coloca a criança no alto de seus braços, assim definindo a relação de paternidade. A maternidade se relaciona com o corte do cordão umbilical²²⁴. Para que isso ocorra os pais chamam a mulher que atuou como parteira no nascimento de sua criança, e essa mesma pessoa que escondeu a placenta quando a criança nasceu, é quem faz o furo no garoto, “aquele que escondeu o umbigo, a placenta da criança é aquele que é madrinha dela é que faz aquele furinho, assim. Não é todo que faz não, aquela que escondeu o placenta da criança é amadrinha, então é aquele que faz o furo”²²⁵.

O ato de furar o lábio do menino era realizado pela mãe cerimonial, nesse ponto, o autor Santos ressalta que Jules Henry teve a oportunidade de observar a cerimônia, a qual relata que “a mãe cerimonial era a responsável pela perfuração do lábio do menino”²²⁶, sendo assim, a mãe cerimonial era esposa do irmão da mãe da criança.

²²⁴ VIEIRA, E. E. Op.Cit.p. 24.

²²⁵ Entrevista com Neli Ndilli. Apud, VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 25.

²²⁶ LAVINA, R. Op. Cit. p. 65.

Figura 23: Jovens Laklânô/Xokleng com botoque e armas



Fonte: Acervo LABHIN. Adaptado pela autora.

É interessante pensar como esse “tempo do mato” é narrado na atualidade através da fala dessa anciã, pois apesar desses rituais não serem mais praticados da maneira desse tempo, a lembrança é rememorada, o que permite que seus valores culturais sejam reavivados. Através dessa memória “sua ideia diretriz é a diferença, que podemos chamar de eidética, entre dois objetivos, duas intencionalidades: uma, a da imaginação, voltada para o fantástico, a ficção, o irreal, o possível, o utópico; a outra, a da memória, voltada para a realidade anterior, a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência da “coisa lembrada”, do “lembrado” como tal”²²⁷.

Ao ser concretizado o ato as crianças ao passarem pelo ritual da perfuração dos lábios recebiam os cintos confeccionados pelos seus pais. Os cintos de uso masculino eram tidos como um adorno, mais do que uma tanga, eram trançados com cascas de imbé o que concede uma cor mais escura, ou fibras de palmáceas permitindo uma coloração mais clara. Esses cordões ou cintos identificavam através de símbolos a masculinidade, sendo usado para amarrar a glândula do pênis. As cascas de imbé ou fibras fiadas eram amarradas em seu conjunto de modo equidistantes, podendo ter várias cores. Para sua conservação, evitando seu apodrecimento e desgaste, os cintos eram retirados para o banho e nas chuvas, esses eram

²²⁷ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 26.

envoltos em folhas e levados nas costas²²⁸. A figura a seguir representa os cintos cerimoniais utilizados pelos homens.

Figura 24: Jovens Laklãnõ/Xokleng usando os cintos cerimoniais



Fonte: Índios Botocudos no Rio Plate. Acervo LABHIN. Adaptado pela autora.

Os objetos se tornam algo significativo para a realização do ritual, tornando-os necessários para essas ações como também se atribui um caráter ritualizado. A pessoa que confecciona o objeto deposita um conhecimento a esse, que conseqüentemente se dimensiona

²²⁸ LAVINA, R. Op. Cit. p. 76-77.

para aqueles pertencentes a sua comunidade. Nesse sentido compreende-se que os saberes são conduzidos através de um meio artístico, sendo que “nas sociedades indígenas a arte é um elemento que perpassa todas as suas esferas. O artista é antes de tudo um artesão e seu conhecimento está ao alcance de todos assim como o resultado de seu ofício, pois confecciona coisas que desempenham um papel pragmático na vida comunitária”²²⁹.

Os artefatos rituais são presentes em diversas práticas rituais do povo Laklãnõ/Xokleng, principalmente naqueles de maior relevância, como a perfuração dos lábios e a tatuagem na perna, e também na prática do rito mortuário. A esse respeito, “as pesquisas realizadas por A. Métraux apontam que, inicialmente cremavam seus mortos, exceto as crianças menores, pois acreditavam que elas retornariam ao ventre da mãe e renasceriam: por isso a nova criança recebia o nome da falecida. Os Xokleng também queimavam juntamente com os seus mortos os seus bens pessoais”²³⁰. Sendo assim, quando as crianças morriam, se realizava a *dança lu*²³¹ durante o velório das mesmas.

Devido ao destino distinto do morto, e por conseguinte sua alma, é coerente inferir que o fato da criança morta não ter sido cremada sugere que sua alma ficaria em um campo intermediário, não atuando no mundo dos vivos nem no mundo dos mortos, mas que poderia haver um percussor norteador para elas. Nesse sentido, “os indivíduos para os quais não foram executados os ritos fúnebres, assim como as crianças batizadas ou que não receberam nome, ou não foram iniciadas, são destinados a uma existência lamentável, sem poder jamais penetrar no mundo dos mortos nem se agregarem à sociedade aí constituída”²³². Diante disso, a maneira que essa alma ou morto encontraria para se constituir ao meio do mundo dos vivos seria retornar através de um novo nascimento.

O tratamento que conduziria o destino do morto para a outra esfera que não a dos vivos, abrangia uma série de arranjos e montagem de uma estrutura que comportava o corpo. A esse respeito Henry *apud* Lavina descreve parte desse processo:

O morto era envolvido em um cobertor, com seu arco e flechas próximos. O encordoamento do arco é cortado e este, juntamente com as flechas, é quebrado e o conjunto é amarrado com os restos do encordoamento. Em um local preparado, são empilhados pedaços de madeira até a altura da cintura de um homem e sobre esta estrutura é depositado o cadáver com seus objetos pessoais. O morto é orientado com a cabeça para oeste e em suas mãos são postas oferendas de mel e carne assada.

²²⁹ VELTHEM, Lucia Hussak van. **Arte indígena: referentes sociais e cosmológicos**. In: Índios no Brasil. GRUPIONI, L. D. B. (Org.). Op. cit. p. 88.

²³⁰ VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 34

²³¹ A dança lu, realizada no velório das crianças é mencionada por VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 80.

²³² GENNEP, A. V. Op. Cit. p. 138.

A seguir o cadáver é recoberto com madeira até a pilha alcançar a altura de um homem, sendo o conjunto escorado com estacas para não desmoronar. Após acender a pira com um bambú incandescente, as pessoas se retiram, voltando um dia depois. Caso o cadáver não esteja completamente cremado, o processo é repetido. Quando os ossos estão calcinados, são recolhidos em um cesto forrado com folhas de xaxim e transportado em uma padiola para o local de enterramento, que consiste em uma área limpa de vegetação com uma cova em seu centro. Os cestos com os restos da cremação são ali depositados e enterrados. Sobre este local o cônjuge sobrevivente constrói um pequeno abrigo²³³.

Nesse ritual a música compunha a cena, preenchendo através dos cânticos o momento de falas e do choro. Na “morte de um chefe, ou de um guerreiro emérito, é chorada pela tribo inteira, que em uma especie de ladainha, cantam seus feitos durante alguns dias. Salientam então as mulheres nos mesmos cantos as boas qualidades do morto na vida íntima da tribo”²³⁴. O sentimento expresso de modo intenso se compadecia do morto pra que este pudesse ter um bom destino no outro mundo. O comportamento dos participantes em relação ao luto é uníssono, os cânticos e choros são necessários, “é mais que uma manifestação dos próprios sentimentos, é um modo de manifestá-los aos outros, pois assim é preciso fazer. Manifesta-se a si, exprimindo aos outros, por conta dos outros. É essencialmente uma ação simbólica”²³⁵.

Na lógica do rito mortuário, algumas restrições condicionavam a viúva ou viúvo, aos rituais de purificação, condizentes principalmente na ingestão de determinados alimentos e no afastamento da comunidade. Para Henry apud Lavina “O cônjuge tinha que se afastar do acampamento e se alimentar unicamente de mel e vegetais, evitando carne e alimentos cozidos. Ao fim de cerca de três semanas poderia voltar ao acampamento, sendo então realizada uma cerimônia com consumo de carne e bebida alcoólica, ao fim da qual o cabelo e as unhas do cônjuge eram cortados”²³⁶.

O que se permite compreender por meio desse ato, “ora, cortar os cabelos é separar do mundo anterior. (...) Mas esta é apenas uma das formas de utilização dos cabelos cortado, nos quais reside, do mesmo modo que no prepúcio ou nas unhas cortadas, uma parte da personalidade”²³⁷. O cônjuge em seu recluso na mata recebia tratamento diferenciado, sua alimentação e rotina se estabeleciam de maneira distinta dos outros pertencentes à comunidade, este período de segregação condicionado ao cônjuge modificava seu próprio cotidiano como também de algumas pessoas da comunidade, como aquele que ficava responsável pelo preparo e coleta de alimentos para a viúva (o). Essa segregação pode ser

²³³ LAVINA, R. Op. Cit. p. 66.

²³⁴ HOERHANN, E. de L. e S. Apud, VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 35.

²³⁵ MAUSS, Marcel. **A expressão obrigatória de sentimentos (1921)**. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Tradução Regina Lúcia Moraes Morel; Denise Maldí Meirelles e Ivone Toscano. Antropologia. V. 11, São Paulo: Ática 1979.

²³⁶ LAVINA, R. Op. Cit. p. 67.

²³⁷ GENNEP, A. V. Op. Cit. p. 143-144.

interpretada como período de resguardo, necessário para a purificação do cônjuge e proteção para a comunidade em relação aos espíritos mortos. Contudo, a morte estava permeada de restrições, e o mais próximo do morto necessitava passar por práticas de purificação:

Quando a mulher o homem quando morre, o cunhado dela leva ela longe ou cunhado dele, né , leva ele longe distância da família, bem distância da família né daí lá ele fica sozinho aí a cunhada dele faz comida pra ele, ela leva comida pronta pra ele né lá aí ele só come lá ele não come com a família nada o mel se é pra tira daí o tio dele, senão o cunhado dele tira, daí a cunhada dele leva pra ele come ele não trabalha, ele não levanta enquanto que todo mundo não levanta ele não levanta né. Então eu me lembro que a minha vó falava pra mim que ela depois, família tem que levanta tudo adiantado à viúva, depois que ele tão fora bem dizer né ela não levanta antes da família, quando tudo tivé levantado daí ela levanta. Conforme ela faz o ritmo dela no mato e no mato que ela tá viúva ela faz em casa também só que ela come junto dali pra eles faze, tira ela, termina com a luta deles, eles vão no mato tira mel separado pra viúvo e separado pra comer em casa né, é tudo separado, já leva a vasilha já tira separado pra não come o que pra faze o “vinho” que é pra tira o viúvo. Daí depois que tá pronto três meses quando termina, conforme o luto da pessoa.²³⁸.

A anciã Ndilli relata suas lembranças que um dia foram contadas por sua avó, história do tempo em que os ritos mortuários possuíam significados marcantes que se apresenta por meio de uma memória que não consiste apenas no individual, mas que abarca toda uma sociedade, grupo, comunidade. Desse modo, o que “importa jamais esquecer que é por analogia apenas, e em relação à consciência individual e à sua memória coletiva como uma coletânea de rastros deixados pelos acontecimentos que afetam o curso da história dos grupos envolvidos, e que se lhe reconhece o poder de encenar essas lembranças comuns por ocasião de festas, ritos, celebrações públicas”²³⁹.

Chegando ao término do período de segregação do cônjuge viúvo, principiava o preparo da bebida que seria consumida no ritual para receber à comunidade a pessoa que estava reclusa. O rito de passagem nesse viés está relacionado ao rito de agregação preparado para incluir essa pessoa novamente ao meio social desse povo. Na fala de Ndilli, é clarificado como era o preparo da bebida fermentada consumida no rito mortuário:

Aí quando eles vê que tá terminando já, tá quais terminando daí eles vão aprontando o mel, eles tira mel já vão arrumando, tira tudo já vão arrumando, aí despôs eles faz o “vinho”, tira, vai no mato pra tira xaxim bem marrom, eles tira a casca dele ai deixa só talo ai soca bem tira o sumo né ai eles vão botando no vazinha onde é que eles vão faze o “vinho” né ai eles, depois que tá tudo pronto eles vão de volta corta aquele madeira, madeira que não morre, que é o cedro né, que aquele brota né, daí daquele eles tira eles faze bico de cocho bem comprido daí eles enche de mel, ai eles faze água doce coloca tudo ali, aí despôs aquele sumo eles coloca dentro, sumo de

²³⁸ Entrevista com Neli Ndilli. *Apud*, VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 35.

²³⁹ RICOEUR, P. Op. Cit. p. 129.

xaxim, eles coloca tudo junto ali. Aí despôs eles tira pedra ajunta bastante pedra de ferro né, pedra de ferro eles faze uma coisa assim que protege bem o viúvo pra ele não morre cedo, bem cedo assim ai eles faz fogo, bastante fogo, ai eles coloca aquelas pedra dentro, ai quando tá bem vermelhado dai eles vão colocando naquela água doce que eles prepararam com sumo do xaxim, ai eles vão colocando dentro ai ele vai fervendo, quando acaba de ferver eles tira coloca outro até ele azeda. (...) Aí só aquele que ta aprontando esse mel pro viúvo é que experimente, fora disso não é outro que experimenta, não é outro ²⁴⁰.

A respeito dos objetos utilizados no rituais, a figura a seguir representa um maracá Laklãnõ/Xokleng, utilizado tanto nos rituais de perfuração dos lábios dos meninos para a inserção do botoque e a realização da tatuagem na perna das meninas, como também nos ritos mortuários.

Figura 25: Maracá Laklãnõ/Xokleng



Foto: Milene Félix. Fonte: Acervo LABHIN.

Para consolidar essa passagem da esfera exterior da comunidade para a integração ao meio social, o ritual deveria se efetivar envolvendo um conjunto de elementos que caracterizava essa ocasião. As danças, os cânticos e o consumo da bebida fermentada se constituíam como um portal para envolver o cônjuge viúva (o) que acabava de abandonar sua vida anterior para adentrar em uma nova fase de sua vivência. Esse rito permitia um renascimento, um retorno para a continuidade da existência com caráter renovado.

²⁴⁰ Entrevista com Neli Ndilli. Apud, VIEIRA, E. E. Op. Cit. p. 35.

Convém salientar que o rito mortuário, seria mais um rito de passagem, que em seu decorrer o rito de separação, de margem seria o primeiro momento, estabelecendo o recluso e a percepção da viúva e viúvo a abandonar sua vida em que esteve com a pessoa que morreu. O segundo momento seria aquele em que a comunidade recebe a pessoa purificando com os cortes de unhas e cabelos. O terceiro momento seria a concretização realizada com a comemoração das danças, cânticos e o consumo da bebida. Esse aspecto é o fechamento da vivência cíclica desse povo. Iniciando esse ciclo com a gravidez da mulher e o nascimento de uma criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se a discussão de três vieses relacionados ao mesmo povo. A princípio discutiu-se como o encontro de duas culturas díspares pode provocar conflitos e tentativa de imposição ou incorporação de uma sobre a outra e como o desconhecimento da diferença manifesta um veemente estranhamento diante a visão do outro desconhecido. Quando o outro, identificado como aquele que não compartilha os mesmo costumes, através de um pré-julgamento, se constrói um movimento que este deve ser combatido, banido, obliterado ou incorporado por uma ordem que se julga superior e incontestável. Essa reflexão pode ser aplicada nas divergências explanadas entre Laklãnõ/Xokleng e colonos alemães, que se observavam e criavam um imaginário de perigo eminente diante do desconhecido.

Evidentemente que os conflitos não foram originados pela observação do outro, considerado estranho, e sim envolveu inúmeros fatores condicionados a questão de territorialidade, recursos naturais e domínio dos mesmos para garantir a subsistência. Pela perspectiva dos colonos alemães, buscavam uma nova oportunidade em terras do sul do Brasil para realizar plantios e produções, no viés indígena seu território influente, fonte de subsistência e lugares de realizações de suas tradições e lugar que compunha sua cosmologia passava a ser ocupado por pessoas que modificavam impetuosamente esses espaços. As implicações desse cenário são embates que resultaram em muitas mortes.

A tentativa do não indígena de impor sua maneira de viver repercutiu tão rapidamente, onde criaram algumas iniciativas para controlar as reações dos indígenas. As estratégias de controle estavam relacionadas principalmente em atacar e arrancar os indígenas do seu espaço de viver, das florestas, e moldar essas pessoas ao sistema de ordem não indígena, intencionando “amansar” ou “civilizar” para enfim serem incorporados pela estrutura da sociedade vigente. Nessa circunstância, as ações dos batedores do mato e posteriormente dos bugreiros são utilizadas como ferramentas de busca e ataques aos acampamentos dos indígenas ocasionando em um real etnocídio.

Os ataques indígenas aos colonos estiveram presentes, sendo demonstrado, mais a curiosidade nos diferentes pertences que os não indígenas manuseavam do que propriamente um ataque para matá-los, isso evidenciado através dos objetos encontrados em seus acampamentos durante empreitadas que os bugreiros realizavam, juntamente com os relatos

de colonos ao expor as sensações dos indígenas ao encontrar as ferramentas cortantes e decidir testar nas mobílias da casa. Entrementes, como pessoas sentiram a diminuição de seus territórios e o esgotamento cada vez mais dos recursos para a sobrevivência somados aos ataques atrozes aos seus espaços, suas reações acabavam resultando também em ataques ao colonizador e às suas residências. O cenário de guerra foi o caráter que definiu os acontecimentos, e contabilizando a relação de perdas e mortes é verossímil que os indígenas sofreram mortes atrozes o que acabou sendo alvo de denúncias por se enquadrar em situações desumanas.

As denúncias de maus tratos aos indígenas induziram a sociedade nacional a adotar estratégias distintas que não os assassinatos cometidos pelos bugreiros. As tentativas de contato ocasionaram no silenciamento ou “pacificação” dos indígenas, mas que na concepção destes foi necessário contatar o não indígena para cessar as sublevações. Com isso, o povo Laklãnõ/Xokleng passou a ser aldeado, a princípio posto de atração e que posteriormente recebeu o nome Posto Indígena Duque de Caxias. Esse aldeamento acarretou mudanças significativas na maneira de viver, pois passaram a realizar atividades muito distintas daquelas que mantinham no interior das matas. A caça e a coleta foram substituídas pelos cultivos das roças no Posto Indígena em que passaram a viver.

Na metade do século XX o Posto Indígena passa a ser explorado devido a abertura empreendida em seu território, outra atividade passa a ser realizada pelos indígenas. A extração de palmito e posteriormente em suas terras viabilizou a inserção dos indígenas no comércio regional. A exploração desses recursos pelas empresas do comércio regional realizada de modo excessivo acarreta o esgotamento desses recursos na terra indígena. Isso permitiu um período de escassez e miséria para os indígenas. Como haviam deixado de praticar o cultivo devido às extrações de palmito, tiveram que se organizar para dar continuidade a essa atividade.

Com a construção da barragem em 1972, novos problemas são gerados. O impacto ambiental juntamente com fatores sociais refletiu incisivamente na vida dos indígenas. Essa contundente situação induziu a uma reivindicação por parte dos Laklãnõ/Xokleng em relação aos seus direitos enquanto povo. Lutaram para reconquistar parte de seus territórios da Terra Indígena que perderam desde sua criação quando ainda era denominado Posto Indígena. As greves foram as mais relevantes lutas para a reconquista de seus valores e direitos enquanto indígenas presentes na sociedade. Nesse ínterim, obtiveram parte de indenizações e parte de

seu território, mas o que deve ser salientado é que devido esse recorte dessa história demonstrar o drama da vida do povo Laklãnõ/Xokleng, anuncia uma nova face, uma nova abordagem de um povo que incide sobre seus valores e aclama pelo direito de ser identificado enquanto um povo.

O segundo viés possibilitou a compreensão dos estudos relacionados aos Laklãnõ/Xokleng, pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, e por isso abordado nesse quadro como povos Jê, ou Jê do sul. Por conseguinte, a arqueologia contribuiu para entender as possíveis migrações e deslocamentos para a região sul, esse estudo infere que um dos fatores que provocou a entrada dos povos Jê na região sul se deu devido a um aumento demográfico na região centro-oeste, em que habitavam. Outro fator teria sido o aprimoramento de obtenção de alimentos, como a agricultura, sendo um relevante recurso para se estabelecer em outras regiões.

Essas evidências se tornam demasiadamente essenciais para as interpretações da existência desses povos em tempos antigos. Sendo assim, os vestígios deixados são também fontes de caráter rico para o levantamento e estudo das possíveis ocupações. Estas informaram nessa pesquisa o modo de habitação e suas ferramentas utilizadas para diversos afazeres. A cultura material contribui para o discernimento de explicações de como teria sido a vida dos indígenas e como poderiam ter utilizado os recursos precedentes de seu entorno necessários para a dinâmica de suas subsistências e efetivação de suas diversas práticas.

O terceiro viés abordado a respeito do povo Laklãnõ/Xokleng é pertinente aos seus rituais que caracteriza uma vertente antropológica. No tempo em que viviam nas florestas, o “tempo do mato”, mantinham vivas as suas práticas tradicionais, denominadas nessa pesquisa como práticas rituais. Para uma melhor compreensão dos ritos, os mais significativos para essa cultura foram estudados e apresentados. A cerimônia de perfuração dos lábios dos meninos para a inserção do botoque e a realização da tatuagem na perna das meninas, assim como o rito mortuário foram selecionados para o estudo por se tratar dos principais eventos na cultura desse povo e por nos trazer informações da maneira de festejar, comemorar e ritualizar.

Esses ritos são envolvidos por situações que funcionam como elos entre um evento ritual e outro. A gravidez de uma mulher Laklãnõ/Xokleng e o nascimento da criança são de fundamental importância para o preparo aos demais eventos que o sucedem. A segregação dos

pais durante a gravidez e com o nascimento a reintegração desses juntamente com a criança concede um lugar na comunidade enquanto pertencente ao meio social, todos integrados em uma nova etapa da vida, e para isso se faz necessário uma cerimônia que concentra os demais da comunidade para efetivar o ato e inserir as novas pessoas nascidas em uma integração, e os pais com a reintegração ao meio da comunidade.

A concretização do principal ritual exige um preparo mais elaborado, e um local de estada maior para receber os outros pertencentes ao mesmo povo, que compõe a família extensa. Em aproximadamente um mês são elaboradas bebidas, estrutura de acampamento, construção das casas temporárias, proteção nas imediações e a caça. O conjunto de elementos ritualísticos preenchia o universo do rito. Danças, lanças, chocalhos, o círculo, o som, o efeito do *Mõg*, e os participantes compunham os aspectos de uma cerimônia ritualizada, necessária para a passagem de uma etapa da vida à outra. O botoque inserido nos meninos possibilitava sua passagem como homem, a tatuagem ou incisão na perna das meninas concedia seu lugar na comunidade como mulher. Ambos importantes emblemas que constituía o caráter e o compromisso como ser ligado ao seu povo e marca que os distinguia de outros povos.

A morte encarada com festejos, também dignificava o estado da pessoa Laklãnõ/Xokleng, oferecendo a ela a passagem para o outro mundo de modo cerimonioso e especial. Oferendas de carne e mel postas na estrutura de sua cremação tinham a finalidade de garantir uma boa passagem ao morto. Assim, a segregação do cônjuge, viúva ou viúvo, manteria a vida que esteve junto ao morto longe da comunidade, como proteção, assim a reintegração do cônjuge era o início da nova etapa da vida e a concretização de todas as etapas culturais desse povo.

Para concluir deve-se esclarecer que os rituais Laklãnõ/Xokleng de perfuração dos lábios dos meninos para a inserção do botoque e a realização da tatuagem na perna das meninas, assim como o rito mortuário atualmente são celebrados de outra maneira. As práticas rituais hoje estão presentes na memória dos mais velhos, que contam como era o tempo em que viviam nas matas e realizavam suas celebrações. A memória é um importante meio para repercutir a cultura para as gerações garantindo que os aspectos que envolvem seus ritos e mitos estejam presentes em suas práticas através de sua história. A língua é outro suporte que favorece para manter vivas suas práticas, pois ao falar a língua Laklãnõ/Xokleng suas práticas são lembradas e vividas pela memória.

Em datas comemorativas como o dia do índio ou o centenário do silenciamento (pacificação) realizam festas que contem elementos de suas antigas tradições como a demonstração das produções de artesanatos. Nas escolas, as práticas tradicionais vêm ganhando espaço na grade curricular, o que propicia o ensino de aspectos da antiga cultura como ensinamento e aprendizado aos mais novos. O *mõg*, a bebida fermentada utilizada nos antigos rituais, já foi demonstrado em ocasião da festa do Dia do Índio em 2011. Hoje é ensinada nas escolas com o incentivo de determinados projetos elaborados por professores principalmente indígenas. Esse quadro incide como a luta desse povo adquiriu numa nova face com intuito de fortalecer seus antigos saberes e conduzir esses valores para o conhecimento das próximas gerações.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luciana Cristina de. **Ocupação pré-colonial no planalto catarinense: os sítios arqueológicos do município de Urubici (SC) sob a perspectiva da geoarqueologia.** Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFSC. Florianópolis. 2014.

ALMEIDA, WalderesCoctaPriprá de; MACHADO, Juliana Salles. **O Mõg como instrumento pedagógico na educação escolar indígena: uma experiência Laklânõ/Xokleng.** Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina. Terminalidade Humanidades- Ênfase em Direitos Indígenas. Florianópolis: UFSC, 2015.

AMBROSETTI, Juan B. **Los índios Kaingángues de San Pedro (Misiones), con un vocabulario.** Buenos Aires: Revista Del Jardín Zoológico de Buenos Aires, tomo II, ent. 10. 1895.

BADIE. Marilyn Cebolla. **Rituais de iniciação e relações com a natureza entre os Mbya-Guarani.** Mana vol. 21 nº1. Rio de Janeiro, 2015.

BARRETO, Cristiana. **A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil.** Revista USP, São Paulo, n. 44, dezembro/fevereiro. 1999-2000.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras.** In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

BORBA, Telêmaco. **Actualidade Indígena.** (Paraná, Brazil). Curitiba:Impressora Paranaense. 1908.

BORDIEU. Pierre. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomáz. DIFEL, Difusão Editorial, Ltda. Lisboa. 1989.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Povos Indígenas em Santa Catarina.** In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando, orgs. Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

CAMPOS, M. L. **Entrevista concedida a Ana Lúcia VulfeNötzold, em 31/03/2004. Terra Indígena Xapecó.** Apud. NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. (Organizadora). **O ciclo de vida Kaingáng.** Florianópolis: [s.n], (Imprensa Universitária da UFSC), 2004.

CAVALCANTE, Jose Mariano de Albuquerque. **Falado presidente da província de Santa Catarina.** 1836. Disponível em [http // www.crl.uchicago.edu /content /provopen.htm](http://www.crl.uchicago.edu/content/provopen.htm).

COUTINHO, João José. **Fala do presidente da província de Santa Catarina.** 1º de março de 1853. Disponível em [http // www.crl.uchicago.edu /content /provopen.htm](http://www.crl.uchicago.edu/content/provopen.htm).

COUTINHO, João José. **Fala do presidente da província de Santa Catarina.** Desterro, 1º de março de 1857. Disponível em [http // www.crl.uchicago.edu /content /provopen.htm](http://www.crl.uchicago.edu/content/provopen.htm).

COPÉ, Silvia Moehlecke. **A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro.** Estudos Avançados. 2015.

COPÉ, Silvia Moehlecke. **Narrativas espaciais das ações humanas História e aplicação da arqueologia espacial como teoria de médio alcance: o caso das estruturas semi-subterrâneas do planalto Sul-brasileiro.** Revista de Arqueologia, 19, 2006.

CRÉPEAU, Robert, R. **A prática do xamanismo entre os Kaingang do Brasil meridional: uma breve comparação com o xamanismo Bororo.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, nº 18, dezembro de 2002.

CRUZ, Takumã Machado Scarponi. **Etnoecologia de paisagens na Terra Indígena Ibirama Laklânõ, Santa Catarina, Brasil.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ecologia. UFSC, 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992.

DOCUMENTOS ORIGINAIS CORRESPONDÊNCIAS. Carta de Fritz Müller a sua irmã Rosinha. **Blumenau em Cadernos.** Tomo XXXVIII-N. 05-Maio 1997.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Tradução: Ruy Jungman. Revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de; SCHIMITZ, Pedro Inácio. **Linguagem, Dispersão e Diversidade das populações Macro-Jê no Brasil Meridional durante a pré-história brasileira.** Palhoça: Ed. Unisul, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª edição revista e ampliada, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia.** 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Os antigos Habitantes do Brasil.** Coordenação Ernesta Zamboni; adaptação do Texto Luis Galdino; Ilustrações Isabel Voegeli Stever; projeto gráfico Mari Pini. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro, Editora LTC, 1989.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem: estudo sistemáticos dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc.;** tradução de Mariano Ferreira, apresentação de Roberto da Matta. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 2013.

GRUPIONI, Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil.** São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Os primeiros habitantes do Brasil.** A vida no tempo do índio. 7ª ed. São Paulo: Atual, 1994.

HENRY, Jules. **Jungle People. A Kaingang tribe of the Highland of Brasil.** New York, 1941. Apud SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng.** Florianópolis: Edeme, 1973.

HISTÓRIAS AO REDOR DA FOGUEIRA DO ACAMPAMENTO. **Blumenau em Cadernos.** Tomo XL. Nº 4. Abril de 1999.

HOERHANN, Eduardo de Lima e Silva. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios. Mês de abril, 1916.** Apud. HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. **O serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo: A política indigenista através dos relatórios (1912-1926).** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFSC. Florianópolis, 2005.

HOERHANN, Eduardo de Lima e Silva. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios. Mês de janeiro. 1927.** Apud. HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. **O serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo: A política indigenista através dos relatórios (1912-1926).** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFSC. Florianópolis, 2005.

HOUSEMAN, Michael. **O vermelho e o negro: um experimento para pensar o ritual.** Traduzido por Marcela Coelho de Souza. MANA 9(2):79-107, 2003.

KLUG, João; DIRKSEN, Valberto, organizadores.- **Rio do Sul: uma história.** Ed. da UFSC, 1999.

INDÍGENAS DO ITAJAÍ. **Blumenau em Cadernos.** Tomo II, julho de 1959. Nº7.

INDÍGENAS DO ITAJAÍ. **Blumenau em Cadernos.** Tomo VIII. Janeiro-março 1967. Nº 6/7.

KAINGÁNG, Susana Fakój (Org). **Eg Rá: Nossas Marcas.** 1 ed. São Paulo: DM Projetos Especiais, 2013.

KRENAK, Ailton. **Notícias dos povos indígenas.** In: O Índio/Ontem, Hoje, Amanhã. Dossiê do I Ciclo. Organização EdaTassara; coordenação Maureen Bisilliat; texto Eda Tassara. São Paulo: Memorial da América Latina: EDUSP, 1991.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos.** Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos.** Dissertação de mestrado em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 1994.

Legislação Informatizada - **LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850** - Publicação Original. Acesso em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-601-18-setembro-1850-559842-publicacaooriginal-82254-pl.html>.

LOCH, Silvia. **Arquiteturas Xokleng Contemporâneas: uma introdução à antropologia do espaço na Terra Indígena de Ibirama**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFSC. Florianópolis, 2004.

MABILDE, Pierre François Alphonse Booth. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul: 1836-1866**. São Paulo: IBRASA; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MAUSS, Marcel. **A expressão obrigatória de sentimentos (1921)**. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Tradução Regina Lúcia Moraes Morel; Denise Maldini Meirelles e Ivone Toscano. *Antropologia*. V. 11, São Paulo: Ática 1979.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC; [Brasília]: INL, 1980.

NAMEM, Alexandro Machado. **Botocudo: uma história de contacto**. Florianópolis: Editora da UFS; Blumenau: Editora da FURB, 1994.

NANBLA, Gakran. **Aspectos morfosintáticos da Língua Laklãnô (Xokleng) “Jê”**. Dissertação de mestrado. Unicamp. Campinas. 2005.

NIMUENDAJÚ, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. Tradução de Charlotte Emmerich & Eduardo B. Viveiros de Castro. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará**. Organização e apresentação Marcos Antonio Gonçalves. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

NOELLI, Francisco Silva. **A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000**. Revista USP. São Paulo. 1999-2000.

NOELLI, Francisco Silva. **O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil**. IN: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. (Orgs). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Eduel. Londrina. 2004.

NOELLI, Francisco Silva. **Repensando os rótulos e a História dos Jê no Sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 3: 1999.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando, orgs. **Etnohistória indígena e educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. (Organizadora). **O ciclo de vida Kaingáng**. Florianópolis: [s.n], (Imprensa Universitária da UFSC), 2004.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando, orgs. **Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; VIEIRA, Edna Elza. **A ocupação do espaço**. In: João Klug, Valberto Dirksen, organizadores. *Rio do Sul: uma história*. Rio do Sul: Ed. da UFSC, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Ênio Matheus Guazzelli & CIA. 1976.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

PERES, Jackson Alessandro. **Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFSC. Florianópolis, 2009.

POSSUELO, Sidney. **Notícias dos povos indígenas**. IN: TASSARA, Eda organizadora; BISILLIAT, Maureen Coordenação. O índio: ontem, hoje, amanhã: dossiê do I Ciclo. São Paulo: Memorial da América Latina: EDUSP, 1991.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1992.

PROUS, André. **Arqueologia, Pré-história e História**. IN: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). Pré-História da Terra Brasilis. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

PROUS, André. **O Brasil antes dos Brasileiros: a pré-história de nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

Provincial Reports, Center ForReserchLibraries
<http://www.crl.uchicago.edu/content/provopen.htm>).

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 26.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 157.

REIS, José Alberione dos. **Arqueologia dos buracos de Bugre: uma pré-história do Planalto Meridional**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

REIS, Lucas Bond. **Para uma História Jê Meridional na Longa Duração: o Contexto em Alfredo Wagner (SC) e a sua Inserção Regional**. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

REIS, Maria José. **A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense**. Erechim, RS: Habilis, 2007.

SAHLINS, Marshall David. **Cultura e razão prática**. Tradução Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão; revisão técnica Luis Fernando Dias Duarte. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Ilhas de histórias**. Barbara Sette; Revisão Técnica: Márcia Bandeira de Mello Leite. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1973.

_____. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajaí: Univali, 1997.

_____. **Povos Indígenas e a Constituinte**. Florianópolis: Ed. Da UFSC/Movimento, 1989.

_____. **Sobre a Integração econômica dos Índios Xokleng na sociedade Regional-Relatório Preliminar**. Florianópolis, Anais do Instituto de Antropologia, ano I, n.1, p. 21-36, 1969.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guaraní**. São Paulo.

SCHADEN, Francisco S. G. **Xokleng e Kaingang**. In E. Schaden (Org.), *Homem, cultura e sociedade no Brasil: seleções da Revista de Antropologia*. (2º ed.). Petrópolis: Vozes, p. 79-89. Apud. VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006.

SELAU, Maurício da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925): resistência e extermínio**. Florianópolis, 2006.

SILVA, André Luís Freitas da...[et al.] (organizadores). **KanhgágagVênhKóganKaragVenhgrén: pintura e dança Kaingang**. Santo Ângelo, RS: Ediuri, 2009.

SILVA, Aracy Lopes. **Mitos e cosmologias indígenas no Brasil: breve introdução**. In: GRUPIONI, L. D. (org.). *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

SILVA, Fabíola Andréa; NOELLI, Francisco Silva. **Para uma síntese dos Jê do Sul: Igualdades, diferenças e dúvidas para a etnografia, etno-história e arqueologia**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXII, n.1, p. 5-12, junho, 1996.

SILVA, Fabíola Andrea; STUCHI, Franisco Forte. **Evidências e significados da mobilidade territorial: a terra indígena Kaiabi (Mato Grosso, Pará)**. *Amazônica* 2 (1): 46-70, 2010.

SILVA, José Ferreira da. "Itajaí: a fundação e o fundador". **Blumenau em Cadernos**, tomo VIII, nº 9/10, Blumenau, 1967, p. 168. Apud SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973.

SILVA, Sergio Baptista. **Dualismo e cosmologia Kaingang: o Xamã e o domínio da floresta**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, nº 18, p. 189-209, dezembro de 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidades e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

STRAUSS, Levi. **Antropologia Estrutural**. São Paulo, Cosac Naify, 2008.

TASSARA, Eda organizadora; BISILLIAT, Maureen Coordenação. **O índio: ontem, hoje, amanhã: dossiê do I ciclo**. São Paulo: Memorial da América Latina: EDUSP, 1991.

TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado**. História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. (Orgs). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Eduel. Londrina. 2004.

TURNER, Victor. **Floresta de Símbolos-aspectos do Ritual Ndembu**. Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto- Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. 2005.

URBAN, G. **A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas**. In: Cunha, Manuela Carneiro da. (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras. 1992.

VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006.

VEIGA, J. **Cosmologia Kaingang e suas práticas rituais**. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. (Orgs). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel. 2004.

VELTHEM, Lucia Hussak van. **Arte indígena: referentes sociais e cosmológicos**. In: Índios no Brasil. GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

VIDAL, Lux Boelitz. **As terras indígenas no Brasil**. In: GRUPIONI, Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

VIEIRA, Edna Elza; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Entre pontas de flechas e botoques: um olhar sobre os Xokleng**. Trabalho de conclusão de curso de História. Florianópolis: UFSC, 2002.

VIEIRA, Edna Elza. **Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng**. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em História. UFSC. Florianópolis, 2004.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.